



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO**

**MICHELLE ARRAIS GUEDES**

**POLÍTICAS DE TRADUÇÃO E INTÉRPRETES SURDOS**

**FORTALEZA**

**2021**

MICHELLE ARRAIS GUEDES

POLÍTICAS DE TRADUÇÃO E INTÉRPRETES SURDOS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos da Tradução. Área de concentração: Tradução: linguagem, cognição e recursos tecnológicos.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Silvana Aguiar dos Santos.

**FORTALEZA**

**2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

G958p

Guedes, Michelle Arrais.

Políticas de tradução e intérpretes surdos / Michelle Arrais Guedes. – 2021.  
105 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Fortaleza, 2021.

Orientação: Profa. Dra. Silvana Aguiar dos Santos.

1. Estudos da Tradução. 2. Políticas de tradução. 3. Tradutor e intérprete surdo. 4. Língua de sinais. I. Título.  
CDD 418.02

---

MICHELLE ARRAIS GUEDES

POLÍTICAS DE TRADUÇÃO E INTÉRPRETES SURDOS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos da Tradução. Área de concentração: Tradução: linguagem, cognição e recursos tecnológicos.

Aprovada em: 23 /03/2021.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Silvana Aguiar dos Santos (Orientadora)  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Marianne Rossi Stumpf  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Kátia Lucy Pinheiro  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Patrícia Araújo Vieira  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado força e paciência para concluir esse trabalho. Não foi fácil finalizar, primeiro quando eu estava grávida durante das aulas da POET-UFC e depois quando o meu filho Davi Machado nasceu. Não pude deixá-lo durante a amamentação, precisava da ajuda de minha família para cuidar dele. Agradeço a eles todo o apoio, principalmente a minha mãe Mary Anne Arrais e aos meus três irmãos, Nathalia Arrais, Thomas Arrais e Fernando Arrais. Vocês sempre me incentivaram a evoluir bastante, sou muito grata e realizada por ter conseguido superar os obstáculos.

Ao meu marido Rafael Machado, a melhor pessoa que poderia ter ao meu lado, cuidando do nosso filho, me ajudando bastante, me incentivando no trabalho e tentando sempre me ajudar a superar as dificuldades.

Ao apoio institucional da Universidade Federal do Ceará, através da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, representada pela professora Dra. Luana Freitas.

A minha orientadora, Dra. Silvana Aguiar dos Santos, pela orientação, compreensão, paciência, dedicação e atenção nas correções de todas as etapas deste trabalho. Obtive um aprendizado valioso na área da tradução e interpretação em nossas orientações. Espero continuar aprendendo mais com você!

As minhas amigas tradutoras e intérpretes surdas de língua de sinais que me incentivaram, pelas sugestões e por compartilharem, comigo, conhecimento sobre o estudo da tradução. Sem elas, eu não iria conseguir partilhar ideias.

Às professoras convidadas para a banca de defesa, Dra. Marianne Rossi Stumpf, Dra. Katia Lucy Pinheiro e Dra. Patrícia Vieira pelas contribuições na leitura do texto, pelas sugestões para melhorar este trabalho. Em breve poderemos pensar juntas como melhorar a acessibilidade de comunicação visual e melhor incentivar a capacitação dos profissionais tradutores e intérpretes surdos da língua de sinais. Será um prazer compartilhar com vocês o fortalecimento da comunidade surda!

Ao Professor Walter Costa e Rafael Ferreira que me ajudaram nas sugestões do trabalho científico e acadêmico.

À comunidade surda na qual vivo a experiência de trocas interativas mais amplas através da comunicação visual. Experiência que me ajudou bastante a ampliar e evoluir o meu conhecimento! Espero que este trabalho possa contribuir e ajudar no empoderamento e na capacitação do trabalho da tradução e interpretação dos surdos!

## RESUMO

No mercado de trabalho brasileiro, as demandas por tradutores e intérpretes surdos têm aumentado bastante e profissionais qualificados têm sido chamados para compor equipes de profissionais. Este trabalho tem o objetivo de analisar as produções acadêmicas realizadas por pesquisadores surdos, a fim de descobrir as tendências, características e principais discussões adotadas nessas pesquisas. Pretende-se com base nesses resultados contribuir com a criação de políticas de tradução e interpretação para surdos, pois os trabalhos e pesquisas desenvolvidos por esses pesquisadores estão pouco visíveis em nosso país. O referencial teórico dessa pesquisa conta com autores como Boudreault (2005), Schäffner (2007), Meylaerts (2011), Pereira (2010), Santos (2013), Rodrigues e Beer (2015), Ferreira (2019) e Pinheiro (2020), os quais discutem importantes reflexões para os trabalhos sobre ETILS (Estudos da tradução e interpretação da língua de sinais). Em comum, esses autores mostram levantamentos de dados voltados para os tradutores e intérpretes e apontam as ausências sobre intérpretes surdos nas pesquisas e mapeamentos dos ETILS. Mais recentemente, Ferreira (2019) e Pinheiro (2020) realizaram importantes mapeamentos e discutiram questões aplicadas as demandas dos tradutores e intérpretes surdos. Na parte metodológica, a presente pesquisa conta com uma abordagem qualitativa, do tipo descritiva-documental para representar e discutir as produções acadêmicas no formato de teses, dissertações, artigos e capítulos de livros que abordam sobre tradutores e intérpretes surdos. Ao investigar esses elementos importantes e observar quantos trabalhos, onde foram publicados e em que instituições, acreditamos contribuir para a visibilidade dos tradutores e intérpretes surdos. Além disso, os resultados preliminares mostram que várias pesquisas estão em andamento, mostrando diferentes demandas e pares linguísticos em diferentes programas de pós-graduação em estudos da tradução. A formação dos tradutores e intérpretes surdos, os processos interpretativos por esses profissionais e a luta por reconhecimento e valorização profissional aparecem como os principais resultados discutidos nas dissertações analisadas nesta pesquisa. Por fim, propomos como política de tradução um olhar atento para a falta de visibilidade e o respeito ao tradutor e intérprete surdo, defendendo que os mesmos possam conquistar uma formação profissional e remuneração justa pelo seu trabalho prestado. As políticas de tradução e de interpretação devem promover o empoderamento dos tradutores e intérpretes surdos de línguas de sinais em diferentes contextos profissionais, ampliando a visibilidade dessa categoria.

**Palavras-chave:** estudos da tradução; política da tradução; tradutor e intérprete surdo; língua de sinais.

## ABSTRACT

In the Brazilian labor market, demands for deaf interpreters services have been increasing considerably, and qualified professionals have been called upon to compose teams of professionals. This research aims to analyze the academic productions carried out by deaf researchers, in order to discover trends, characteristics, and main discussions addressed in these researches. Based on these results, we intend to contribute with the creation of translation and interpretation policies for the deaf, since the work and research developed by deaf researchers are barely visible in Brazil. The theoretical references, we cite authors such as Boudreault (2005), Schäffner (2007), Meylaerts (2011), Pereira (2010), Santos (2013), Rodrigues and Beer (2015), Ferreira (2019) and Pinheiro (2020), as they bring up important reflections for the work on ETILS (Sign Language Translation and Interpretation Studies). With data surveys aimed at translators and interpreters, these authors point out the absence of deaf interpreters in ETILS research and mapping. Recently, Ferreira (2019) and Pinheiro (2020) carried out important mappings and discussed issues applied to the demands of deaf translators and interpreters. In the methodological part, this research has a qualitative approach, of the descriptive-documental type to represent and discuss academic productions in dissertations, theses, articles and book chapters that address deaf translators and interpreters. When investigating these important elements and observing the number of works, where they were published, and in which institutions, we believe we contribute to the visibility of deaf translators and interpreters. In addition, there are several ongoing researches and preliminary results show different demands, such as language pairs in different graduate programs in translation studies. Professional education, these professionals' interpretive processes, the struggle for recognition, and professional valorization of deaf translators and interpreters are the most recurrent themes discussed in the dissertations analyzed in this research. Lastly, as a translation policy, we propose raising consciousness about the lack of visibility and respect for the deaf translator and interpreter ensuring that they have professional education and a fair remuneration for their work. Expanding the visibility of this category, the translation and interpretation policies should promote the empowerment of deaf sign language translators and interpreters in different professional contexts.

**Keywords:** translation studies; translation policy; deaf translator and interpreter; sign language.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APILS	Associações de Tradutores/Intérpretes/Guias-Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CODA	Children of Deaf Adults
EaD	Ensino a Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ETILS	Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais
EUMASLI	European Master in Sign Language Interpreting
Febrapils	Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
L1	Primeira língua
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PROLIBRAS	Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa
RID	Registry of Interpreters for the Deaf
SEAD	Secretaria de Educação a Distância
SI	Sinais Internacionais
SLPI	Sign Language Proficiency Interview
TILS	Tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais
TIS	Tradutor e intérprete Surdo
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
WASLI	World Association of Sign Language Interpreters
WFD	World Federation of the Deaf

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – <i>Lives on-line</i> pelo canal da Febrapils.....	49
Quadro 2 – Associações de Profissionais Tradutores/Intérpretes.....	53
Quadro 3 – Teses de doutorado defendidas.....	61
Quadro 4 – Teses de doutorado em andamento .....	64
Quadro 5 – Dissertações de mestrado defendidas.....	67
Quadro 6 – Dissertações de mestrado em andamento .....	77
Quadro 7 – Artigos .....	79
Quadro 8 – Capítulos de livros.....	90

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>POLÍTICAS DE TRADUÇÃO E INTÉRPRETES SURDOS</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Políticas de tradução e a emergência dos ETILS</b>	<b>25</b>
<b>2.2</b>	<b>Políticas de tradução e a emergência dos TIS</b>	<b>31</b>
<b>2.3</b>	<b>Políticas de tradução e questões de profissionalização</b>	<b>35</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>55</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS</b>	<b>59</b>
<b>4.1</b>	<b>Teses</b>	<b>60</b>
<b>4.2</b>	<b>Dissertações</b>	<b>66</b>
<b>4.3</b>	<b>Artigos e capítulos de livro</b>	<b>78</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>95</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>99</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No mercado de trabalho brasileiro, as demandas por tradutores e intérpretes surdos têm aumentado bastante, o que acaba por exigir profissionais mais qualificados. Contudo, os desafios encontrados nesse âmbito profissional pouco são explorados sob o ponto de vista da pesquisa, especialmente, nos Estudos da Tradução. O tema dessa dissertação surgiu quando observei que as pesquisas sobre tradutores e intérpretes surdos de línguas de sinais eram escassas.

Como criar ou promover políticas de tradução e de interpretação em um cenário que não se conhece o que se pesquisa, tampouco os principais pontos a serem discutidos, nas poucas ações existentes? Essa indagação vai ao encontro do mesmo questionamento feito por Santos (2013) que diz: “Do nosso ponto de vista, para criar políticas de tradução, é conveniente antes fazermos questionamentos básicos como: o que se pesquisa, quando se pesquisa, por que tais objetos são investigados ao passo que outros não são registrados em determinada área? ”. (SANTOS, 2013, p.25).

Pesquisas como a nossa possuem o objetivo de reunir artigos, teses, dissertações, capítulos de livros ou demais materiais que possam dar pistas sobre um determinado assunto ou uma determinada época. O que é característico ou quais os temas que nunca fizeram parte das investigações de uma determinada época? Por exemplo, esse apontamento das ausências sobre tradutores e intérpretes surdos de língua de sinais nas pesquisas e mapeamentos dos Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais foi realizado por Pinheiro (2020).

A autora verificou, nos principais mapeamentos publicados, tais como: Souza (2010), Pereira (2010) e Santos (2013), a ausência de pesquisas sobre tradutores e intérpretes surdos. Essas pesquisas não existem ou não foram incluídas nos mapeamentos? Temos pesquisas no exterior sobre esse tema ou tal qual ao Brasil são assuntos incipientes? Essas indagações auxiliaram a construção da pergunta de pesquisa norteadora dessa dissertação, a saber: O que se discute na produção acadêmica sobre tradutores e intérpretes surdos de línguas de sinais e como esses resultados podem sugerir a criação de políticas de tradução e de interpretação?

A fim de responder a essa questão foi escolhido como objetivo geral deste trabalho analisar a produção acadêmica (teses, dissertações, artigos, capítulos de livros e outros) sobre tradutores e intérpretes surdos de línguas de sinais. Considerando, previamente, que temos poucos materiais no Brasil, incluímos produções acadêmicas nacionais e internacionais,

especialmente, livros e artigos que estejam disponíveis em plataformas *on-line* e com acesso gratuito.

Na sequência, elencamos quatro objetivos específicos, sendo o primeiro deles mapear e fazer circular a produção acadêmica sobre tradutores e intérpretes surdos de línguas de sinais, contribuindo assim para a visibilidade desses trabalhos e expansão do campo dos Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais – ETILS. Além disso, ainda nesse objetivo, buscamos dialogar com as produções acadêmicas realizadas pelos autores surdos, a partir de uma perspectiva dos próprios surdos. Ou seja, observar se esse percurso sobre os diferentes temas e resultados ajuda a ampliar o conhecimento para a sociedade de forma geral, expandindo também as contribuições surdas para os Estudos da Tradução. O segundo objetivo consiste em verificar as temáticas e características conceituais, assim como, regiões brasileiras e meio de circulação dessa produção, seja em repositórios universitários, periódicos ou outros. O terceiro objetivo busca descrever quais metodologias e resultados foram aplicados nessas produções acadêmicas, identificando pontos-chaves que poderão traçar um percurso das pesquisas e demandas profissionais. O quarto, e último, objetivo enumera alguns tópicos de destaques, tomando como base as produções analisadas para sugerir possíveis políticas de tradução e de interpretação a serem implementadas pelas entidades representativas de tradutores e intérpretes de línguas de sinais surdos e ouvintes.

Para dialogar com esses objetivos estabelecemos a seguinte trajetória teórica: políticas de tradução e de interpretação; ETILS, tradutores e intérpretes surdos e questões de profissionalização. Para isso, autores como Boudreault (2005), Schäffner (2007), Meylaerts (2011), Pereira (2010), Santos (2013), Rodrigues e Beer (2015), Ferreira (2019) e Pinheiro (2020) foram parte dos nossos referenciais teóricos utilizados ao longo da dissertação. Na maioria dos trabalhos mencionados acima sobre ETILS ou mesmo sobre os Estudos da Tradução raramente temos pesquisas que tragam levantamentos de dados voltados para os tradutores e intérpretes surdos – TIS<sup>1</sup>.

Nesse sentido, justifica-se a presente investigação por alguns motivos. Se política é ação de construir diálogos, as produções acadêmicas podem desempenhar papéis importantes na sistematização de um percurso sobre determinada área, a saber como se dá a atuação dos tradutores e intérpretes surdos. Não basta somente existir um discurso afirmando a importância e o valor dos tradutores e intérpretes surdos como fundamentais na composição das equipes de tradução ou de interpretação se não há valorização profissional ou acadêmica. É necessário que

---

<sup>1</sup> Termo criado por Pinheiro (2020).

a produção de teses, dissertações, artigos e demais trabalhos seja investigada e circule dentro do espaço acadêmico e institucional. O que tem sido objeto de pesquisa nesses trabalhos? Onde foram desenvolvidos? Quais as principais discussões e resultados desses trabalhos? São perguntas que ainda temos poucas respostas afirmativas, pois raramente encontramos investigações que discutam este assunto.

Outra justificativa refere-se à importância em conhecer as diferentes modalidades das línguas sinalizadas, tais como: intermodal, intramodal ou ainda intersemiótica, as quais os tradutores e intérpretes surdos trabalham em sua prática profissional, além das principais reivindicações que eles apontam em sua atuação, a busca de valorização e remuneração justas como um direito do TIS, dentre outros elementos que podem emergir do levantamento dessas pesquisas. Acreditamos que esses dados mapeados podem ajudar na criação de importantes políticas de tradução e de interpretação com foco nos tradutores e intérpretes surdos.

Por exemplo, ampliar as ações voltadas para tradutores e intérpretes surdos nas associações locais de TILS, expandir as discussões sobre a atuação de profissionais surdos na tradução e na interpretação em diferentes contextos da sociedade (jurídico, saúde, educacional, assistência social, artístico, turismo e entretenimento e outros). Muitas vezes confunde-se a atuação do intérprete surdo priorizando somente o contexto de conferência, esquecendo-se que esse profissional atua em diversos âmbitos, assim como também, eles utilizam diferentes línguas em sua prática profissional.

Pinheiro (2020) traz importantes contribuições em sua tese de doutorado ao discutir e mostrar a relevância das políticas linguísticas das línguas de sinais, no contexto internacional e no contexto nacional. A autora explica que há várias línguas de sinais, o que na minha opinião, aumenta a quantidade de tradutores e intérpretes surdos destas línguas.

As políticas linguísticas dão garantias às 19 línguas de sinais no Brasil, são línguas de comunidades surdas, patrimônio cultural imaterial de uma minoria linguística e não se reduzem apenas a um status linguístico de língua de sinais, mas são compartilhadas e transmitidas em comunidade a cada geração. Além disso, as diferentes línguas de sinais para manter-se e desenvolver-se, necessitam de políticas de proteção sociocultural. (PINHEIRO, 2020, p. 46).

Conforme a autora argumenta no texto acima há diversas línguas de sinais, sendo algumas delas catalogadas por Silva e Quadros (2019)<sup>2</sup>, tais como: Libras (em todo território brasileiro); Língua de sinais Urubu-Kaapor na comunidade dos Índios Urubu Kaapor no estado do Maranhão; Língua de Sinais Ka'apor (em Aldeias do estado do Pará); Língua de sinais

---

<sup>2</sup> Um importante trabalho que colaborou para esse mapeamento foram as discussões realizadas por Silva e Quadros (2019). As autoras apresentam dados sobre as línguas de sinais de comunidades isoladas no Brasil.

Sateré-Waré (na comunidade dos Índios Sateré-Waré em Parintins, no estado do Amazonas); Língua de Sinais Kaingang (na comunidade dos Índios Kaingang em Xanxerê, no estado de Santa Catarina); Língua de Sinais Terena (na comunidade dos índios Terena, no estado de Mato Grosso do Sul); Língua de Sinais Terena (na comunidade dos Índios Terena, na Aldeia de Cachoeirinha – Miranda, também no estado de Mato Grosso do Sul); Língua de Sinais Guarani-Kaiowá (na comunidade dos Índios Guarani-Kaiowá, no estado de Mato Grosso do Sul); Língua de Sinais Akwe\* sinais Akwe de comunicação Cultural (na comunidade dos índios Akwe-Xerente, no estado do Tocantins); Língua de sinais Maxakali (na comunidade dos Índios Maxakali, no estado de Minas Gerais); Língua de Sinais Pataxó (na comunidade dos Índios Pataxó, na Aldeia de Coroa Vermelha, no estado da Bahia), Cena (na comunidade de Várzea Queimada em Jaicós, no estado do Piauí), Acenos (na comunidade de Cruzeiro do Sul, no estado do Acre); Línguas de Sinais da Fortalezinha (no estado do Pará); Língua de Sinais de Ilha do Marajó (na comunidade da Ilha do Marajó/ na Ilha de Soure, no estado do Pará); Língua de Sinais de Porto de Galinha (no estado de Pernambuco); Língua de Sinais de Caiçara (no Sítio Caiçara - Várzea Alegre, no estado do Ceará); Língua de Sinais compartilhadas na Fronteira (em Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul/Brasil e Rivera/Uruguai); Língua de Sinais emergentes de São Gabriel da Cachoeira (no estado do Amazonas).

Onde estão ou circulam as pesquisas sobre tradução e interpretação realizadas por surdos e que incluem diferentes línguas de sinais? Se investigarmos as produções acadêmicas sobre esse tema, aumentam as possibilidades de conhecer melhor o campo de atuação dos tradutores e intérpretes surdos e de saber quais assuntos (foram) são investigados durante um período de tempo. É possível que diante de um quadro tão vasto das línguas de sinais mencionadas por Pinheiro (2020) e Silva e Quadros (2019), a presença de intérpretes surdos seja uma constante (embora não visível nas produções acadêmicas).

Não somente do ponto de vista quantitativo, mas também qualitativo, os resultados desta pesquisa podem motivar futuros trabalhos com temáticas mais pontuais sobre esta temática. Além disso, pode propiciar o desdobramento de políticas de tradução e de interpretação para a formação de novos tradutores e intérpretes surdos, seja em universidades ou em associações profissionais. Acessar um panorama do que está sendo produzido ajuda-nos a entender os pontos fortes e os pontos que precisam ser melhorados em um determinado campo do conhecimento.

Do ponto de vista metodológico essa pesquisa segue uma abordagem qualitativa, de cunho descritivo e utiliza como instrumentos de coleta de dados, fontes documentais

referentes à produção acadêmica (teses, dissertações, artigos, capítulos de livros e outros). Um dos motivos que explica por que não acrescentamos um recorte de tempo na coleta dos dados, justamente pela escassez de produções publicadas. Correríamos o risco de reduzir os poucos materiais existentes, por isso flexibilizamos os critérios de escolha no que tange ao tempo.

A seleção do *corpus* conta com a produção acadêmica distribuída em teses, dissertações, artigos e capítulos de livros que tratam sobre tradutores e intérpretes surdos. Quanto aos procedimentos de coleta de dados, ocorrida no período de 2010 a 2019, temos a seguinte situação: As teses e dissertações foram coletadas nos programas de pós-graduação em Estudos da Tradução, tais como: UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, UNB – Universidade de Brasília, UFC – Universidade Federal do Ceará e USP – Universidade de São Paulo.

Consideramos como dados de pesquisa, tanto aquelas que já foram defendidas quanto aquelas que ainda estão em andamento, como uma forma de promover visibilidade ao tema. Quanto aos artigos e capítulos de livros, buscamos as principais revistas na área de estudos da tradução, tais como: Cadernos de Tradução, Revista Belas Infiéis, dentre outras. No caso dos capítulos de livros, realizamos um levantamento a parte, já que não estão disponíveis da mesma forma que os artigos. Os resultados estão listados na análise de dados.

A presente pesquisa está organizada em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta a introdução e realiza uma contextualização da pesquisa, explicitando o objeto a ser investigado, as perguntas de pesquisa, os principais autores que sustentam a investigação, além da perspectiva e das decisões metodológicas tomadas na pesquisa.

No capítulo 2, discutimos o referencial teórico, o qual foca nas políticas de tradução e interpretação dos surdos. Nessa perspectiva, esse capítulo foi organizado em três caminhos que buscam explicar como o campo das políticas de tradução e de interpretação relacionam-se com a emergência dos estudos sobre tradução e interpretação de línguas de sinais (ETILS). Em um segundo momento, apresentamos como as políticas de tradução articulam-se com a emergência dos tradutores e intérpretes surdos. E por último, discutimos os principais desafios voltados à profissionalização dos sujeitos que atuam nesse campo e os desafios encontrados quando busca-se refletir sobre políticas de tradução e interpretação.

No capítulo 3, contextualizamos as decisões metodológicas e os procedimentos de seleção do *corpus*, bem como, as decisões que foram tomadas na pesquisa. A abordagem qualitativa é a norteadora do presente trabalho e junto com ela, buscamos na pesquisa descritiva-documental recuperar a produção acadêmica no formato de teses, dissertações,

artigos e capítulos de livros que versam sobre tradutores e/ou intérpretes surdos. Acreditamos que investigar esses elementos é importante para emergir contribuições que irão favorecer a criação de políticas de tradução.

No capítulo 4, os resultados são apresentados e analisados destacando as principais tendências, instituições e temáticas investigadas nesse campo.

Por fim, nas considerações finais retomamos os principais pontos elencados na introdução, especialmente, um diálogo com as perguntas de pesquisa e com os objetivos elencados neste trabalho.

## 2 POLÍTICAS DE TRADUÇÃO E INTÉRPRETES SURDOS

Neste capítulo, trataremos sobre o referencial teórico da pesquisa, discutiremos os principais elementos que constituem políticas de tradução e as problemáticas envolvidas nesse conceito, articulado com o tema da pesquisa, a saber, produções acadêmicas sobre tradutores e intérpretes surdos de línguas de sinais. Além disso, abordaremos diferentes possibilidades e olhares de observar esse tema. Em um primeiro momento, apresentaremos alguns autores dos Estudos da Tradução e as principais contribuições deles para a dissertação. Na sequência, apresentaremos alguns fatos históricos que contribuíram para as políticas de tradução e de interpretação de línguas de sinais por ouvintes e surdos.

Em termos históricos, a direcionalidade da interpretação de Português para Libras sempre foi amplamente contratada, justamente porque os espaços que as comunidades surdas acessavam ainda eram poucos. Na medida em que a comunidade surda começa a acessar diversos espaços sociais e acadêmicos, ampliam-se as oportunidades de trabalho também para a direção Libras-Português. Nos últimos anos, a possibilidade de ter tradutores e intérpretes surdos atuando com/entre/para diferentes línguas de sinais e/ou com a escrita de sinais ou ainda com o Português escrito para a Libras, expandiu ainda mais o mercado e a indústria da tradução.

De modo geral, a sociedade tem uma visão da atuação dos tradutores e intérpretes ouvintes, com certa frequência, nos contextos escolares, acadêmicos e religiosos. Tanto as leis, quanto as pesquisas sobre tradução e interpretação de línguas de sinais emergiram na década de noventa, portanto são ainda recentes. No decreto nº 5626/2005, o qual regulamentou a lei de Língua Brasileira de Sinais – Libras, ampliou-se também os cenários de atuação do profissional intérprete, sejam eles ouvintes ou surdos. Contudo, de acordo com esse decreto, no capítulo 3, artigo 8º (BRASIL, 2005) temos:

[...] deve avaliar a fluência no uso, o conhecimento e a competência para o ensino dessa língua, são os três itens principais antes da formação:

§ 1º O exame de proficiência em Libras deve ser promovido, anualmente, pelo Ministério da Educação e instituições de educação superior por ele credenciadas para essa finalidade.

§ 2º A certificação de proficiência em Libras habilitará o instrutor ou o professor para a função docente.

§ 3º O exame de proficiência em Libras deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento em Libras, constituída por docentes surdos e linguistas de instituições de educação superior. (BRASIL, 2005).

Essas diretrizes explicam sobre a certificação que habilitava esse profissional a atuar no mercado de trabalho, vigente por um período de 10 anos após a publicação do referido decreto. No ano de 2006, o exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras -

Língua Portuguesa ficou popularmente conhecido como Prolibras. O Exame Prolibras foi realizado pelo MEC (Ministério da Educação) em parceria com instituições federais de ensino, tais como: Universidade Federal de Santa Catarina, Instituto de Educação de Surdos contando com a parceria do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Essa medida foi aplicada para professores de Libras e para tradutores e intérpretes de Libras-Português que desejavam atuar profissionalmente no meio acadêmico e nos demais setores da sociedade.

Esse exame de proficiência desenvolveu um papel muito importante, especialmente, no que tange a certificação de tradutores e intérpretes de Libras-Português, ainda que vários autores tenham realizado diversas críticas ao modo como ele foi concebido ou no modo como ele foi aplicado. Algumas dessas problematizações podem ser acompanhadas nos trabalhos de Pereira e Fronza (2011) e Ferreira (2019). No primeiro caso, Pereira e Fronza (2011) pontuam questões teóricas e práticas que embasam o Prolibras e enumeram uma série de elementos comparando com outros testes no âmbito internacional, dentre eles o Sign Language Proficiency Interview<sup>3</sup> (SLPI) aplicado nos Estados Unidos.

No segundo caso, Ferreira (2019) realiza várias considerações, dentre elas, o fato de que esse exame não foi pensado para os profissionais surdos, nas primeiras edições de 2006, 2007 e 2008. Segundo os dados que o autor apresenta com base nos relatórios anuais, os primeiros surdos aprovados como tradutores ou intérpretes ocorreram no ano de 2009. Ferreira (2019) explica ainda as mudanças de metodologias ao longo das edições, a fim de gerenciar a demanda de surdos inscritos para a prova de certificação. O autor frisa ainda que ao longo das edições desse exame inscreveram-se um total de 528 candidatos ouvintes e surdos, mas aprovados foram somente 109 surdos. (FERREIRA, 2019, p. 20). Até o momento a classificação dos candidatos surdos foram poucas e alguns querem manter a mesma profissão, isto é, como tradutores e intérpretes. Os demais candidatos tentaram a prova apenas por experiência, sendo que alguns profissionais continuam em busca de outros cursos, sejam eles técnicos ou acadêmicos, a fim de comprovar a qualificação profissional.

Os profissionais tradutores surdos começaram a trabalhar na tradução de Português para Libras, de forma visível e institucionalizada, utilizando o novo recurso de Videoprova<sup>4</sup> traduzida em Libras, mais especificamente, no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

---

<sup>3</sup> Entrevista de proficiência em língua de sinais.

<sup>4</sup> O INEP aplica questionário de avaliação na modalidade videoprova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como auxílio de acessibilidade. O referido recurso foi realizado no ano de 2017, sendo que a videoprova é traduzida em Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Desde o ano de 2013, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP preparou um vídeo explicativo usando a Libras, contribuindo dessa forma para a visibilidade e promoção linguística dessa língua e da comunidade surda. O objetivo é qualificar o recurso de acessibilidade para pessoas surdas ou com deficiência auditiva que sinalizam a Libras como primeira língua, de acordo com a ampla divulgação realizada pelo Inep.

Em 2018, o Inep lançou no videoprova todo o conteúdo disponível em Libras, e publicou a primeira versão acessível para surdos conforme informação constante no site do Inep. Além disso, o referido instituto confirmou que a Videoprova Traduzida em Libras foi o recurso escolhido por 1.897 participantes com inscrições já confirmadas para o exame. Cerca de 52 mil participantes solicitaram Atendimento Especializado para o Enem. Desses, 4.957 são deficientes auditivos e 2.184 são surdos. A comunidade surda começa uma nova iniciativa, fazer parte da Política de Acessibilidade e Inclusão do instituto, que visa ampliar as oportunidades de participação da sociedade em seus exames e avaliações.

Contudo, mesmo diante das justas reivindicações realizadas pelos autores com relação ao exame de proficiência – Prolibras, esta certificação pode ser considerada um exemplo de política de tradução e de interpretação, cujo objetivo principal foi credenciar profissionais para a atuação no mercado de trabalho. Até o período de 2015 foi concluído e finalizado o concurso do Prolibras. Um novo Projeto de Lei PL nº 9382/2017<sup>5</sup> feito pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, propunha que o exercício profissional e condições de trabalho do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras fosse alterado. Tal projeto de lei revogaria a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Segue algumas listas do projeto de lei sobre o diploma ou certificado de proficiência:

- Art. 2º O exercício da profissão de tradutor, guia-intérprete e intérprete é privativo:
- II – dos portadores de diploma em cursos superiores em outras áreas que, na data de publicação desta lei, tenham sido aprovados em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras - Língua Portuguesa;
  - III – dos portadores de diploma em cursos superiores em outras áreas que possuam diplomas de cursos de extensão, formação continuada ou especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta horas) e tenham sido aprovados em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras - Língua Portuguesa;
  - IV – dos profissionais habilitados nos termos do art. 4º da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, até a data de publicação desta Lei;

---

<sup>5</sup> Até maio do ano de 2021, o referido projeto de lei ainda se encontra em análise.

VI – dos portadores de certificado de exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa, até a data de publicação desta lei.

§ 1º O exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa de que tratam os incisos II, III e VI do caput deste artigo deve ser realizado por banca examinadora de instituições de ensino superior que ofereçam os cursos de graduação em Tradução e Interpretação em Libras - Língua Portuguesa ou em Letras com habilitação e interpretação.

A Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais - Febrapils continua acompanhando o andamento do projeto de lei e a sua possível aprovação, como forma de garantir a profissão de todos. O Prolibras foi apenas uma certificação expedida temporariamente para assegurar e expandir o exercício da profissão, porém esse tipo de certificado não será mais expedido. Por isso, é importante acompanhar a aprovação desta Lei para que não haja prejuízos ao direito de exercer a profissão.

O conceito de políticas de tradução, e mais recentemente, políticas de interpretação citado por Holmes (1988), que se interessou pela área da tradução e da interpretação, pretende entender o papel e a função do tradutor e a sua prática de atuação. Goulart (2020) retoma as contribuições da pesquisadora Meylaerts (2011) e explica as mudanças em torno do conceito de políticas de tradução e de interpretação. Goulart (2020, p. 39) afirma que:

Nas reflexões de Meylaerts (2011), sobre Políticas de Tradução, a autora afirma que conceito de política, em seu sentido mais estrito, se refere à forma de condução de assuntos públicos por um determinado governo ou administração. A pesquisadora cita como exemplo prático as regras legais. Ainda nesse viés da amplitude, a autora afirma que a política abrange também outros contextos que podem contemplar instituições, organizações, empresas privadas etc. Cada uma delas implementam determinadas condutas por regras específicas – inclusive contextos e situações informais podem ter suas relações políticas.

Para o estudo nesta dissertação, entendemos que o conceito de políticas de tradução e de interpretação inclui vários significados e elementos, dependendo do local da instituição. Consideramos relevante incluir não somente as situações e demandas formais, mas também aquelas que estão presentes em contextos informais, cujos tradutores ou intérpretes estão em condições precárias de trabalho. As políticas de tradução devem propiciar formas de ampliação do trabalho desses profissionais e buscar meios para qualificá-los. Goulart (2020) frisa, a partir das contribuições de Meylaerts (2011), que todos os cidadãos devem ter acesso a comunicação

com as autoridades e ter preservado os seus direitos linguísticos e essas garantias legais e políticas devem ser proporcionadas por políticas de tradução.

Atualmente, as políticas de tradução e de interpretação auxiliam, também, no aumento e na visibilidade das produções acadêmicas. Quando as produções acadêmicas são analisadas e constata-se determinados assuntos mais visíveis, ao passo que outros, não estão visíveis, é possível investir em políticas de tradução e de interpretação, a fim de tornar a temática mais evidente. Nas produções acadêmicas, é possível reconhecer cada área específica do estudo da tradução ou da interpretação, mostrando-nos fatores e variáveis que influenciam os diferentes trabalhos tradutório e interpretativo.

Por exemplo, nas produções acadêmicas, raramente observamos pesquisas que tratam sobre tradutores e intérpretes surdos e a necessidade de perfis profissionais diferentes para contextos especializados em atuação. É importante que políticas de tradução e de interpretação sejam criadas nesse campo, a fim de valorizar as competências e perfis profissionais para as demandas das instituições, para a valorização profissional e assim por diante. São diversos os espaços e contextos em que tradutores e intérpretes surdos podem atuar, mas isso ainda não está visível nas produções acadêmicas.

Estudar a produção acadêmica sobre tradutores e intérpretes surdos é também um modo de evidenciar políticas de tradução e interpretação, tomando como base os pesquisadores surdos. Não somente pelo trabalho individual (no caso de teses e dissertações), mas também, pelas produções que visibilizam a importância do trabalho em equipe, onde os tradutores e intérpretes surdos e ouvintes possam trabalhar juntos. Como muitos não percebem tal possibilidade ou mesmo visibilidade nas produções dos autores doutores e mestres surdos no âmbito dos Estudos da Tradução, tivemos a oportunidade de mostrar, através do nosso estudo, o resultado dessas pesquisas, também como elemento de políticas da tradução e da interpretação. Não somente pela visibilidade desses trabalhos, mas também, no desejo de que as políticas de tradução e de interpretação incluam as demandas dos professores, pesquisadores e tradutores e intérpretes surdos.

Ainda gera várias dúvidas por parte da comunidade acadêmica tal feito, haja vista que a área de políticas de tradução e de interpretação ainda não é tão explorada no Brasil. No Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP existem muitos profissionais experientes como tradutores e percebe-se que eles têm muita responsabilidade para não cometerem erros na prova do Enem. É um novo segmento de tradução, mais orientado

e com novas regras para este novo trabalho, o que implica também na criação de políticas de tradução e de interpretação que deem suporte a atuação do tradutor e do intérprete surdo.

Um dos primeiros textos em nosso país que discute as implicações conceituais e mostra vários desafios na composição das políticas de tradução é o texto de Santos e Francisco (2018). Nele, Santos e Francisco (2018) resgatam as principais discussões realizadas por Schäffner (2007) e Meylaerts (2011) e concordam com elas, especialmente em dois pontos: (i) a ausência do termo políticas de tradução nas pesquisas consideradas clássicas dos Estudos da Tradução e (ii) a natureza complexa na definição desse termo e as implicações sociais, políticas e culturais que atravessam essa nomenclatura.

Cabe ressaltar que não somente os termos “tradução e política” e “políticas de tradução” foram registrados no campo dos Estudos da Tradução. Embora Meylaerts (2011) tenha destacado a falta do termo “políticas de tradução” nas principais obras da área dos Estudos da Tradução, Schäffner (2007) apresenta e discute o termo “política e tradução”. A autora aborda a natureza complexa do discurso da tradução, os processos de produção e recepção dos textos, a universalidade dos discursos políticos e suas consequências para a comunicação intercultural, em especial, a tradução. (SANTOS e FRANCISCO, 2018, p. 2943).

A partir das colocações das autoras acima, podemos observar que as políticas de tradução e políticas de interpretação estão em fase inicial, isto é, a definição conceitual e a abrangência dos elementos que constituem esse campo ainda não estão bem consolidadas. Diante dessa realidade, acreditamos que a certificação deva ser um dos pontos a constituir políticas de tradução e de interpretação, afinal promover credenciamento de profissionais aptos a trabalhar no mercado de trabalho é fundamental para a qualidade dos serviços oferecidos. Obviamente, a certificação não é o único fator que contribui para essa política, pois é preciso pensar na formação continuada e especializada desses profissionais, nas demandas oriundas das comunidades surdas, nas demandas das instituições contratantes e nas demandas dos próprios tradutores e intérpretes para ampliar esse quadro conceitual.

No Brasil, a necessidade de promoção de políticas de tradução e de interpretação efetiva, bem como, a sistematização das ações sociais e acadêmicas já instituídas no campo da interpretação de línguas de sinais é urgente. O decreto nº 5626/2005 desempenhou um papel importante para promover a certificação, a formação e a difusão da língua de sinais, dos profissionais que trabalham nesse contexto, especialmente, tradutores e intérpretes de línguas de sinais.

Contudo, devemos pensar de forma mais ampla, pois as políticas de tradução ou de interpretação existem para além das legislações, por meio de práticas e políticas linguísticas adotadas pelos governos ou mesmo pelas comunidades. Inclusive, Santos e Francisco (2018)

defendem que a articulação entre políticas linguísticas e políticas de tradução deve ser uma das pautas atuais dos campos de Estudos da Tradução e Políticas Linguísticas. As autoras explicam que:

*Políticas linguísticas e políticas de tradução não se resumem às leis (grifos nossos). Quando há essa crença disseminada pelas diferentes entidades, sejam elas governamentais ou não, o risco de cair em uma emboscada é certo. Essa armadilha se alimenta da ideia equivocada de que bastariam as leis para institucionalizar a conquista de direitos, quando na verdade a lei proporciona um grau de letargia pouco explorado e debatido no meio acadêmico. (SANTOS E FRANCISCO, 2018, p. 2946).*

São justamente essas leis que ora auxiliam e visibilizam determinados grupos e, ao mesmo tempo, marginalizam outros, dependendo dos interesses políticos e históricos que estão por dentro das ações. Vejamos um exemplo. Antes do decreto nº 5626/2005, as realidades diversas dos intérpretes ouvintes de línguas de sinais, em diferentes partes do Brasil, estava bastante atrelada ao assistencialismo. Ou seja, era comum visualizar trabalhos voluntários desses profissionais juntamente aos familiares e amigos de surdos ou ainda trabalhos religiosos, cujo objetivo era fornecer assistência ou ajuda ou ainda evangelização. Mesmo com poucos recursos e pouquíssimas oportunidades de formação profissional, os intérpretes ouvintes de Libras-Português frequentavam bastante esses espaços almejando experiência e aprofundamento no contato cultural junto às comunidades surdas.

Ao longo dos tempos e com muitas reivindicações de diversas entidades representativas dos surdos e dos tradutores e intérpretes, esses profissionais que atuavam amplamente no meio social e assistencial foram adaptando-se a outros contextos e passaram a atuar em contextos institucionais, tais como: serviços públicos em geral, universidades, escolas e outros espaços. Santos (2010) e (2013) explica os deslocamentos nos processos de formação acadêmica e profissional e mostra como as leis, em especial o decreto nº 5626/2005 contribuiu para essa mudança e visibilidade profissional.

Recentemente, os intérpretes ouvintes de Libras-Português são encontrados não somente nesses espaços públicos, mas em diversos espaços da sociedade brasileira e gozam de certa visibilidade profissional, oriunda de diversas ações e movimentos profissionais e acadêmicos para que esse espaço e esses profissionais fossem reconhecidos. Ainda que tardiamente, o mesmo percurso parece ocorrer com os tradutores e intérpretes surdos de língua de sinais. Mas os surdos podem atuar como tradutores e intérpretes?

Esse questionamento é amplamente disseminado e muitas pessoas parecem não compreender essa possibilidade como algo plausível em diversas situações. Desde pequenos, os surdos vivem em constante processo de imersão entre diferentes línguas. Vemos que muitos

ainda têm a crença de que os tradutores e intérpretes surdos não podem atuar profissionalmente, tal ideia pode estar arraigada à concepção patológica da surdez, isto é, de vê-la como deficiência, a língua como algo menor. Em alguns países essa crença perdura até os dias atuais, mas felizmente, tanto do ponto de vista profissional quanto acadêmico diversas ações a favor dos tradutores e intérpretes surdos vêm sendo discutidas e implementadas.

Os surdos necessitam de apoio tradutório somente por tradutores e intérpretes ouvintes na efetivação dos seus direitos linguísticos? São vários os exemplos que demandam equipes mistas (ouvintes e surdos) de tradução, isto é, compostas por intérpretes surdos e ouvintes. Os surdos podem solicitar TILS, sejam eles particulares ou providos pelo Estado, para acompanhá-los em consultas médicas, reuniões de trabalho, na justiça e em outras situações. Ocorre que as políticas de tradução e de interpretação voltadas para o reconhecimento profissional dos tradutores e intérpretes surdos ainda são precárias em nosso país. O questionamento se a pessoa surda poderia atuar como tradutor e intérprete não é exclusivo do Brasil, pois alguns autores ratificam esse fato.

No livro intitulado “*Topics in signed language interpreting*” de Terry Janzen, o capítulo nomeado como: ‘intérpretes surdos’ foi escrito por Boudreault (2005). Nesse capítulo, o autor interroga: “Como uma pessoa surda pode ser um intérprete de língua de sinais na sua própria comunidade surda? Isso não pode ser. Você é surdo!”. (BOUDREAUULT, 2005, p.323, tradução de João Gabriel Ferreira)<sup>6</sup>. É comum observar que em muitos espaços da sociedade, as pessoas consideram que os surdos não poderiam atuar como intérpretes, como também, não imaginam em quais situações ou quais atribuições estariam direcionadas para as pessoas surdas.

Para isso, torna-se fundamental conhecer melhor o conceito atribuído ao intérprete surdo, temática esta, apresentada pelo *Deaf Interpreter Institute* [em português: Instituto de Intérpretes Surdos], também corroborada por Ferreira (2019). “Um Intérprete para Surdos é um especialista que presta serviços de interpretação, tradução e transliteração na Língua de Sinais Americana e outras formas de comunicação visuais e táteis usadas por pessoas que são surdas, deficientes auditivas e surdocegas”. (DEAF INTERPRETER INSTITUTE, tradução de João Gabriel Ferreira)<sup>7</sup>. Podemos compreender assim, que os intérpretes surdos seriam aqueles que

---

<sup>6</sup> How can a Deaf person be a signed language interpreter in your own Deaf community? It can't be. You're Deaf!

<sup>7</sup> A Deaf Interpreter is a specialist who provides interpreting, translation, and transliteration services in American Sign Language and other visual and tactual communication forms used by individuals who are Deaf, hard-of-hearing, and Deaf-Blind. As a Deaf person, the Deaf Interpreter starts with a distinct set of formative linguistic, cultural, and life experiences that enables nuanced comprehension and interaction in a wide range of visual language and communication forms influenced by region, culture, age, literacy, education, class, and physical, cognitive, and mental health. These experiences coupled with professional training give the Deaf interpreter the

descrevem as experiências formativas compartilhadas do “mundo surdo”, que moldam à sua ética, estabelecem a sua linguagem e fluência cultural e servem como base para o seu treinamento e desenvolvimento como intérpretes (idem).

Nessa perspectiva, tanto o Instituto de Intérpretes Surdos quanto Boudreault (2005) concordam que existem critérios e orientações para se tornar um intérprete surdo. Ou seja, as pessoas surdas que possuem amplo conhecimento linguístico, cultural e de experiência de vida, propriamente dita, aliado à formação profissional para intérpretes possibilitam condições básicas para uma comunicação eficaz. No âmbito europeu ou americano, essa formação profissional já tem certo percurso e ações mais sedimentadas, diferentemente da realidade brasileira, na qual Ferreira (2019) ressalta a inexistência de formação profissional, muito embora o aumento de demandas por intérpretes surdos tenha avançado no mercado de trabalho.

Ferreira (2019) descreve não somente as demandas do mercado de trabalho como também apresenta os desafios no reconhecimento do intérprete surdo, assim como, as diferentes áreas de atuação e formação profissional e ainda os processos tradutórios e interpretativos que marcam as singularidades na atuação desses profissionais. Como se pode observar, as pesquisas sobre intérpretes surdos são emergentes, especialmente, no contexto brasileiro. Nesse sentido, investigar quais as temáticas, os pesquisadores, as regiões e demais elementos que emergem dessas investigações é fundamental para fazer circular os resultados dessas pesquisas, além de sugerir tópicos importantes para a construção de políticas de tradução e de interpretação voltadas para os intérpretes surdos.

Ao descrever as demandas do mercado de trabalho e a atuação profissional do intérprete surdo, temos elementos da prática empírica que se transformam em objetos de pesquisa e delineiam novas possibilidades e desafios, inclusive, auxiliando a composição de equipes mistas (intérpretes ouvintes e surdos) temática ainda pouco explorada no Brasil. É comum certo estranhamento dessas equipes quando não se conhecem ou não estão claros quais as atribuições e os pares linguísticos de cada intérprete. Por exemplo: os intérpretes ouvintes de Libras-Português costumam trabalhar com os diferentes modos de interpretação, a saber, consecutiva, sussurrada ou simultânea, frequentemente com o par de línguas Libras-Português. Ou seja, uma língua de modalidade oral para uma língua de modalidade gesto-visual, isto é, sinalizar Libras para Português oral e/ou vice-versa.

---

ability to effect successful communication across all types of interpreted interactions, both routine and high risk [...]

Essa realidade não é comum para intérpretes surdos de línguas de sinais, pois geralmente eles trabalham com a interpretação de uma língua de sinais emergente ou sinais caseiros para a Libras (intramodal). Nesses casos, é comum os intérpretes surdos trabalharem fazendo a interpretação buscando adaptar diferentes níveis linguísticos quando há presença, por exemplo, de surdos que moram na cidade, chamados urbanos, e surdos que moram na zona rural.

Outra demanda para interpretação intramodal ocorre nos diferentes níveis de formalidade (nível formal e informal) presente em um mesmo espaço. Em outros exemplos, temos a interpretação entre duas línguas de sinais, envolvendo na maioria dos casos, uma língua de sinais nacional e uma língua de sinais estrangeira. Nesses casos, nomeamos de interpretação intermodal. No caso da interpretação intermodal que envolva o Português para a Libras ou vice-versa, normalmente, os intérpretes surdos trabalham com a leitura ou escrita.

Trazer essas realidades da atuação profissional dos intérpretes surdos e torná-las pesquisas é um exemplo dos desdobramentos das políticas de tradução. É necessário discutir, por exemplo, porque a invisibilidade das pesquisas sobre intérpretes surdos é um fato no meio acadêmico, especialmente, nos Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais, nomeado como: ETILS.

Pinheiro (2020), em sua tese de doutorado intitulada: “Políticas linguísticas e suas implementações nas instituições do Brasil: o tradutor e intérprete surdo intramodal e interlingual de línguas de sinais de conferência”, apresenta dados preocupantes sobre a ausência de pesquisas que discutam os intérpretes surdos. A autora explica que os levantamentos realizados por Pereira (2010), Souza (2010) e Santos (2013), todos no âmbito dos ETILS, foram encontrados poucos registros com menção aos intérpretes surdos.

No Brasil, a escassa produção, e por consequência, a invisibilidade das pesquisas e dos profissionais tradutores e intérpretes surdos de línguas de sinais vai justamente no sentido contrário àquilo que Holmes (1988) havia orientando no subcampo Políticas de Tradução (e incluímos aqui Políticas de Interpretação, já que naquela época o autor não deixou explícito em seu mapa fundacional).

Holmes (1988) sistematizou e expandiu as diversas manifestações de estudos e pesquisas que articulavam a tradução e as implicações linguísticas, culturais, filosóficas e tradutórias reunindo-as em um mapa, considerado fundacional nos Estudos da Tradução. Um dos subcampos apresentados nesse mapa refere-se à Políticas de Tradução. Para orientar esse subcampo, o autor propôs que assuntos como a prática da tradução e o esclarecimento sobre o

papel do tradutor devessem ser explicados à sociedade, a fim de produzir um trabalho mais eficaz. Ou seja, essas recomendações versavam sobre a promoção de políticas que colocassem visíveis as práticas desenvolvidas por esses profissionais, no caso os tradutores.

Nesse sentido, conhecer melhor como as políticas de tradução e de interpretação podem ser observadas em diálogo junto ao campo dos Estudos da Tradução é relevante para essa pesquisa. Sendo assim, na próxima seção abordamos as políticas de tradução e de interpretação a partir de um viés acadêmico. Ou seja, compreender elementos conceituais e a emergência dos ETILS, do nosso ponto de vista, pode-se considerar um olhar para as políticas de tradução e de interpretação.

## **2.1 Políticas de tradução e a emergência dos ETILS**

No mapeamento de Holmes, a subárea “políticas de tradução” aparece no ramo aplicado do mapa. O autor explica o papel e as atribuições que colocam em diálogo a sociedade e a visibilidade do tradutor. Nessa época, Holmes não deixou explícito ou fez real menção ao intérprete, à interpretação ou políticas de interpretação. Contudo, todas as recomendações sugeridas nessa subárea para os tradutores podem ser construídas e problematizadas junto aos intérpretes de igual modo. Uma forma de refletir sobre a presença da interpretação no mapa de Holmes seria a partir das reflexões na divisão de vários estudos e subáreas, tais como: a categoria dos estudos teóricos, subárea das teorias parciais limitadas, como uma forma de tradução oral humana.

Em ambas as subáreas (aplicadas ou teóricas e mistas), a pesquisa sobre interpretação poderia gerar várias contribuições. Além disso, é importante considerar que esse mapeamento foi construído na década de setenta e publicado no final dos anos oitenta. Ou seja, é possível que naquela época o conceito de interpretação não tivesse sido entendido como nos tempos atuais, podendo tal conceito ser incluído na tradução não se limitando exclusivamente à questão escrita, mas também, envolvendo características e especificidades mais amplas.

Os conceitos sobre tradução e interpretação podem ou não ser compreendidos como sinônimos de um mesmo processo, dependendo do autor ou linha teórica adotada. Por exemplo, Baker (1998) ressalta a não necessidade de diferenciar tradução e interpretação, pois todos têm uma visão em comum e um conhecimento amplo do significado da “tradução”. Nesse viés, Briks (2012, p. 8) parece concordar com Baker (1998). Ele conclui em sua pesquisa que a interpretação é também tradução, uma vez que traduzir implica leitura e interpretação.

No âmbito da língua escrita, a tradução pode ocorrer entre línguas diferentes ou dentro de uma mesma língua, uma vez que “um ser humano realiza um ato de tradução, no sentido completo da palavra, quando recebe uma mensagem verbal de qualquer outro ser humano” (STEINER, 2005, p. 71). Essa compreensão de Steiner (2005) em algum momento concorda com Pagura (2003), especialmente, quando este último explica que todo ato de interpretação é precedido de um ato de tradução, ainda que tradução e interpretação sejam dois processos diferentes e que se operacionalizam de forma distinta.

Embora não haja dúvidas de que a interpretação simultânea e a consecutiva envolvam um processo de tradução, no sentido mais amplo do termo – a conversão de uma mensagem de um idioma para outro e de uma cultura para outra –, a maioria dos teóricos e dos praticantes das duas áreas reserva o uso dos termos mencionados acima para duas atividades diferentes, conforme as delimitações já mencionadas. (PAGURA, 2003, p. 2010).

O autor explica, inclusive, os modos de interpretação (simultâneo e consecutivo) como específicos da prática de interpretação. Pagura (2003) descreve que a modalidade consecutiva ocorre quando o intérprete realiza a interpretação entre intervalos curtos do discurso, onde o mesmo compreende o discurso e durante o processo há uma pausa do orador para que o intérprete passe para a outra língua a mensagem. Ainda, segundo Pagura (2003) a modalidade simultânea ocorre quando se interpreta sem pausas e com pequeno atraso de segundos, atraso suficiente para o intérprete compreender a mensagem e expressá-la em outra língua, geralmente com o apoio de recursos tecnológicos (cabine, microfones, receptores de áudio, etc), para que não haja a sobreposição das línguas. Ou seja, a concepção apresentada por Pagura (2003) dialoga com as reflexões de Rodrigues e Beer (2015). Os autores explicam que:

De modo simples, o que nos permite diferenciar os ET e os EI [Estudos da Tradução e os Estudos da Interpretação] é basicamente o seu objeto central de estudo, respectivamente, “a tradução e o traduzir” e “a interpretação e o interpretar”. Esses dois processos, embora cunhados na translação<sup>1</sup> de material linguístico-cultural de uma língua à outra, caracterizam-se pela maneira por meio da qual acontecem linguística, cognitiva e operacionalmente. (RODRIGUES e BEER, 2015, p. 19).

É comum a indagação sobre o que isso teria a ver com Políticas de tradução ou interpretação? Em nosso país, esse questionamento ocorre com frequência porque ainda não foram descritos quais seriam os elementos constituidores das políticas de tradução. Um exemplo, quando aplicamos os diferentes modos de interpretação (simultâneo ou consecutivo) leva-se em consideração: o público que utiliza esses serviços, a formação técnica e profissional dos intérpretes, os pares linguísticos envolvidos na interação, as características singulares das diferentes interações e assim por diante. Todos esses tópicos poderiam fomentar a criação de

políticas de tradução e de interpretação, seja na formação dos profissionais ou ainda nas condições estruturais para o trabalho de intérpretes.

Essas indagações, alguns diriam até contemporâneas, não estão visíveis nos mapeamentos havendo necessidade de revitalizá-las. Ainda que Holmes (1972) e Williams e Chesterman (2002) tenham sugerido uma organização das subáreas dentro do campo chamado Estudos da Tradução e tal disciplina comprove as diversas abordagens, ao mesmo tempo, temos lacunas registradas tanto nos fundamentos teóricos quanto metodológicos. Ambos os mapeamentos dividem os Estudos da Tradução em áreas e subáreas, de acordo com várias abordagens da tradução e do traduzir. Esses mapeamentos mostram que as áreas indicadas por Williams e Chesterman explicam os campos de pesquisa que não são apontados por Holmes.

Notamos que no mapeamento de Williams e Chesterman (2002) existe uma subárea específica sobre a interpretação com o tópico “Tipos especiais de interpretação” estando incluído a interpretação de línguas de sinais. Contudo a área de interpretação atinge maior visibilidade e ocupa lugar de destaque somente no mapa apresentado pela editora *St. Jerome Publishing*. Nesse mapa, tal como Vasconcellos e Bartholamei (2008) e Santos (2013) explicam há diversas subáreas voltadas à interpretação e ao campo dos Estudos da Interpretação. Em comum, tanto o mapa de Williams e Chesterman (2002) quanto o mapa da editora *St. Jerome Publishing* mencionaram a interpretação de línguas de sinais, ainda que a editora tenha destacado, de forma visível no mapa, uma aba destinada a interpretação de línguas sinalizadas. Essa visibilidade em relação a interpretação de línguas de sinais pode ser alvo de demandas sociais e profissionais mais acentuadas, o que poderia ser um indício para a criação e/ou emergência de políticas de interpretação.

Ao buscar compreender essa emergência dos ETILS e a presença deles nos textos clássicos dos Estudos da Tradução, Rodrigues e Beer (2015) perceberam alguns pontos interessantes que merecem ser recuperados.

[...] embora não haja uma referência à tradução ou à interpretação de línguas de sinais no mapeamento de Holmes, é possível localizá-las nele. Já no de Williams e Chesterman não vemos referência direta à tradução em línguas de sinais. A ausência dessa referência à tradução de línguas de sinais está relacionada a aspectos históricos e teóricos já que a interpretação de línguas de sinais, socialmente demandada, logrou gradualmente seu reconhecimento social e acadêmico, e as discussões teóricas sobre a tradução de línguas de sinais são bem mais recentes, assim como sua visibilidade social. (RODRIGUES e BEER, 2015, p. 20).

Nessa busca por compreender a emergência dos ETILS junto aos Estudos da Tradução e Estudos da Interpretação, Rodrigues e Beer (2015, p. 24) analisaram detalhadamente as seguintes obras:

(1) o Reader de Estudos da Tradução, editado por Lawrence Venuti, com a consultoria editorial de Mona Baker, e publicado em 2000;

(2) o Reader de Estudos da Interpretação, editado por Franz Pöchhacker e Miriam Schlesinger e publicado em 2002;

(3) o Routledge Companion de Estudos da Tradução, editado por Jeremy Munday e publicado em 2009; e

(4) a segunda edição da Routledge Enciclopédia de Estudos da Tradução editada por Mona Baker, com o apoio de Gabriela Saldanha, e publicada em 2009.

Essa análise detalhada de Rodrigues e Beer (2015) permitiu conhecer como os ETILS estiveram presentes em obras clássicas dos Estudos da Tradução e dos Estudos da Interpretação. Ressaltando a afirmação dos autores, é um campo novo e em significativa expansão, além de não possuírem existência fora desses dois outros campos (Estudos da Tradução e Estudos da Interpretação).

A emergência dos ETILS e as demandas de atuação profissional que constantemente proporcionam diversas reflexões e necessidades de implementações para a qualidade dos serviços de tradução e de interpretação podem configurar-se como medidas para a criação ou emergência das políticas de tradução e políticas de interpretação. Recuperando as contribuições de Meylaerts (2011), a autora reivindicava a ausência das políticas de tradução e de interpretação nos textos fundacionais dos Estudos da Tradução. Tal como Rodrigues e Beer (2015) constataram, a interpretação e com menos frequência a tradução estão presentes nos clássicos dos Estudos da Tradução e dos Estudos da Interpretação e tais campos podem potencializar a visibilidade das políticas de tradução e de interpretação.

Nesse sentido, o crescimento e o avanço dos ETILS no Brasil comprovam o fortalecimento do campo emergente articulado aos Estudos da Tradução e aos Estudos da Interpretação. Rodrigues e Beer (2015) ratificam que: “também se caracteriza por sua diversidade e interdisciplinaridade na abordagem de seus objetos de estudos, a saber, a tradução e a interpretação intermodais, sejam elas intralinguísticas, interlinguísticas ou intersemióticas”. (RODRIGUES e BEER, 2015, p. 42).

A tradução e a interpretação intermodal tratam de aspectos visuais, os quais atravessam a tradução para Libras, seja em forma de vídeo, seja nos aspectos linguísticos dos

processos interpretativos ou tradutórios. Os elementos visuais-espaciais que envolvem as línguas de modalidade visual-espacial, isto é, as línguas de sinais constituem um bom exemplo dos possíveis efeitos nos processos interlinguísticos ou intralinguísticos.

Atualmente, existem alguns pesquisadores mestres e doutores surdos que investigam a formação do TIS em diversas pesquisas, focalizando a atuação desses profissionais em áreas específicas. Santos (2018) constata que os ETILS nos programas de pós-graduação em Estudos da Tradução apresentam diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Essa afirmação também é compartilhada por Rodrigues e Ferreira (2019). “No contexto brasileiro, encontramos evidências da ampliação tanto do número de tradutores e intérpretes surdos quanto de produções tradutórias e de interpretações de autoria surda”. (RODRIGUES e FERREIRA, 2019, p. 113).

Nos estudos para o desenvolvimento desta dissertação, percebemos que inúmeros trabalhos sobre interpretação de línguas de sinais têm aumentado no âmbito acadêmico, especialmente, aqueles realizados pelos pesquisadores surdos. Destaco alguns autores, tais como: Strobel (2011), Reis (2013), Campello (2014), Granado (2019), Ferreira (2019) e Pinheiro (2020). Nesses trabalhos, em comum, discutem-se as diferentes perspectivas de investigação sobre tradutores e intérpretes surdos, bem como, mostram os desafios enfrentados pela busca do fortalecimento em campos profissionais diversos.

Segundo Campello (2014), no Brasil os intérpretes surdos da modalidade interlingual passaram a ser reconhecidos a partir de 1993 quando iniciaram a sua atuação no espaço acadêmico. Reis (2013) elucida a história dos intérpretes surdos e afirma que eles já existiam muitos anos atrás, antes do congresso de Milão em 1880, com as suas diversas experiências de tradução (tradução de sinais caseiros; gestos e tradução de escrita para língua de sinais). Granado (2019) comprova que os intérpretes surdos sempre estiveram ali para auxiliar outros surdos e busca elementos importantes trazidos por Boudreault (2005).

[...] há muitas possibilidades de interpretação informal dentro da comunidade surda, onde alguns membros da comunidade possuem numerosas habilidades para atuar como facilitadores de comunicação. O contexto pode ser dentro de uma escola de surdos, no local de trabalho ou, ao se encontrar com pessoas ouvintes profissionais como advogados, médicos etc. (BOUDREULT, 2005, p. 324).

A realidade apontada Boudreault (2005) ainda não era visível no Brasil, no que tange à produção acadêmica. Strobel (2011) definia a atuação do TIS no Brasil como um sonho possível. Essa experiência começou a despertar interesse desde que os surdos começaram a ter contato com o mundo internacional e a competir como profissionais surdos tradutores e

intérpretes. Desenvolveram uma forma de se expressar e de se comunicar atuando como profissionais. Strobel (2011) identifica a existência de situações informais em que os sujeitos surdos atuam como tradutores ou intérpretes em diferentes papéis, tais como:

- ✓ leitores e escritores surdos que ajudam os outros surdos explicando e traduzindo os textos escritos para Libras nos congressos, jornais, reuniões, família e outros;
- ✓ viajantes ou formação de intérprete que interpretam para outras línguas de sinais e Sinais Internacionais (SI) em contato com o povo surdo de outros países;
- ✓ surdos oralizados ou que sabem fazer leitura labial que repassam, mesmo que parcialmente, quando o sujeito surdo tem o domínio de leitura labial ou de português escrito podem traduzir/interpretar em reuniões, casos de emergência, conversações e outros;
- ✓ pessoas que convivem com surdos que interpretam para os sujeitos surdos usando sinais caseiros, dramatizações, registro simplificado ou a língua de sinais mais icônica, repetindo mais vezes e mudando a estrutura da frase; e por fim,
- ✓ amigos surdos que se ajudam como intérpretes profissional ou como guia-intérpretes para surdo-cegos.

Se Strobel (2011) identificou uma série de elementos e papéis desenvolvidos por tradutores ou intérpretes surdos, mais recentemente Ferreira (2019) aponta reflexões contemporâneas sobre os intérpretes surdos na contemporaneidade. Uma dessas características refere-se ao processo de interpretação interlíngua intramodal gestual-visual da ASL (Língua de Sinais Americana) para a Libras (Língua de Sinais Brasileira). O autor ainda defende a importância da atuação dos intérpretes surdos e dos processos intramodais com a mesma performance dos intérpretes ouvintes e dos processos intermodais. Ou seja, que ambos os processos e os tradutores e intérpretes estejam comprometidos com a qualidade dos serviços prestados.

Pinheiro (2020) analisa como as políticas linguísticas se relacionam com a interpretação e tradução intramodal e interlingual da Libras para outras línguas de sinais nacionais ou língua de sinais internacional – LSI, seja em conferências regionais, nacionais ou internacionais realizadas por intérpretes surdos. A autora defende que sejam elaboradas leis, ou emendas à legislação vigente, que incluam o tradutor e o intérprete surdo, a fim de que esse profissional possa ter acesso à formação profissional com certificação adequada. Pinheiro (2020) acredita que elaborações de emendas possam contribuir na oferta de cursos de formação para tradutores e intérpretes surdos, e com isso, esses profissionais atinjam remuneração e direitos iguais aos demais tradutores e intérpretes.

Todos os autores, até aqui mencionados, apresentam diferentes momentos históricos que influenciaram as investigações e os perfis diversos dos tradutores ou intérpretes surdos. Algumas dessas pesquisas foram realizadas por pesquisadores, que posteriormente, se tornaram tradutores e intérpretes; outros eram professores surdos linguistas que passaram a desenvolver atividades de interpretação. Essas diferentes perspectivas mostram a relevância da produção acadêmica sobre tradutores e intérpretes surdos e a valorização do papel desses profissionais. É fundamental reconhecer o profissional e a experiência de mediar a compreensão da tradução e da interpretação, também pelo viés da produção acadêmica.

Contudo, mesmo com esse crescimento das pesquisas, com o aumento de demandas profissionais e os diversos contextos de atuação profissional dos tradutores e intérpretes ouvintes de línguas de sinais, ainda nos resta pensar nas realidades acadêmicas e profissionais enfrentadas pelos tradutores e intérpretes surdos de línguas de sinais.

## **2.2 Políticas de tradução e a emergência dos TIS**

Em 2014, a professora doutora e pesquisadora surda Ana Regina Campello publicou um artigo intitulado: “*Intérprete Surdo de Língua de Sinais Brasileira: o novo campo da tradução/interpretação cultural e seu desafio*” na revista *Cadernos de Tradução do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução – PPGET da Universidade Federal de Santa Catarina*. Campello (2014) comprova o surgimento de intérpretes surdos de língua de sinais no ano de 1875 e explica que um dos primeiros a ocupar essa função foi o aluno Flausino Gama, no Imperial Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro.

O mesmo foi professor repetidor e tinha muitas atribuições dentro do Instituto. Vários autores nomearam a atividade do professor de muitas funções: de repetidor, tradutor, autor-tradutor, dentre outras. Para as funções de repetidor, na visão de alguns autores, podemos atribuir o papel de tradutor ou de tradutor e intérprete surdo. Flausino da Gama também fez a tradução de língua francesa do dicionário de iconografia para o português brasileiro. Foi um dos primeiros surdos brasileiros que conseguiu traduzir e compartilhar um livro para o país, esse é um dos primeiros registros históricos importantes.

Felipe (2000) pesquisou e afirma que ele era “repetidor”, e que, naquela época, poderia ser considerado como serviço de interpretação. O repetidor atuava em sala de aula como função. A biografia de Flausino da Gama está arquivada na Biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, no Rio de Janeiro. Ainda nesse artigo, Campello (2014) explica que o uso da língua é acionado de forma diferente por ouvintes e surdos.

As pessoas ouvintes usam a audição como funcionamento auditivo pela habilidade nos atos do ouvir e do falar. Acontece o mesmo com as pessoas Surdas que usam as mãos como funcionamento visual pela habilidade nos atos do ver e do sinalizar. Os Surdos usam a língua de sinais brasileira envolvendo o corpo todo, no ato da comunicação. Sua comunicação é do viso-gestual e produz inúmeras formas de apreensão, interpretação e narração do mundo a partir de uma cultura visual. (CAMPELLO, 2014, p.148-149).

A partir dessa citação, a autora explica ainda que existem alguns aspectos diferentes que distinguem a questão da língua para ouvintes e surdos, e que, com isso, podemos fazer uma relação ao campo de atuação profissional de tradutores e intérpretes surdos e ouvintes. Os surdos possuem diferentes relações com a cultura e língua surda, pois a maioria dos surdos não tem possibilidade de ouvir, apenas tem uma experiência visual através dos olhos. Essa relação de pertencimento com a cultura surda propicia diferentes experiências pessoais, corporais, profissionais que atingem diretamente a forma e o modo de expressão dessa interpretação.

Perlin e Miranda (2003, p. 218) definem a cultura surda como:

[...] experiência visual significa usar a visão [...] como meio de comunicação. Desta experiência visual surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico.

Diante dessa reflexão, acreditamos que alguns surdos revelam as possibilidades de atuarem como tradutores e intérpretes por terem convivido profundamente com as diversas experiências visuais e conseguem se expressar melhor na língua de sinais.

Segundo esses dados informais, o conforto existente com a comunicação visual dos surdos e da outra comunidade é um fato para tradutores e intérpretes surdos. Essa realidade é também observada no caso dos tradutores ouvintes. O autor Stone (2009) explica as diferenças nas funções do tradutor e intérprete surdo e do tradutor e intérprete ouvinte da língua de sinais. Eles trabalham com as mesmas línguas, porém há diferença na modalidade dessas línguas e no modo como eles se representam. Não somente reconhecer o aprendizado do estudo científico, mas é importante também compreender os significados que cada cultura representa e constrói para o seu público. “Stone (2009, p. 80, tradução de Letícia Granado) apresenta que uma das principais diferenças é o nível de relevância para o público construído, “o INTÉRPRETE tende a representar aos intérpretes ouvintes e a VISÃO DO SURDO [‘deaf invision’ em tradução livre] representa os tradutores/intérpretes surdo”<sup>8</sup>. Nesse sentido, percebemos que não somente

---

<sup>8</sup> No original: INTERPRETER tends to represent hearing interpreters and DEAF INVISION represents Deaf T/Is. (Stone, 2009, p.80).

são intérpretes, os que podem ouvir, os intérpretes surdos também podem trabalhar e têm possibilidade de ‘escutar’ através dos olhos.

Na interpretação realizada pelo intérprete surdo exige-se que o surdo leia ou ‘escute’ através dos olhos, canal pelo qual ele recebe as informações visuais, podendo depois interpretá-las para Libras, isso pode ocorrer em uma palestra ou em uma videoaula. Na interpretação, o trabalho dos surdos geralmente é atrelado a interpretação de uma língua de sinais para outra língua de sinais. Para tornarem-se intérpretes, os surdos necessitam ser proficientes em uma língua de sinais nacional, na maioria das vezes a sua primeira língua (L1), e numa outra língua de sinais, além de desenvolverem uma série de outras competências, dentre elas, tradutória-interpretativa, extralinguística, etc.

É comum, os surdos acessarem diversas instituições sociais, espaços sociopolíticos e adentrar em comunidades surdas de outros países, a fim de aprender uma segunda língua de sinais ou uma língua estrangeira.

Em certos casos, são incluídos na interpretação, uma forma de comunicação, como por exemplo, Sinais Internacionais (SI)<sup>9</sup>. Campello (2014) explica que os Sinais Internacionais consistem em:

um sistema de sinais internacionais com o objetivo de melhor entendimento o uso de várias línguas de sinais, para criar uma língua fácil de aprender e de se comunicar. É uma língua que surgiu a partir dos encontros das lideranças surdas europeias e passou a ser usada sistematicamente em eventos internacionais. (CAMPELLO, 2014, p. 147).

Embora o SI não seja uma língua natural reconhecida oficialmente, mas sim uma língua franca, esse sistema abriga muitos intérpretes surdos que trabalham com uma língua de sinais e o SI. Em outros casos, os intérpretes surdos atuam com duas línguas de sinais conforme já foi mencionado. A mesma autora fala sobre a importância de uma experiência vivida, de atuar como intérprete surda na comunidade surda e destaca que o SI tem grande relevância no compartilhamento de informações e comunicação entre os surdos de todo o mundo. Alguns desses profissionais estão inseridos no mercado de trabalho a partir da certificação do ProLibras. Outros tradutores e intérpretes surdos atuam profissionalmente, a partir do reconhecimento

---

<sup>9</sup> Há discordância na definição do conceito de SI, pois alguns autores como Ferreira (2019) afirmam ser um meio de comunicação artificial entre e para as comunidades surdas utilizado, especialmente, em eventos internacionais. Granado (2019) afirma que os SI não são considerados oficialmente como uma língua, pois não têm uma comunidade de origem definida. Outros autores, como Pinheiro (2020) afirmam que SI é considerada uma língua, sendo como a língua de sinais regional e nacional. Por não haver unanimidade na definição conceitual, nessa dissertação utilizaremos as duas variações, sendo LSI para Língua de Sinais Internacional e SI para Sinais Internacionais.

profissional por trabalharem na área da tradução e interpretação de diversas universidades e em outras instituições educacionais.

Em algumas situações, os tradutores e intérpretes surdos são professores dos cursos de Bacharelado em Letras-Libras ou Bacharelado em Tradução e Interpretação de Libras-Língua Portuguesa, ou ainda, tradutores ou intérpretes surdos autônomos solicitados para atuar em contextos de conferência em grandes eventos da área. Alguns exemplos dessas situações podem ser visualizados em diversos contextos dos serviços públicos, tal como, as associações, universidades, escolas, hospitais, dentre outros.

Em alguns casos, os tradutores ou intérpretes surdos são convidados como palestrantes para apresentar as suas experiências profissionais, os desafios tradutórios ou interpretativos, as demandas atuais e os contextos de atuação. Há casos em que são explicitados diferentes tipos ou contextos de tradução, como exemplo: intermodal, intramodais, intralingual, interlingual e intersemiótica. Um dos primeiros pesquisadores surdos a discutir esses conceitos foi Segala (2010).

O autor explicou o conceito de tradução interlinguística e intermodal, no qual consiste no tipo de tradução que trabalha com uma língua oral-auditiva para uma língua gesto-visual ou visual/espacial e vice-versa. Ou seja, temos duas línguas que pertencem a modalidades de realização diferentes. Já o conceito de intramodal refere-se a situações que temos uma língua oral-auditiva traduzida para outra língua oral-auditiva ou uma língua gestual-visual traduzida para outra gestual-visual, e também da escrita da língua gestual-visual. Ou seja, temos duas línguas que pertencem à mesma modalidade.

Recentemente, Ferreira (2019), em sua dissertação de mestrado intitulada “*Os Intérpretes Surdos e o Processo Interpretativo Interlíngua Intramodal Gestual-visual da ASL para Libras*”, explica com detalhes como pode ocorrer os diferentes processos interpretativos envolvendo diferentes línguas de sinais. Além disso, na fundamentação teórica, o autor explica dentre várias questões, o reconhecimento do intérprete e do tradutor surdo, assim como, as áreas de atuação deste profissional. Ferreira (2019) utiliza como metodologia do seu trabalho a pesquisa experimental (por meio de uma tarefa de interpretação) aplicada aos sujeitos participantes da coleta.

Essas reflexões sobre a terminologia e a distinção conceitual são importantes para aprofundar as práticas profissionais, especialmente, dos intérpretes surdos. É comum, por exemplo, que alguns surdos peçam a outros pares – intérpretes surdos - que os acompanhem em consultas médicas, consultas de banco ou mesmo em uma delegacia. Se o intérprete surdo

tem clareza a respeito da sua função e conhece técnicas e estratégias aplicáveis e/ou recomendadas, tanto nos casos intramodais ou intermodais, a tendência é ter uma interpretação com maior qualidade. Nesse sentido, refletir sobre a prática profissional dos intérpretes surdos que atuam em diferentes contextos é fundamental, pois dessas decisões podem emergir Políticas de Tradução ou de Interpretação que devem ser discutidas e implementadas por entidades representativas desses profissionais.

### **2.3 Políticas de tradução e questões de profissionalização**

Normalmente, quando se discute profissionalização é comum relacionarmos a prática empírica à formação profissional. O estar apto para exercer determinada tarefa profissional ou ainda participar de algum treinamento que possibilite a capacitação para atuar no mercado de trabalho. Todas essas possibilidades de compreensão fizeram parte da história dos tradutores e intérpretes de Libras-Português. Durante várias décadas esses profissionais, na maioria das vezes, ouvintes tiveram a sua formação baseada na experiência empírica. Atividade essa, desenvolvida, muitas vezes, por familiares de surdos, parentes e ou filhos ouvintes de pais surdos.

Os filhos de pais surdos convivem com os seus pais e passam a adquirir e a desenvolver a língua de sinais, a fim de ajudar e a interpretar, intermediando a comunicação entre surdos e ouvintes. Wilcox (2005) explica como os filhos ouvintes de pais surdos, conhecido mundialmente pela sigla CODAS<sup>10</sup> foram os precursores na atuação como intérpretes. Porém, antigamente, a atividade de interpretar não era reconhecida enquanto profissão, o que dificultou a evolução das políticas de reconhecimento profissional para esta categoria. Além dos intérpretes CODAS, participantes ligados aos trabalhos religiosos atuaram como intérpretes voluntários em meados dos anos 80.

Ou seja, o marco histórico dos intérpretes ouvintes de Libras-Português está fortemente articulado aos espaços religiosos ou domésticos e/ou familiares. Na época, não havia investimento na formação desse profissional e isso impactou negativamente o reconhecimento e a valorização profissional, elementos importantes para a construção de políticas de tradução e de interpretação. Estes intérpretes se tornaram profissionais a partir do reconhecimento das comunidades surdas, valorizando questões linguísticas, tradutórias, culturais e éticas que eram normatizadas pelas próprias comunidades.

---

<sup>10</sup> Sigla em inglês refere-se a “Children of Deaf Adults”, isto é, filhos ouvintes de pais surdos.

Naquela época, o trabalho desenvolvido pelos intérpretes estava atrelado a base do voluntariado, fenômeno que perdurou durante muitos anos. Atualmente, sabemos de algumas qualificações religiosas que têm investido na formação dos ILS, tal como explicam Masutti (2007) e Silva (2010). No Brasil, apesar de Dom Pedro II em 1857 ter criado o Instituto dos Surdos-Mudos, atualmente Instituto Nacional da Educação de Surdos – INES, o trabalho do intérprete e o reconhecimento deste profissional são recentes.

[...] Nessa época, os intérpretes não tinham o status profissional que hoje possuem, mas muitos daqueles intérpretes que atuavam nesses espaços se tornaram, ao longo dos anos, líderes da categoria e, atualmente, participam do cenário nacional enquanto articuladores do movimento em busca da profissionalização desse grupo, como membros e presidentes das associações de intérpretes de Língua de Sinais no país. (QUADROS, 2008, p.153).

Esses trabalhos voluntários realizados pelos intérpretes de língua de sinais perduraram por muitos anos, caracterizando uma visão assistencialista e benevolente sobre os serviços de tradução e de interpretação, bem como o olhar que se tinha para a comunidade surda. Os movimentos surdos e os movimentos de intérpretes de línguas de sinais no Brasil tiveram um papel importante para construir políticas de valorização profissional, tanto na implementação dos serviços de tradução e de interpretação, quanto na certificação desses profissionais. Assim, um maior investimento no âmbito público e privado deu-se início na profissionalização dos intérpretes. A autora Rosa (2003, p. 239) confirma essa afirmação e explica que:

Embora a atividade de intérprete de LIBRAS, já exista há muitos anos, o interesse e o investimento por parte dos órgãos públicos na profissionalização desses indivíduos são bem recentes. Os intérpretes de LIBRAS surgiram dos laços familiares e da convivência social com vizinhos, amigos da escola e igrejas. Devido essa característica não há muitos registros sobre a profissão.

Mesmo com esses investimentos e esforços para profissionalizar a categoria, nos anos noventa, raríssimos eram os cursos de formação ou profissionalização destinados aos intérpretes. Nesse sentido, os encontros de intérpretes foram muito importantes para discutir assuntos referentes à profissionalização. Devemos destacar a função importante da FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, que promoveu debates sobre o papel do intérprete, a ética profissional, as atribuições desse profissional, dentre vários outros assuntos. É comum encontrarmos menção na produção acadêmica da área, tais como, Quadros (2004), Santos (2006) e outros relatando esses fatos.

De acordo com Quadros (2004, p.14):

em 1988 realizou-se o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais organizado pela FENEIS que propiciou pela primeira vez o intercâmbio entre alguns intérpretes do Brasil. Nesse encontro foram discutidos temas como avaliação sobre a ética do profissional intérprete.

Esses eventos também proporcionavam o encontro entre intérpretes de diferentes partes do Brasil. Nesses espaços era possível socializar e discutir as experiências diversas enfrentadas em diferentes realidades brasileiras, culminando na criação do Departamento Nacional de Intérpretes. Ou seja, embora não mencionassem que isso era um elemento importante para Políticas de Tradução, podemos observar que o intercâmbio entre as diferentes realidades do país e a representação de um departamento foram pontos históricos importantes na reivindicação das questões profissionais.

Ainda que as Políticas de Tradução não devam reduzir-se a legislação tal como mencionam Santos e Francisco (2018), outro importante fator que contribuiu para a evolução da profissão de intérprete e para institucionalizar a sua prática profissional foi a legislação. O processo do reconhecimento legal da língua de sinais foi fundamental no país para aprofundar os processos de profissionalização do tradutor e do intérprete. À medida em que a língua de sinais no país passou a ser reconhecida como meio legal de comunicação e expressão, os surdos passaram a ter garantias de acesso em diferentes espaços públicos ou privados.

O reconhecimento legal da Libras proporcionou que a visão das comunidades surdas pudesse ser transformada aos poucos. Ou seja, a emergência dos direitos linguísticos e a garantia do acesso da comunidade surda aos diferentes espaços beneficiava também a atuação profissional de intérpretes. É possível observar, nesses casos, a forte tendência legislativa sobre a Libras, reconhecendo-a como meio legal, mas não reconhecendo como um idioma de fato já que não pode substituir a língua portuguesa.

Sendo assim, no dia 24 de abril de 2002 foi promulgada a lei federal 10.436 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como língua oficial das comunidades surdas brasileiras. A regulamentação desta lei, por meio do decreto 5626/2005, ampliou o processo de reconhecimento, formação do profissional intérprete da língua de sinais e do mercado de trabalho de todo Brasil. Nessa perspectiva, as instituições passaram a ser obrigadas a garantir acessibilidade por meio do profissional intérprete de língua de sinais. Essa lei contribui significativamente para a profissionalização e para a formação de tradutores e intérpretes.

Com relação à profissionalização dessa categoria, o referido decreto ressalta a possibilidade de cursos de capacitação, de extensão, de formação continuada e ainda de educação profissional em nível médio. Considerando a formação de tradutores e intérpretes de Libras-Português, o decreto ressalta no artigo nº 17 do capítulo V que “A formação do tradutor

e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa”.

Por meio do reconhecimento oficial desse grupo, esses profissionais têm atuado em vários contextos, como por exemplo: em palestras, congressos, faculdades, instituições religiosas, escolas, universidades, entre outros. Essas conquistas têm garantido a acessibilidade e os direitos linguísticos para os surdos no ensino superior. O decreto ainda ressalta a profissionalização de instrutores, de professores surdos e de professores bilíngues. No referido decreto foram consideradas as definições, perfis, formação, as competências e os contextos de atuação deste profissional.

Esse respaldo legal propiciou a abertura de diversos cursos de Bacharelado em Letras-Libras ou Bacharelado em Tradução e Interpretação de Libras-Português a partir de 2008. Um dos primeiros cursos superiores destinados a formação do tradutor e do intérprete de língua de sinais foi o curso de graduação em Letras-Libras no ano de 2008 promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina, na modalidade a distância – EAD. Atualmente há nove cursos de bacharelado em Letras Libras, sendo dois cursos na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, um na modalidade presencial e outro na modalidade à distância. Os demais cursos distribuídos em outras universidades federais são: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de Goiás (UFG) e na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Pinheiro (2020) apresenta a quantidade de alunos surdos formados nos cursos de bacharelado, totalizando vinte alunos, egressos de três universidades. É importante a existência da formação profissional do tradutor e intérprete para ampliar a nova visibilidade, alterando-se inclusive o currículo quando necessário para atender as demandas emergentes.

Ferreira (2019) explica sobre a necessidade de ajustes do currículo dos cursos de Bacharelado em Letras-Libras, incluindo por exemplo, contextos de formação para tradutor e intérprete surdo com foco na língua de sinais sinalizada e não na língua falada oralmente, como os ouvintes. Ferreira (2019) também constata essa demanda e afirma que:

Um breve olhar sobre os cursos superiores para formação de tradutores e intérpretes de línguas de sinais que existem no Brasil mostra que os currículos desses cursos são direcionados apenas para os ouvintes, ou seja, o perfil esperado do ingressante nesses cursos é de um ouvinte que tem o Português como sua língua materna e que atuará na tradução e/ou interpretação entre a Libras, de modalidade gestual-visual, e o Português, de modalidade vocal-auditiva, tanto realizando a tradução da Libras para

o Português e do Português para a Libras quanto a sinalização e/ou a vocalização em diversos contextos comunitários e de conferência. (FERREIRA, 2019, p. 19).

O que percebemos na existência do curso de Bacharelado em Letras Libras é que ele é voltado para ouvintes que trabalham com a tradução e interpretação de Libras para o Português e vice-versa. Falta um currículo de formação voltado para o perfil do surdo, usuário da Libras como língua nativa, como primeira língua e com foco na tradução entre línguas visoespaciais, visto não ser possível focar na língua falada (oralmente). Pinheiro (2020) explica a possibilidade de atuar do perfil surdo, usuário da Libras e de outras línguas:

[...] o perfil do surdo que tem a Libras como sua a língua nativa ou primeira língua e que atuará na tradução e/ou interpretação de Libras para outras línguas de sinais, língua falada escrita como o português brasileiro escrito e outras línguas faladas estrangeiras, realizando tanto a tradução de duas escritas de línguas de sinais e vice-versa, tradução-interpretação da Libras para o português brasileiro escrito e do português brasileiro escrito para a Libras ou Libras para escrita de línguas de sinais e vice-versa ou ainda, a escrita de língua de sinais para português brasileiro ou outras línguas faladas estrangeiras e interpretação da Libras para outra LSN ou LSI ou línguas de sinais regionais ou gestos, sinais caseiros ou língua de sinais da fronteira, dentre outros (e vice-versa). (PINHEIRO, 2020, p. 268).

O decreto deu prioridade na formação de intérpretes no âmbito educacional, a legislação foi um importante passo como parte das políticas de tradução. Vale lembrar que todo esse respaldo legal promoveu visibilidade para os intérpretes ouvintes. Ferreira (2019) tece críticas importantes, que vão desde a falta de políticas de profissionalização para os intérpretes surdos até a formação institucional destes. Mesmo nas leis que subsidiam as práticas profissionais dos intérpretes, poucos surdos intérpretes estão inseridos no mercado de trabalho por falta da mudança de currículo nos cursos de Bacharelado em Letras Libras, para que os surdos possam melhor atuar, como profissional, em diversos contextos existentes. Além dos contextos, os diversos pares linguísticos devem ser levados em consideração na formação dos profissionais intérpretes, debate esse já trazido no início dos anos 2000 por Quadros (2004).

Porém, poucos foram os espaços que ofertaram ensino de outras línguas de sinais para que fosse possível a promoção da aprendizagem de diferentes línguas de sinais. Muitos dos intérpretes surdos que atuam no Brasil realizaram intercâmbio de estudos ou estiveram em outros países e com isso aprenderam línguas de sinais estrangeiras. Recentemente, um pequeno grupo, de sujeitos surdos, ampliou os contatos internacionais através de viagens, participação em congressos no exterior, seminários e outros eventos promovidos pelas associações e federações dos intérpretes de língua de sinais.

Strobel (2011) mostra um relato de uma pesquisadora mestra surda que passou em um intercâmbio. A tecnologia, especialmente pelo uso da internet, webcam e chats, possibilitou

o recebimento de informações sobre a atuação desses profissionais intérpretes em diferentes contextos internacionais:

[...] antes de começar a interpretar, já tinha feito a palestra através do SI em três países, por isso já estava bem preparada, também já tinha estudado muito através da internet, de como usar a interpretação, seguindo a postura profissional, a interpretação na situação formal [...] tenho um vídeo que foi filmado em ocasião em que fui intérprete para um surdo eslováquio, para futuras pesquisas e para as comparações. (STROBEL, 2011, p. 234).

A partir de experiências como essas, os surdos brasileiros começaram a aprender outras línguas, tais como: ASL (American Sign Language), LSF (Langue des Signes Française), BSL (Língua de Sinais Britânica) dentre outras. Contudo, sabemos que essas informações ainda são insuficientes para que os demais surdos se tornem profissionais em tradução/interpretação. Apesar de existirem diversas pesquisas e publicações sobre intérpretes da língua de sinais, são poucos os livros encontrados para o novo espaço dessa atuação profissional dos surdos.

Além de todas as competências exigidas para a atuação como tradutor ou como intérprete, as pessoas surdas que desejam entrar nessa área enfrentam outros obstáculos importantes a serem discutidos. A sociedade não acredita que os sujeitos surdos possam interpretar ou traduzir e justificam que o fato de não ouvir seria uma das primeiras barreiras. Elas desconhecem que os surdos podem falar e traduzir uma língua oral para Libras e/ou vice-versa ou ainda entre e para diferentes línguas de sinais. Esta mesma sociedade acha que o sujeito surdo não tem o domínio da língua portuguesa e por isso não pode interpretar. Ou seja, existe um preconceito acentuado quando se levanta a hipótese de que o surdo pode ser intérprete. É evidente as relações de poder entre surdos e ouvintes na área da interpretação e da tradução e isso pode ser comprovado por meio da falta de visibilidade e de formação dos tradutores e intérpretes surdos.

Nessa perspectiva, o trabalho desenvolvido por Russel (2017) tem importantes contribuições sobre as dinâmicas de poder empregadas na interpretação, pois a autora argumenta a favor das equipes mistas de intérpretes. Ou seja, que surdos e não surdos podem trabalhar em colaboração e parceria profissional qualificando os serviços prestados. Em seu artigo intitulado: “*Deaf/non-deaf Interpreter Teams: the complexity of professional practice*”, Russel (2017) explica a importância dos estudos e como estes têm o potencial de aprofundar nossa compreensão acerca da complexidade do trabalho das equipes de intérpretes surdos e não surdos.

Além disso, a autora discute a importância do mediador surdo (que não necessariamente é intérprete) e as suas contribuições que desafiam os atuais modelos de

treinamento, os quais mudam de país para país. Nessa vertente defendida pela autora um dos elementos mais importantes é que os intérpretes surdos sejam proficientes em sua língua materna, segunda língua ou língua estrangeira. Russel (2017) esclarece ainda que o tempo empreendido em uma formação, isto é, se é curto prazo ou longo prazo podem implicar em níveis diferentes de experiência profissional.

Por exemplo, aqueles que tem cursos de curto prazo não estariam aptos a atuar profissionalmente, pois devem entender os processos de interpretação, os significados dos sentidos, os processos éticos baseados em contexto, as discussões sobre dinâmica de poder entre intérpretes surdos e mediador surdo ou ainda intérpretes surdos e não surdos. Obviamente, o modo de conceber essas questões afeta diretamente a profissionalização de intérpretes surdos e não surdos, inclusive, sugerindo políticas de tradução a serem adotadas com maior ou menor rigor sobre as capacitações e o que constar nelas.

No Brasil, no ano de 2010, Rimar Segala, tradutor e pesquisador surdo, defendia a existência de cursos de capacitação para os demais intérpretes surdos, mas também uma mudança de concepção sobre o intérprete surdo. O autor alertava para o fato de não se deter apenas na audição, mas considerar outros elementos importantes para atuação de tradutores e intérpretes surdos, a começar pelas especificidades envolvidas nos processos intralinguais e intramodais e nos processos interlinguísticos e intermodais. Articulando o campo dos Estudos da Tradução, podemos observar um exemplo frequente do intérprete surdo diante de processos intralinguais comuns em sua prática profissional, os quais nem sempre são bem trabalhados pelos intérpretes ouvintes.

Vejam os exemplos. Uma pessoa surda que mora na zona rural dirige-se a cidade para acessar alguma demanda na secretaria de assistência social ou em outro órgão público qualquer. Ao chegar nessa instituição o intérprete ouvinte de Libras-Português que ali encontra-se não compreende na íntegra as informações que ali estão colocadas pela pessoa surda. Por envolver a interpretação de uma mesma língua (nesse caso da Libras ou de uma língua de sinais emergente da zona rural para o registro formal da Libras urbana ou ainda da língua de sinais emergente para a Libras) a presença de um intérprete surdo seria fundamental, nesses casos. Em outros casos, envolvendo o processo intralingual, tal como, do português formal para o português informal, do português de adulto para criança, do português urbano para o rural, do português acadêmico para o informal, são exemplos frequentes das demandas de intérpretes surdos.

Embora Segala (2010) não tenha dado esses exemplos que mencionei ou sequer tenha discutido sobre Políticas de Tradução, o fato deste autor alertar para elementos visuais e culturais das comunidades surdas, ou ainda para os processos intralinguais ou intramodais como importantes contribuições dos profissionais surdos, nos dá pistas para deslocarmos a concepção que se tem acerca dos tradutores e intérpretes surdos. Ou seja, transformar a concepção que se tem de tradutor ou de intérprete surdo é importante para o campo das Políticas de Tradução, temática essa bastante presente nos discursos informais de surdos, mas ainda não encontrada na produção acadêmica por pesquisadores surdos.

Essa produção acadêmica tem priorizado outras temáticas, a começar questionando pelas trajetórias profissionais e demandas de fortalecimento profissional dentre os pares surdos. O percurso dos tradutores e intérpretes surdos tem sido árduo, pois estes profissionais lidam com diversas barreiras, dentre elas, aquelas sociais conforme mencionei e a rara oportunidade de formação profissional ou acadêmica. De intérpretes novatos e com poucas experiências, a partir da atuação empírica, passaram a evoluir e a qualificar o seu empenho chegando a níveis profissionais, tal como explica Campello (2014):

[...] a experiência e atuação dos Intérpretes Surdos nos cursos, palestras e eventos internacionais. Estas experiências apresentam a partir do meu lugar, enquanto Surda, por meio das minhas narrativas das pessoas Surdas, e experiências vividas dos Surdos Intérpretes dentro da comunidade surda. Apresento o perfil, o desempenho/performance e a identificação linguística (tradução cultural) que influenciaram e escolha dos sinais no ato de tradução e interpretação”. (CAMPELLO, 2014, p. 145).

O registro formal como intérpretes surdos habilitados para tal função ainda não é uma realidade concreta em nosso país, pois não há sequer uma certificação reconhecida legalmente para intérpretes de diferentes pares linguísticos. Os intérpretes surdos do par Libras-Português podem acessar a prova de certificação ProLibras, vigente no período 2006 a 2015, que certificava os profissionais da interpretação. As políticas de tradução também devem ser observadas nessas questões, ou seja, o quanto se promove ou não o ensino de diferentes línguas de sinais a fim de compor o quadro de formação de um tradutor ou de um intérprete. Além do domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, Quadros (2004) cita a importância do profissional qualificado e específico para atuar.

O profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete. No Brasil, o intérprete deve dominar a língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Ele também pode dominar outras línguas, como o inglês, o espanhol, a língua de sinais americana e fazer a interpretação para a língua brasileira de sinais ou vice-versa. (QUADROS, 2004, p. 27).

As demandas de interpretação alteram-se consideravelmente, pois no início dos anos 2000 observávamos que bastava o intérprete saber a Libras e a língua portuguesa para atuar profissionalmente, conforme Quadros (2004) menciona acima. Atualmente, observamos que grandes congressos na área de tradução, linguística e educação requerem intérpretes que dominam diferentes línguas de sinais. Nos contextos de conferência, essa demanda é cada vez mais evidente, mostrando aos intérpretes novos campos de trabalho. Contudo, o problema da formação ainda é algo a ser refletido, já que a maioria das universidades federais, que ofertam cursos de tradução e interpretação, não possuem nas grades curriculares ensino de diferentes línguas de sinais. Raramente, quando se encontram disciplinas voltadas a essa demanda, focam-se no ensino da segunda língua, tal como a Língua de Sinais Internacionais - LSI ou Língua de Sinais Americana - ASL.

Vale lembrar que os espaços profissionais e entidades representativas de tradutores e intérpretes desempenham importantes funções e contribuem para o estabelecimento de Políticas de Tradução. As associações, federações, sindicatos podem criar normas profissionais para atuação no mercado de trabalho, seja com documentos que instituem o papel do profissional, tabela de pagamentos de honorários ou ainda notas profissionais e/ou diretrizes que respaldam os tradutores e intérpretes.

É o caso da Federação Mundial de Surdos (World Federation of the Deaf – WFD), considerada uma das mais antigas organizações internacionais de pessoas com deficiência no mundo. A população surda enfrenta barreiras para conseguir a garantia de seus direitos linguísticos, barreiras à acessibilidade e acesso aos diferentes espaços sociais e acadêmicos, igualdade de direitos humanos e participação nas decisões políticas, dentre várias outras questões. Nesse viés, a WFD foi estabelecida em Roma, Itália, em 23 de setembro de 1951. E também foi a primeira a introduzir os sinais internacionais – SI e o uso de outras línguas estrangeiras.

A Associação Mundial de Intérpretes da Língua de Sinais - WASLI foi criada em 23 de julho de 2003 durante o 14º Congresso Mundial da Federação Mundial de Surdos, em Montreal, Canadá. Ou seja, todos esses fatos históricos contribuíram para que as comunidades surdas tivessem visibilidade e conseqüentemente maior organização para pensar o papel do intérprete surdo. Ao consultar o site dessa associação podemos observar diversos documentos elaborados pela WASLI, os quais contemplam, as estratégias e as construções em contextos das interpretações; documentos sobre a inclusão da língua de sinais na educação; documento legal

que trata da Convenção das Pessoas com Deficiências pela ONU, documentos estes que buscam assegurar e utilizar os serviços de intérpretes.

É possível acompanhar as diversas seções que compõem a instituição, das quais destacamos as orientações para os intérpretes surdos. Nessa seção, temos o guia de boas práticas para atuação de intérpretes de sinais internacionais (SI)<sup>11</sup>, o código de conduta, informações sobre o credenciamento de intérpretes de SI e assim sucessivamente. Ou seja, as entidades representativas são importantes instituições que devem defender o reconhecimento profissional dos tradutores e intérpretes, sejam eles surdos ou ouvintes.

É muito comum, intérpretes surdos atuarem com diferentes línguas de sinais ou entre uma língua de sinais e os Sinais Internacionais (SI). O SI é uma forma de comunicação, sinais de contato, que evoluiu entre pessoas surdas que precisam se comunicar, mas não compartilha uma língua de sinais comum. Apesar do mito generalizado que a língua de sinais é universal, as línguas de sinais nacionais evoluíram separadamente. Hoje, embora varie muito de um contexto para outro, o SI começou a se tornar um pouco mais padronizado como uma língua franca e passou a ser utilizada em contexto formal nas reuniões internacionais, Federação Mundial de Surdos, Deaflympics<sup>12</sup>, as conferências da ONU (Organização das Nações Unidas) e outros eventos.

Roy (2008) pesquisou o histórico da comunidade dos profissionais tradutores e intérpretes surdos no mundo, em especial os que tiveram uma atuação em apoio com a parceria da WFD e a WASLI. A WASLI possui um sistema de credenciamento que decide manter e promover as normas em interpretação de SI, conforme a Política e as Diretrizes Provisórias de Credenciamento. Esse sistema realiza anualmente as bancas para avaliar os candidatos e certificar os intérpretes de SI, para garantir o seu trabalho e a sua qualidade profissional. Na Europa, existe uma pós-graduação internacional para contribuir com o desenvolvimento do campo profissional de intérpretes entre pessoas surdas e ouvintes, chamada de EUMASLI<sup>13</sup> (European Master in Sign Language Interpreting).

---

<sup>11</sup> Enquanto a maioria dos pidgins são sintaticamente relativamente pobres, o SI explora muitas características gramaticais que parecem ser comuns entre a maioria das línguas de sinais (uso do espaço, direcionalidade, personificação e uma espécie de sinais icônicos), de modo que parece ser mais como uma linguagem do que outros pidgins.

<sup>12</sup> Surdolimpíadas é conhecida como Olimpíadas para Surdos, é um evento multidesportivo internacional, organizado para atletas surdos pelo Comitê Internacional de Desportos para Surdos (ICSID – International Committee of Sports for the Deaf).

<sup>13</sup> Interpretação do Mestrado Europeu em Linguagem Gestual - é um inovador programa internacional de mestrado que visa contribuir para o desenvolvimento do campo profissional de interpretação entre surdos e ouvintes, reunindo intérpretes de língua de sinais do mundo.

No Brasil temos o curso de Bacharelado em Letras – Libras, gratuito nas universidades federais, para quaisquer alunos surdos e ouvintes que desejam se formar como tradutor e intérprete de Libras-Português. A UFSC ofereceu o curso pela primeira vez, no ano de 2008 na modalidade à distância. Atualmente, temos o presente curso distribuído em algumas universidades federais, tais como: Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Roraima, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal da Grande Dourados.

Esses cursos de graduação oferecidos em universidades federais públicas, gratuitas e de qualidade desempenharam grande repercussão na formação de tradutores e intérpretes e contribuíram para que diversos contextos pudessem contar com profissionais melhores qualificados. Segundo Rodrigues (2019) há vários desafios de ordem curricular, especialmente no que tange aos conteúdos, disciplinas, programas e competências. Esses cursos foram fundamentais para ampliar o mercado de trabalho em relação aos serviços de tradução e de interpretação, contribuindo para a efetivação e o direito das comunidades surdas terem acesso as informações. Porém, temos raros registros de pessoas surdas que adentraram nesses cursos, justamente porque o perfil profissional no modo como está desenhado o currículo prioriza tradutores e intérpretes ouvintes.

É urgente reformulações curriculares, de modo a atender surdos que desejam ser tradutores ou intérpretes, a fim de que possam buscar por formação qualificada. Incluir a presença surda na tradução e na interpretação, garantindo-lhes o direito a essa formação, entre diferentes pares linguísticos é uma política de tradução e de interpretação. Línguas, modalidades e desdobramentos dessas articulações expandirão não só a formação de tradutores e intérpretes, como também pode ampliar as temáticas de pesquisas sobre políticas de tradução e de interpretação.

Antes disso os primeiros intérpretes surdos se apropriaram das línguas de sinais mais utilizadas nas comunidades e fizeram uso dos SI que foi criado para reuniões internacionais e para eventos da WFD. Há muitos equívocos e mitos sobre os SI e sua interpretação para outras línguas de sinais. Roy (2008) apresenta provas de que este sistema tem sido utilizado em diversas situações por pessoas surdas nos países europeus durante pelo menos 250 anos. Certamente, as pessoas surdas de diferentes países da Europa mantinham seus encontros em reunião ou de modo informal, se comunicando com êxito, talvez por mais tempo.

Tem poucas pesquisas sobre a história da interação dos surdos entre os continentes, o que pode promover políticas de tradução importantes para o meio, adentrar a esse legado histórico.

Quando surgiram as conferências internacionais com os serviços de interpretação, um bom número de surdos demonstrou interesse em querer trabalhar colaborando com a WFD na organização internacional das competições do *Deaflympics* e de várias organizações de conferências internacionais. Para atender a demanda procurou-se selecionar os intérpretes e organizar equipes com coordenação de intérpretes de SI. Um marco histórico ocorreu em fevereiro de 2006, quando a WASLI aceitou um convite da WFD para fazer uma seleção inicial de uma equipe de intérpretes para trabalhar no Congresso WFD em Madrid, na Espanha.

Após o evento *Deaflympics*, os surdos brasileiros começaram a sentir a necessidade de aprender a língua de sinais de outros países, pois necessitavam de uma segunda língua de sinais, a qual não precisaria do apoio dos intérpretes ouvintes e conseguiriam assim se profissionalizar como intérpretes de uma ou mais línguas de sinais estrangeiras para Libras. Os pesquisadores surdos estrangeiros, tais como Adam et.al (2012), os quais também atuam como intérpretes profissionais, explicam que as experiências pessoais e habilidades singulares das pessoas surdas contribuem para o êxito da atuação, especialmente, em eventos internacionais.

[...] trabalharam juntos como intérpretes de surdos em várias combinações em eventos internacionais ao longo dos anos. Nossas primeiras colaborações foram em 2003. Viemos de diferentes contextos familiares, cultural, e idiomas, mas, no entanto, temos muito em comum. Acreditamos que nossas experiências pessoais revelam os elementos culturais, políticos e sociais da interpretação, e usamos essas informações para descrever as habilidades necessárias para se tornar um intérprete de surdos.<sup>14</sup> (ADAM; ARO; DRUETTA; DUNNE; KLINTBERG, 2012, p.1, tradução minha).

Nessa época, os intérpretes surdos não tinham formação de SI em diversos países europeus. Depois de criar um regimento interno no ano de 2011, os objetivos das diretrizes em geral de todas as associações nacionais seriam alcançados. Esse documento refere-se aos intérpretes das línguas de sinais, ouvintes e surdos, e podem comprovar a sua formação, a partir daí, pode-se contratar intérpretes surdos com experiência em língua de sinais internacional e com leitura de outras línguas estrangeiras.

Não somente na Europa que evoluiu significativamente a contratação profissional de intérpretes. Antes disso, nos Estados Unidos tivemos um dos primeiros registros de

---

<sup>14</sup> No original: "...have worked together as Deaf interpreters in various combinations at international events over the years. Our earliest collaborations go back to 2003. We come from different family, cultural, and language backgrounds, but we nonetheless have much in common. We believe that our personal experiences reveal the cultural, political, and social elements of interpreting, and we use this information to describe the skills necessary to become a Deaf interpreter".

intérpretes para surdos RID (Registry of Interpreters for the Deaf), considerada uma organização sem fins lucrativos criada em 1964. A organização dos membros começou a registrar regras no ano de 2009 para priorizar a formação institucionalizada dos intérpretes surdos. Esse registro agrega valor à profissão e ao consumidor através da credibilidade profissional, experiência dos membros e força organizacional. Recentemente é obrigatório ter um certificado para comprovar o treinamento especializado e a experiência e habilidades de comunicação geral de intérprete.

Existem em outros países intérpretes surdos profissionais com formação superior. EUMASLI colabora com um programa entre três universidades: 1) Magdeburg-Stendal University of Applied Science (Alemanha); 2) Humak University of Applied Sciences (Helsinki e Kuopio, Finlândia); e 3) Heriot-Watt University (Edimburgo, Escócia). Este programa oferece um grupo internacional de intérpretes de língua de sinais desde 2009, conforme as contribuições de Hessmann et al. (2011). Também oferece pós-graduação em vários módulos para desenvolver sólidos conhecimentos teóricos antes da formação propriamente dita. Com esses módulos ampliam-se o fortalecimento das competências linguísticas e tradutórias, além de acrescentar os conhecimentos sociais e políticos do trabalho como intérprete profissional.

Moody (2008) relata sobre antepassados de surdos usando uma comunicação em língua de sinais internacional no século XIX na Europa. O autor explica que o SI tem sido usado pelos surdos europeus há muito tempo. A comunicação com os surdos veio de outros países e dos vários encontros europeus, tal comunicação fez bastante sucesso. Adam (2012) relata que o SI é um costume eficaz de comunicação das pessoas surdas em contextos transnacionais e utilizado como uma língua franca em eventos como a *Deaflympics* desde o seu primeiro encontro. Nos “Jogos Silenciosos” em 1924, nove países europeus participaram na França. No ano de 1950, a WFD avaliou uma padronização de SI e reuniu um comitê de ‘Unificação de Sinais’. Moody (2008) explica como a equipe selecionou os sinais mais naturais e fáceis de compreender, do uso comum por surdos de diferentes países, depois disso modificaram algumas formas de sinais para compreender melhor a comunicação em SI.

Conforme já mencionado tanto a WFD quanto a WASLI apoiam mundialmente a prestação de serviços de interpretação de/para/entre línguas de sinais. A iniciativa destas instituições contribui para a certificação de profissionais tradutores e intérpretes, sejam eles surdos ou ouvintes. Além disso, essas associações apoiam em cada país, a manutenção de um TILS surdo filiado à federação de intérpretes de língua de sinais nacional daquele determinado

país ou a respectiva associação daquele país. O objetivo principal da WFD e da WASLI é promover ações para que tais associações ou federações possam trabalhar em colaboração com os intérpretes surdos, em seu respectivo país.

No âmbito nacional, a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais – Febrapils é uma entidade que representa os tradutores, intérpretes e guia-intérpretes como o próprio nome afirma. É uma instituição autônoma, sem fins lucrativos ou econômicos, fundada em 22 de setembro de 2008 e é filiada à WASLI. Os órgãos governamentais e as entidades representativas das comunidades surdas devem assegurar a garantia de direitos linguísticos respeitando os direitos humanos conquistados pelos povos surdos.

Depois de tanta luta articulada à Febrapils, os sócios intérpretes surdos também fazem parte do trabalho junto com os intérpretes ouvintes, a fim de desenvolver um trabalho qualificado. Conforme anuncia a descrição no site dessa federação, essa “entidade tem a função de orientar, apoiar e consolidar as Associações de Tradutores, Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais (APILS), buscar a realização de um trabalho de parceria em defesa dos interesses da categoria de tradutores, intérpretes e guia-intérpretes de língua de sinais (TILS)”. (Febrapils<sup>15</sup>).

Nesse sentido, os tradutores e intérpretes desempenham um papel importante na efetivação desses direitos e por isso, ações criadas pela Febrapils para promover a participação de equipes mistas (com tradutores e intérpretes surdos e ouvintes) são relevantes para as áreas profissionais e acadêmicas. Recentemente, na gestão 2019-2022, temos como vice-presidente uma intérprete e professora surda, Marianne Rossi Stumpf, mais 9 membros surdos, um marco na história dessa entidade. Ainda nessa gestão várias ações têm sido desenvolvidas, dentre elas a criação de Grupos de Trabalho sobre diversos temas (TILS na área jurídica, tradutores e intérpretes surdos, guia-intérpretes e dentre outros...).

Atualmente, um dos grandes desafios é que o salário dessa profissão deva respeitar o mesmo que dos TILS ouvintes. O que não podemos deixar prevalecer é o trabalho exercido sempre voluntariamente, pois os profissionais necessitam sustentar as suas vidas e, de fato tais atividades se configuram como parte de uma profissão. Não é correto não considerar esse elemento como importante, pois a sustentação pessoal a partir da profissão que se exerce é um item para compor a valorização profissional. Além disso, essa atuação profissional e seus diversos contextos é um tema emergente e apresenta, além dos interesses e mercado de trabalho,

---

<sup>15</sup> <https://febrapils.org.br/>

também desafios a serem enfrentados pelos TIS Surdos. A Febrapils como entidade representativa dos tradutores e intérpretes deve zelar pelo respeito e a união desses profissionais no país, mantendo a mente aberta frente as novas propostas, críticas e regras para que conflitos não sejam instaurados no país.

A Febrapils em parceria com um projeto de extensão na Universidade Federal do Ceará – UFC, no ano de 2020 a 2021, propiciaram através de *lives*, temáticas focadas sobre tradutores, intérpretes surdos e guia-intérpretes. Tais eventos tinham como objetivo incentivar as ações para os profissionais que atuam em diferentes espaços, tais como, na educação, na saúde, no judiciário e demais espaços públicos e privados, a fim de garantir os direitos linguísticos das pessoas surdas, seja com seus códigos de ética da atuação como TIS ou com a utilização de outros instrumentos linguísticos ou políticos. Além disso, no ano de 2020, algumas *lives* virtuais sobre intérpretes surdos foram transmitidas *on-line* pelo canal do Youtube dessa federação: [canaldafebrapils](https://www.youtube.com/canaldafebrapils)<sup>16</sup>. A primeira delas (no quadro 1) destacava a importância de intérpretes surdos nas associações de intérpretes e a segunda discutia os desafios dos intérpretes surdos em conferências. Documentar a história de uma classe profissional é um importante elemento que constitui políticas de tradução.

<b>QUADRO 1 – LIVES ON-LINE PELO CANAL DA FEBRAPILS</b>				
<b>DATA</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>PARTICIPANTES SURDOS</b>	<b>INTÉRPRETES SURDOS E OUVINTES</b>	<b>LÍNGUA</b>
04/07/2020	A importância de intérpretes surdos nas associações de intérpretes.	Marianne Rossi Stumpf (Professora surda na UFSC, Brasil); Katia Lucy Pinheiro (Professora surda na UFC, Brasil); Juan Druetta (Professor surdo na Universidade Nacional Entre Ríos, Argentina); Nigel Howard (Professor surdo na Universidade de Victoria, Canadá).	João Gabriel Duarte Ferreira (Doutorando surdo, no PGET-UFSC); Rodrigo Nogueira Machado (Professor surdo, na UFC, doutorando na UFAL).	Língua de Sinais Internacionais (LSI) para Libras.

<sup>16</sup> <https://www.youtube.com/canaldafebrapils>

15/07/2020	Desafios dos intérpretes surdos em conferências internacionais.	Flaviane Reis (Professora surda na UFU); Rodrigo Machado (Professor surdo na UFC, doutorando na UFAL).	Mariana Farias Lima (Professora ouvinte, na UFC); Jocelma Gomes Rodrigues Lima, (intérprete de Libras ouvinte, na UFC); Jonathan Sousa de Oliveira (Professor ouvinte, na UFPI); Nádia Maria Fonseca Campos Ribeiro (Intérprete de Libras ouvinte, no IFCE).	Libras para português.
29/07/2020	O papel dos intérpretes Surdos e as performances artísticas.	Rafaela Hoebel (Professora surda na UNINTER); Gabriel Isaack (surdo e influenciador digital).	Ana Beatriz Rosa da Silva Tavares (Intérprete de Libras ouvinte); Taíza Batista da Silva Garcez (Professora Bilíngue na Educação Especial e Intérprete de Libras ouvinte); Alex Sandro Lins Ramos (Tradutor, intérprete e guia-intérprete de Libras ouvinte).	Libras para português.
12/08/2020	Experiência surdas em tradução e interpretação para o cinema.	Alessandro Vasconcelos (Professor surdo e Consultor de Libras para cinema); Claudia Hayakawa (Surda e consultora de TILS e Guia de turismo).	Marina de Jesus Holanda Cardoso (Intérprete de Libras ouvinte); Edson Silva de Sousa (Intérprete de Libras ouvinte); Maria do Rosário Alves da Silva (Diretoria da APILSPI – PI e Intérprete de Libras ouvinte); Tiago Coimbra Nogueira (Professor ouvinte	Libras para português.

			na UFRGS, doutorando na UFSC).	
20/08/2020	Situação de pessoas Surdas no sistema prisional e a atuação de TILS.	Antônio Cardoso (Professor surdo na UFPE); Luana Manini (Advogada ouvinte, Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB/SP).	Janaína Maria da Silva (Intérprete de Libras ouvinte, no IFPE); Carlos Eduardo de Oliveira (Intérprete de Libras ouvinte, no IFPE); Rogério Pereira Lacerda (Intérprete de Libras ouvinte, no IFPE).	Libras para português.
26/08/2020	Experiência sobre o trabalho do guia-intérprete surdo.	Rosani Suzin (Surdo-cega, aposentada, Pedagoga e Licenciada em Letras-Libras); Ivonne Azevedo Makhoul (Professora surda, no IFMG, mestranda no POSTRAD).	Daniela Bieleski (Tradutora e intérprete de Libras ouvinte, na UFSC); Everton Anselmini (Tradutor e intérprete de Libras ouvinte, no IFSC – Campus Gaspar); Thuanny Galdino (Tradutora e intérprete de Libras ouvinte, na UFSC); Maurício Santos (Guia-intérprete de Libras surdo).	Libras para português.
09/09/2020	Formação de intérprete e tradutor surdo.	João Gabriel Duarte Pereira (Doutorando surdo, no PGET-UFSC, tradutor e intérprete); Jean Michel Carrett Farias (Assistente em administração surdo, no IFRS e Tradutor e intérprete de Libras).	Luciana Marques Vale (Tradutora e intérprete de Libras ouvinte, na UnB); Ruan Sousa Diniz Eduardo Felipe Felten (Professor ouvinte, na UnB).	Libras para português.
23/09/2020	Relações entre a profissão TILS e os Movimentos Surdos.	Mariana Marques da Hora (Assistente Social, no TJPE e Tradutora e	Maria Cristina Viana Laguna (Professora ouvinte, no IFRS e	Libras para português.

		<p>intérprete de Libras surda);  Ana Regina e Sousa Campello (Professora, no INES – RJ e Tradutora e intérprete de Libras surda).</p>	<p>Intérprete de Libras);  Juliana Beppler (Intérprete de Libras ouvinte, no IFRS);  Alessandra da Rosa Goulart (Tradutora e intérprete de Libras ouvinte, na UFRGS).</p>	
07/10/2020	Estratégia de tradução e interpretação.	Rodrigo Custódio da Silva (Professor surdo, na UFSC); Heloise Gripp (Professora surda, na UFRJ).	<p>Victor Hugo Lima Nazário (Intérprete de Libras ouvinte, na UFAC);  João Carlos Paiva Xavier (Intérprete de Libras ouvinte, na UFAC e membro da ATISLEAC – ACRE);  Alex Sandro Lins Ramos (Intérprete de Libras ouvinte, na UFRJ).</p>	Libras para português.
18/11/2020	Os dilemas da tradução e interpretação da Língua.	Christian Peters (Professor, Tradutor e intérprete surdo, Alemanha); Alvaro Jimenez (Professor, Tradutor e intérprete surdo, Estados Unidos).	<p>João Gabriel Duarte Ferreira (Doutorando surdo, no PGET-UFSC; tradutor e intérprete);  Marianne Rossi Stumpf (Professora surda, na UFSC);  Rodrigo Nogueira Machado (Professor surdo na UFC, doutorando na UFAL).  Josenilson Mendes (Intérprete de Libras ouvinte, na UFC);  Diego Lial Melo (Intérprete de</p>	Língua de Sinais Internacionais (LSI) e Libras para português.

			Libras ouvinte, na UFC); Roberto de Sousa Júnior (Intérprete de Libras ouvinte, na UFC).	
--	--	--	---	--

Fonte: elaborado pela autora, 2021.

Alguns membros das associações de intérpretes estaduais, conhecidas popularmente de APILS (Associações de Tradutores/Intérpretes/Guias-Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais) em diversos estados do Brasil, organizam cursos técnicos para ouvintes com capacitação em nível avançado, bastando comprovar o certificado da proficiência. Por outro lado, cursos para formação de tradutores ou intérpretes surdos são praticamente inexistentes nas associações locais. Nesse sentido, criar uma política de tradução e de interpretação que promova a formação dos tradutores e intérpretes surdos é fundamental, explorando não somente os pares linguísticos de grande visibilidade, mas aqueles também considerados de menor prestígio.

Comumente, as associações de tradutores e intérpretes são filiadas à Febrapils e atualmente conta-se com o total de 24 associações espalhadas pelas diferentes regiões do Brasil, elas estão dispostas no quadro 2:

<b>QUADRO 2 – ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS</b>		
<b>ESTADO</b>	<b>NOMES DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>SIGLA</b>
CE	Associação dos Profissionais Intérpretes e Tradutores de Libras do Ceará.	APILCE
CE	Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais da Região Metropolitana do Cariri.	APILSMC
BA	Associação Baiana dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais.	ABATILS
PI	Associação de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais do Piauí.	APILSPI
PE	Associação de Tradutores, Intérpretes e Guias-Intérpretes de Pernambuco.	ATILSPE
AL	Associação de Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guias-Intérpretes de Libras de Alagoas.	APTILSALAGOAS
SC	Associação Catarinense de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais.	ACATILS
AC	Associação de Tradutores Intérpretes de Libras no Acre.	ASTILEAC

RJ	Associação de Tradutores Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais do Estado do Rio de Janeiro.	AGITE-RJ
PR	Associação dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais do Paraná.	APTILS
AP	Associação Intérpretes de Libras do Amapá.	ASTILAP
GO	Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais do Estado de Goiás.	APILGO
MG	Associação Mineira dos Tradutores E Intérpretes de Libras.	AMITILS
PA	Associações de Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais do Pará.	ASTILP-PA
PA	Associação Santarena de Tradutores /Intérpretes de Língua de Sinais.	ASTILS
PA	Associações Paraense de Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais.	APTGILS
RO	Associação dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais/Português – Rondônia.	APTIGILSP-RO
RS	Associação Gaúcha de Intérpretes de Língua de Sinais.	AGILS
RS	A Associação Pampeana dos Tradutores e Intérpretes e Guia intérpretes de Libras.	APAMTILS
TO	Associação dos Tradutores, Intérpretes e Guia-Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais do Tocantins.	ATILSTO
DF	Associação Distrital dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-intérpretes de Línguas de Sinais.	ADITILS
ES	Associação dos Profissionais Tradutores/ Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais do Espírito Santo.	APILES
MA	Associação Maranhense dos Tradutores Intérpretes e Guias-intérpretes de língua de Sinais/português.	AMATILS
SP	Associação dos Profissionais Intérpretes e Guias-Intérpretes da Língua de Sinais Brasileira do Estado de São Paulo.	APILSBESP

Fonte: <http://febrapils.org.br/faq/>

Como política de tradução para intérpretes surdos sugerimos que sejam averiguadas nessas instituições como tem ocorrido a promoção e participação dos profissionais surdos nas atividades realizadas pelas associações.

Adentrar a este assunto é também investigar em termos históricos como tem se constituído a história dos intérpretes surdos em espaços associativos e de representação da categoria de tradutores e intérpretes.

### 3 METODOLOGIA

As possibilidades de diálogos sobre políticas de tradução são inúmeras, pois elas podem ser discutidas a partir de diferentes perspectivas conforme demonstramos no capítulo 2 dessa pesquisa. Se política é ação de construir diálogos, as produções acadêmicas podem desempenhar papéis importantes na sistematização de um percurso sobre determinada área, como por exemplo, sobre a atuação dos intérpretes surdos. O que se pesquisa e quais tendências são mais expressivas nas investigações de teses, dissertações, artigos que versam sobre o intérprete surdo?

Dessa forma, a presente pesquisa segue uma abordagem qualitativa e é do tipo documental-descritiva, pois explora a abundância das teses, dissertações e dentre outras produções (artigos e capítulos de livros) publicados desde o ano de 2010 até 2020. Segundo Gil (2002, p. 42), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Descrever um determinado grupo, categoria ou população permite um conhecimento mais ampliado e sistematizado dessa referida comunidade, algo que se analisássemos somente os números oriundos de dados quantitativos, não nos dariam essa compreensão de cada categoria na área da tradução e interpretação.

Hoje sabemos que os tradutores e intérpretes surdos são importantes e que devem ser valorizados. As teses e dissertações, bem como, capítulos de livros e artigos podem nos contar fatos pouco mencionados nos discursos sobre a relevância dos tradutores surdos, algo que precisa ser investigado. Tomando como base as contribuições de Gil (2002), a pesquisa documental examina as fontes bibliográficas. Nesse viés, investigar a produção acadêmica, comparar e dialogar com temáticas que foram mais pesquisadas por surdos sobre profissionais tradutores ou intérpretes surdos, os perfis e o trabalho diferente exercido em cada área profissional pode fazer emergir importantes contribuições para o campo dos Estudos da Tradução.

Dito de outro modo, não basta sistematizar as informações dessa produção acadêmica em um quadro sem explicar o que se destaca dessas obras e como elas relacionam-se entre si. É importante trazer essas descrições mostrando a relação delas com outras variáveis que podem afetar o processo de maior ou menor produção. Nesse sentido, uma das primeiras decisões metodológicas para as teses e dissertações foi mapear os programas de pós-graduação em estudos da tradução do Brasil. Seguimos a mesma linha adotada por Santos (2018) quando

discuti os ETILS nos programas de pós-graduação em estudos da tradução, apresentando um panorama de como a área estava organizada. A autora apresentou um panorama das produções acadêmicas dos ETILS nesses referidos programas e mencionou a presença de pesquisadores surdos, mas não discutiu em nenhum momento a existência ou não do intérprete surdo.

A maioria dos programas de pós-graduação em Estudos da Tradução tem hospedado pesquisas sobre tradução e interpretação de línguas de sinais. Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santos e Rigo (2016) constataram, no período de quinze anos (de 2000 a 2015), registros de 29 egressos da pós-graduação<sup>17</sup>, cujos temas investigaram a tradução ou a interpretação de línguas de sinais. O número de pesquisas está em constante expansão, também em outros programas, tais como o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (POSTRAD), da Universidade de Brasília, o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (POET), da Universidade Federal do Ceará, e, mais recentemente, o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução<sup>3</sup> (TRADUSP) da Universidade de São Paulo. (SANTOS, 2018, p.382).

Se o número de pesquisas está em constante expansão conforme afirma a pesquisadora, deveríamos também olhar para os tradutores e intérpretes surdos e verificar se temos trabalhos defendidos ou em andamento com essa temática. Nesse sentido, para as teses e dissertações sobre intérpretes ou tradutores surdos realizadas por discentes surdos foram eleitos os seguintes programas: Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (POSTRAD), da Universidade de Brasília - UNB, o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (POET), da Universidade Federal do Ceará - UFC, o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET), da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (TRADUSP) da Universidade de São Paulo.

Os procedimentos de coleta de dados adotados seguiram o seguinte passo metodológico: as teses e dissertações foram coletadas nos programas de pós-graduação em estudos da tradução. Tanto aquelas que foram defendidas quanto aquelas que estão em andamento foram consideradas eleitas para compor o corpus de análise. Ao total temos os seguintes dados: duas teses concluídas e uma tese em andamento, nove dissertações concluídas e 5 dissertações em andamento, oito artigos publicados em diferentes revistas acadêmicas e quatro capítulos de livros. Quanto aos artigos e capítulos de livros buscamos as principais revistas na área de estudos da tradução, tais como: Cadernos de Tradução, Revista Belas Infiéis, dentre outras.

---

<sup>17</sup> A pesquisa desenvolvida pelas autoras registrou quatro programas de pós-graduação que acolheram a produção de teses e dissertações, a saber: Programa de Pós-Graduação em Educação, Programa de Pós-Graduação em Literatura, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, este último com maior índice de trabalhos. (SANTOS, 2018, p. 383).

Adotamos essa forma de pesquisa, também como uma política de tradução, a fim de promover visibilidade ao tema. Ao analisar as produções acadêmicas realizadas pelos pesquisadores surdos, além de mostrar a quantidade de pesquisas que foram publicadas pelos autores surdos sobre diversas categorias, teorias e metodologias, mostramos também aspectos qualitativos importantes de serem considerados nesse processo. Um exemplo disso são as distintas experiências de trabalho com a tradução e interpretação de línguas de sinais, a partir de diferentes aspectos, demonstrando valor nas produções acadêmicas como políticas de tradução e de interpretação.

Nessas produções realizadas pelos pesquisadores surdos foi possível observar que com o passar dos anos ocorreram melhorias profissionais dos campos de atuação, assim como, aprofundamento teórico das abordagens tratadas nas pesquisas. Todos esses elementos são importantes não só pela visibilidade, mas também, pela imersão desses pesquisadores na relação universidade – atuação profissional. Essas questões constituem também pontos relevantes para as políticas da tradução, como forma de valorizar o trabalho acadêmico e profissional dos tradutores e intérpretes surdos. Uma oportunidade de mostrar onde, em quais instituições e sobre qual temática as produções acadêmicas têm discutido, poderá favorecer novas ações em torno de políticas de tradução. Tais ações poderão priorizar aspectos que ainda são pouco investigados e que merecem o reconhecimento dessa profissão.

Não somente na produção acadêmica, mas as políticas de tradução podem se ocupar do aperfeiçoamento e da qualificação técnica da profissão, destacando o acesso à comunicação e à informação para as comunidades surdas. Até hoje os profissionais surdos procuram algumas ofertas de formação de tradutores e intérpretes surdos de língua de sinais e isto é importante para evoluir o conhecimento da área da tradução e interpretação da parte teórica, além de fornecer a prática para proporcionar melhores condições das competências: tradutória, linguística, profissional, cultural e outras.

Por todos esses motivos, é importante ampliar a pesquisa acadêmica sobre políticas de tradução e de interpretação, a fim de mostrar este novo conhecimento, pois a comunidade surda demanda seus direitos sobre o acesso à tradução e/ou interpretação entre línguas e modalidades diferentes. Para a presente dissertação, tentamos mostrar vários temas emergentes da produção acadêmica realizada pelos pesquisadores surdos, os quais são na grande maioria tradutores e intérpretes surdos.

Acessar esse conhecimento e sistematizar tais produções é também uma forma de protagonismo e empoderamento desses pesquisadores e suas temáticas, contribuindo para que

políticas de tradução e de interpretação sejam adotadas a partir desses resultados que foram coletados. Esta política da tradução empodera e enriquece melhor a qualidade da profissão, na medida em que contribui para o amadurecimento desses trabalhos, uma vez que foram organizados e sistematizados no meio acadêmico. Tais pesquisas mostram problemas graves, como a falta de formação de tradutores e intérpretes surdos, denunciando a necessidade de ações e decisões mais rápidas, não somente no meio acadêmico, mas também profissional. A profissão do tradutor e intérprete surdo está evoluindo há vários anos, cada vez aumentando a experiência desses profissionais e valorizando as temáticas para pesquisas futuras.

O que fazer com toda essa produção acadêmica? Na seleção das teses e dissertações, assim como, artigos e capítulos de livro utilizamos as contribuições de Sampieri, Collado e Lucio (2012) para tratamento dos dados de cunho documental. Os autores explicam que há documentos individuais e há documentos coletivos e que algumas perguntas são inevitáveis nesses casos, tais como: “quem foi o autor, que interesses e tendências ele tem...?”. (SAMPIERI, COLLADO E LUCIO, 2012, p. 443).

Ou seja, essa foi a mesma linha já adotada pelas pesquisas que investigaram a produção acadêmica, tais como: Pereira (2010), Santos (2013) e Santos (2018). A diferença é que nesses trabalhos não se apontou aspectos relacionados aos tradutores e intérpretes surdos. Além disso, ao analisar essa produção acadêmica destacar elementos que podem contribuir na criação de políticas de tradução e de interpretação. Dessa forma, no próximo capítulo segue a discussão dos dados e de como podemos construir esse diálogo.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

No Brasil, o debate sobre as produções acadêmicas realizadas por surdos é emergente. A necessidade de fazer esses trabalhos circularem entre as comunidades surdas e não surdas, saber onde estão localizados e sobre quais temas tratam, é importante para fortalecer as pesquisas sobre a temática. Sendo assim, neste capítulo apresentamos alguns resultados iniciais sobre a pesquisa em tradução e interpretação de línguas de sinais registradas por meio das teses, dissertações, artigos e capítulos de livros produzidas por surdos. É possível nesses resultados analisar e identificar os títulos, os contextos de atuação profissional, os pares linguísticos, as instituições onde esses trabalhos foram desenvolvidos e assim por diante.

Inicialmente, observa-se que um dos polos de referência é o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET) da Universidade Federal de Santa Catarina. Santos (2018) explica, por exemplo, que esse programa foi um dos pioneiros diante das pesquisas sobre tradução e interpretação de línguas de sinais, influenciando outras pós-graduações a incluírem pesquisas sobre tradução e interpretação de línguas de sinais. A maioria dos resultados mostra que as pesquisas desenvolvidas na PGET abordam as concepções teóricas e metodológicas de como os surdos trabalham o ato tradutório/interpretativo de língua de sinais. Ou seja, nas teses e dissertações, compreender quais processos tradutórios e interpretativos estão presentes na atuação desses profissionais é um dos temas que se destaca.

Além das teses e dissertações, temos também artigos publicados em diversas revistas sobre tradução ou sobre línguas de sinais e educação de surdos. É recente a visibilidade dos tradutores e intérpretes surdos refletindo sobre as suas práticas profissionais e as transformando em objeto de pesquisa. Durante muitos anos, os surdos dedicaram-se a desenvolver trabalhos na área de educação ou linguística, sendo nova a inclusão desse grupo em discussões voltadas para a tradução. Ainda nos Estudos da Tradução, a maioria dos temas de pesquisas discutia aspectos literários ou linguísticos e a sua relação com a tradução. Assumir o ato de interpretar ou traduzir como sendo desenvolvido por surdos é um movimento mais recente no Brasil.

Nesse sentido, acreditamos que a circulação desses trabalhos pode contribuir na criação de políticas de tradução, pois promoverá maior visibilidade a esses trabalhos. O discurso da importância do intérprete surdo tem sido cada vez mais utilizado, mas ainda faltam os pesquisadores desse campo conhecerem melhor a produção acadêmica.

Buscando investigar a pergunta que orienta a presente investigação, dialogamos nesse capítulo sobre o que se pesquisa sobre tradutores e intérpretes surdos de língua de sinais nos programa de pós-graduação em Estudos da Tradução no Brasil? Acreditamos que identificar perfis, assuntos, desafios vivenciados por esses profissionais que estejam presentes na produção acadêmica, podem apontar para maior visibilidade nos resultados encontrados. Seguem alguns temas tratados na próxima secção, que inicia a discussão com as teses.

#### **4.1 Teses**

Nessa secção apresentaremos as teses, incluindo aquelas que foram já defendidas e aquelas que estão em andamento. Durante a coleta de dados foi registrada apenas uma tese com a temática sobre tradutor e intérprete surdos de língua de sinais. A referida tese foi concluída em 2020 e foi defendida na PGET (UFSC). O trabalho discutia a interpretação de língua de sinais e a sua relação com as políticas linguísticas, mostrando a presença de intérpretes surdos de línguas de sinais. O objetivo principal foi promover a visibilidade dos tradutores e intérpretes surdos de línguas de sinais em todos os espaços de atuação, mas buscando detalhar melhor a atuação desse profissional no contexto de conferência.

Pinheiro (2020) explica as principais diferenças entre os direitos linguísticos e acessibilidade de comunicação à pessoa surda ocorridas por meio do serviço de interpretação de língua de sinais. Segue, no quadro 3, apenas uma tese respeitando as categorias analisadas (autor, título, área, programa e ano de defesa).

<b>QUADRO 3 - TESES DE DOUTORADO DEFENDIDAS</b>				
<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ÁREA</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>ANO DE DEFESA</b>
Avelar, Thaís F. (Surda)	Análise da tradução intermodal de texto acadêmico do português escrito para Libras em vídeo.	Estudos da tradução.	PGET UFSC	2020 <sup>18</sup>
Pinheiro, Katia Lucy. (Surda)	Políticas Linguísticas e suas implementações nas Instituições do Brasil: o tradutor e intérprete surdo intramodal e interlingual de Línguas de Sinais de Conferência.	Estudos da tradução.	PGET UFSC	2020

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

O que essas categorias representam e quais implicações para políticas de tradução e de interpretação podemos tirar desses dados preliminares? Com relação ao título, é possível analisar que Pinheiro (2020) traz as contribuições das políticas linguísticas para discutir em que medida tal ação tem sido implementada ou não em diferentes instituições do Brasil. Além disso, coloca em evidência o tradutor e o intérprete surdo resgatando a modalidade (intramodal e interlingual) de línguas de sinais em contextos de conferência.

A tese de Pinheiro (2020) é dividida em 7 capítulos, considerando a introdução, uma fundamentação teórica, dividida em dois capítulos, o primeiro voltado para as políticas linguísticas e o segundo, voltado para a atuação dos tradutores e intérpretes surdos, seguido do percurso metodológico e de dois capítulos destinados às análises, encerrando com as considerações finais. Destacamos a fundamentação teórica sobre políticas linguísticas, pois Pinheiro (2020) apresenta diferentes vertentes desse campo, além de explicar detalhadamente

<sup>18</sup> A pesquisadora e tradutora surda, prof. Thais Avelar, defendeu sua tese de doutorado no dia 18 de dezembro de 2020, mas ainda não foi publicada no repositório institucional na UFSC. Por esse motivo, não foi possível descrever detalhadamente as contribuições da tese, optou-se então em apresentar um panorama geral do trabalho. Avelar (2020) apresenta em sua tese, discussões importantes sobre análise da tradução intermodal de texto acadêmico do português escrito para a Libras em vídeo. O objetivo principal da pesquisa dela foi investigar o processo da tradução de um texto acadêmico em português escrito para a Libras em vídeo com sujeitos (de um tradutor-autor surdo e outro ouvinte; um que envolve uma língua gestual-visual e outra vocal-auditiva). Para isto, a autora investiga uma equipe de tradutores-autores e o modo como eles conseguem realizar o trabalho de uma tradução de texto do português para Libras em vídeo. Do ponto de vista metodológico, a autora utiliza como instrumento, o programa de ferramenta ELAN (EUDICO Language Annotator) para uma análise de processo da tradução intermodal. Para Avelar (2020), os dados de pesquisa mostram como os tradutores se relacionam com os problemas de tradução e como eles resolvem tais desafios, quais soluções são encontradas nesses processos e assim sucessivamente. Para isto, na visão da autora é importante mostrar e argumentar a favor da competência tradutória, comunicativa, técnica e outras. Além disso é fundamental também refletir estratégias utilizadas antes de realizar uma tarefa tradutória, a fim de administrar melhor o processo da tradução encontrada.

o cenário nacional e internacional das línguas de sinais, compondo uma geopolítica das línguas de sinais nacionais do mundo.

Além disso, a autora apresenta as legislações atuais sobre as línguas de sinais e mostra como elas implicam na profissão do tradutor e do intérprete surdo que traduz ou interpreta em duas ou mais línguas de sinais para pessoas surdas em diferentes campos. Essa última temática é mais bem discutida na fundamentação dos estudos sobre a atuação dos tradutores e dos intérpretes surdos. Nesse contexto, os profissionais tradutores e intérpretes surdos, que atuam no par linguístico da Libras (no caso do Brasil) para outra língua estrangeira, têm uma série de desafios em relação aos processos tradutórios e interpretativos, Pinheiro (2020) explica essas questões.

A pesquisa dessa autora traz várias contribuições para os tradutores e intérpretes surdos, destacamos as implicações das políticas linguísticas para a visibilidade desses profissionais. Pinheiro (2020) explica a urgência de implementar programas de formação, de remuneração, legislações que contemplem os tradutores e intérpretes surdos e o perfil desses profissionais. Essas e várias outras questões merecem ser discutidas, pois muitos intérpretes atuam voluntariamente em todos os contextos e desconhecem o seu papel como intérprete. Desenvolver a consciência de que há lugares para atuar de forma remunerada e que o trabalho voluntário seria indicado para entidades sem fins lucrativos ou para pessoas em situação de vulnerabilidade, são elementos importantes de serem discutidos pelas comunidades surdas.

Outro aspecto que Pinheiro (2020) contribui, é dar visibilidade para os tradutores e intérpretes que atuam em diversos espaços da sociedade, não somente nas conferências. Muitas vezes, as pessoas têm a compreensão de que os contextos intrassociais (órgãos públicos, assistência social, jurídico, médico-hospitalar e outros) poderiam contar com intérpretes voluntários ou sem formação profissional. Essa compreensão é equivocada, pois todos os tradutores e intérpretes precisam prestar serviços de qualidade, independente do contexto que atuam como profissionais, sejam eles públicos ou privados.

Essa fundamentação das políticas linguísticas e como elas podem contribuir para a profissionalização de tradutores e intérpretes surdos é importante porque ela amplia a abrangência das línguas de sinais. Ao discutir as línguas de sinais nacionais, Pinheiro (2020) promove a expansão para atuação de intérpretes surdos, considerando espaços não somente da conferência. Com essas discussões teóricas sobre as políticas linguísticas, é possível ampliar também os argumentos para desenvolver e implementar a formação para tradutores e intérpretes surdos.

A tese desenvolvida por Pinheiro (2020) recupera as importantes lutas das comunidades surdas pelo reconhecimento das línguas de sinais e por mostrar que os tradutores e intérpretes surdos devem ter as mesmas habilitações dos demais tradutores e intérpretes, pois o que difere são as modalidades, mas não a profissionalização e a formação a que eles têm direito. Um dos resultados imediatos dessa tese foi a criação do Grupo de Trabalho sobre tradutores e intérpretes surdos, guia-intérprete surdo, coordenado pela professora Dra. Katia Lucy Pinheiro da Febrapils, ratificando a importância dessa discussão.

Além disso, a referida professora tem participado intensamente de debates acadêmicos sobre políticas linguísticas e políticas de tradução, mostrando o papel e a relevância do TIS. Um exemplo disso, foi a Roda de conversa VIII – Línguas de Sinais e Políticas de Tradução, ocorrida no dia 27 de julho de 2020, sob a responsabilidade do Grupo de Pesquisa Políticas Linguísticas Críticas da UFSC, coordenado pela profa. Dra. Cristine Severo. Essa roda de conversa colocou em debate diferentes línguas de sinais e as políticas de tradução tomadas em função delas, especialmente, no Brasil e em Moçambique.

Como podemos visualizar, a tendência abordada nessa tese aponta para a formação de tradutores e intérpretes surdos como um dos desdobramentos das políticas linguísticas a serem implementadas com maior firmeza no Brasil. Para isso, Pinheiro (2020) recupera o cenário internacional e as legislações para mostrar como é importante refletir sobre os caminhos adotados por outros países. A autora mostra ainda a possibilidade desse profissional atuar em organismos internacionais, tais como: a Organização das Nações Unidas, Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e outros.

Destacamos que essa é uma das primeiras teses desenvolvida por uma pesquisadora surda, sobre a tradução e interpretação de línguas de sinais, em um Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, no caso PGET (UFSC).

Nesse mesmo Programa, vários outros pesquisadores desenvolveram suas teses, mas não tinham como temática direta o tradutor ou intérprete surdo. Por outro lado, ainda não há doutorado nos demais programas de pós-graduação em estudos da tradução no Brasil, o que dificulta o desenvolvimento dessa temática em diferentes regiões do país.

A modalidade e seus efeitos na interpretação parece ser uma temática que atravessa as pesquisas sobre tradução e interpretação de línguas de sinais desenvolvida por pesquisadores

surdos. Essa constatação também é observada na tese em andamento<sup>19</sup> conforme segue o quadro 4 abaixo.

<b>QUADRO 4 - TESES DE DOUTORADO EM ANDAMENTO</b>				
<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ÁREA</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>ANO DE DEFESA</b>
Ferreira, João Gabriel D. (Surdo)	Tradutores e intérpretes surdos intermodais e intramodais gestuais-visuais: estudos sobre competência tradutória e perspectivas de formação.	Estudos da tradução.	PGET UFSC	em andamento

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Na coleta de dados foi possível registrar somente uma (01) tese em andamento na área dos Estudos da Tradução na PGET (UFSC), conforme a tabela acima. Considerando os títulos dos trabalhos, de Pinheiro (2020) e Ferreira (em andamento), ambos discutirão a tradução intermodal em um primeiro momento, e no caso de Ferreira (em andamento), ele incluirá discussões também da tradução intramodal realizada por tradutores e intérpretes surdos. A pesquisa que se encontra em andamento é desenvolvida por João Gabriel D. Ferreira, iniciada no ano de 2019.

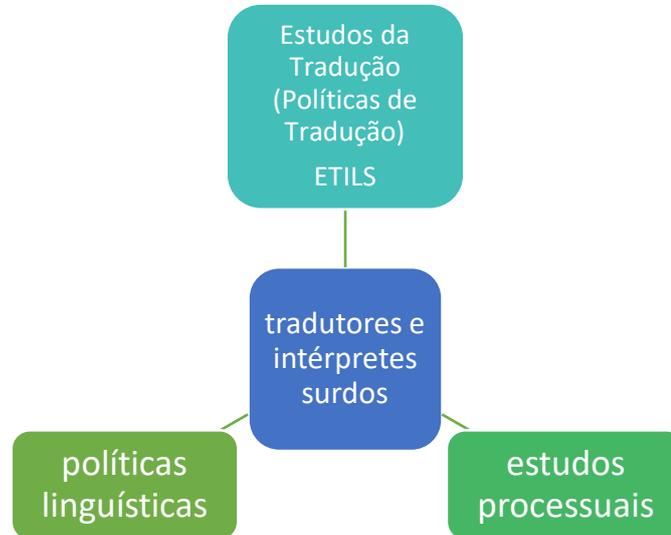
Com base nos títulos apresentados na tabela é possível observar que a pesquisa se articula ao campo dos estudos processuais da tradução. Esse campo traz importantes contribuições para os aspectos como: os efeitos de modalidade, os problemas de tradução, estratégias e soluções encontradas para o processo tradutório ou interpretativo e assim sucessivamente.

Ferreira (em andamento) se propõe a discutir a competência tradutória e as perspectivas de formação dos tradutores e intérpretes surdos nas modalidades intermodais e intramodais. O autor dará continuidade e aprofundará a temática inicialmente discutida no mestrado. As contribuições do seu trabalho permitirão estudos mais detalhados do processo tradutório e interpretativo, tomando como base pesquisas empírico-experimentais para discutir e respaldar a criação de propostas e/ou modelos de tradução e interpretação intramodais gestuais-visuais, focalizando no desenho de competências para tradutores e intérpretes surdos. Com base nessas três teses, ainda que sejam dados preliminares, sendo uma delas em

<sup>19</sup> O autor João Ferreira entrou no programa de pós-graduação no PGET/UFSC no ano de 2019. O título pode alterar antes da conclusão.

andamento, podemos visualizar na figura abaixo uma mostra inicial de quais tendências as teses sobre tradutores ou intérpretes surdos apontam para o futuro nos ETILS.

Figura 1 – ilustração das tendências das teses sobre tradutores e intérpretes surdos.



Fonte: elaboração própria, 2021.

É urgente que as pesquisas sobre tradutores e intérpretes surdos sejam incluídas nos debates sobre ETILS. Esses profissionais têm refletido sobre as suas práticas, tornando-as o seu objeto de pesquisa, buscando compreender as competências e habilidades necessárias para a atuação, os efeitos de modalidade sobre os diversos pares linguísticos (Libras, SI e outras línguas de sinais nacionais ou ainda estrangeiras). Essa tendência atual que emerge dos dados nos mostra dois processos importantes, isto é, pesquisas que focalizam nos estudos do processo tradutório e interpretativo e pesquisas que mostram a relevância das políticas linguísticas.

Acreditamos que essa articulação é importante, pois o resultado disso pode ser o desdobramento de formação para tradutores e intérpretes e várias outras ações que ilustram a necessidade de se pensar em políticas de tradução que observem: tipos, modos e contextos de atuação profissional. Por isso, as teses não devem ser analisadas sozinhas, pois os dados que emergem desses trabalhos e das demais produções acadêmicas analisadas podem confirmar, ou não, os resultados encontrados.

## 4.2 Dissertações

Os dados analisados a partir da coleta realizada nessa pesquisa demonstraram que a maioria das dissertações defendidas foram produzidas na PGET (UFSC). Santos (2018) faz um rápido panorama dos trabalhos desenvolvidos.

Com relação à PGET, há 7 teses e 35 dissertações sobre ETILS defendidas no programa até agosto de 2017, o que demonstra um quadro bastante diverso em termos de objetos investigados. Ao longo do percurso histórico, não somente os temas reconfiguram-se de acordo com as demandas sociais, políticas e linguísticas, mas também, os entrelaçamentos teóricos e metodológicos vão sendo refinados neste conjunto de pesquisas. (SANTOS, 2018, p. 383).

A autora não detalha quantas dessas dissertações investigaram sobre o tradutor ou intérprete surdo, mas o total de 35 trabalhos defendidos até 2017 é um número bastante significativo. Para além de Santos (2018), Ferreira (2019) apontou novos dados de produções acadêmicas sobre tradução e interpretação realizada por surdos, incluindo dados internacionais como artigos e capítulos de livro. No quadro 5, analisamos os dados coletados nesta pesquisa, sendo que as dissertações desenvolvidas por surdos, na área dos Estudos da Tradução, totalizam 7 dissertações na (PGET-UFSC) e 2 dissertações na (POET-UFC). Essas produções discutiram sobre os tradutores ou intérpretes surdos em diferentes contextos ou perspectivas.

<b>QUADRO 5 - DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DEFENDIDAS<sup>20</sup></b>				
<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ÁREA</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>ANO DE DEFESA</b>
Avelar, Thaís F. (Surda)	A questão de padronização linguística de sinais nos autores-tradutores surdos do Curso de Letras-Libras da UFSC: estudo descritivo e lexicográfico do sinal "cultura".	Estudos da Tradução	PGET UFSC	2010a
Segala, Rimar R. (Surdo)	Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual: Português brasileiro escrito para a Língua de sinais.	Estudos da Tradução	PGET UFSC	2010
Douettes, Brenno Barros. (Surdo)	A tradução na criação de sinais- termos religiosos em Libras e uma proposta para organização de glossário terminológico semibilíngue.	Estudos da Tradução	PGET UFSC	2015
Pinheiro, Marcus Weydson. (Surdo)	Tradução como ferramenta de compreensão da língua portuguesa no curso de Letras-Libras da Universidade Federal do Ceará.	Estudos da Tradução	POET UFC	2017
Lima, Daniel Almeida. (Surdo)	Missa do Galo em Libras: possibilidades tradutórias.	Estudos da Tradução	POET UFC	2017
Campos, Klícia de Araújo. (Surda)	Literatura de cordel em libras: os desafios de tradução da literatura nordestina pelo tradutor surdo.	Estudos da Tradução	PGET UFSC	2017
Marquezi, Luana. (Surda)	Literatura surda: o processo da tradução e transcrição em SignWriting.	Estudos da Tradução	PGET UFSC	2018
Granado, Letícia Fernandes. G. W. (Surda)	Identificação de estratégias de interpretação simultânea intramodal - sinais internacionais para Libras.	Estudos da Tradução	PGET UFSC	2019
Ferreira, João	Os intérpretes surdos e o processo interpretativo interlingue	Estudos da Tradução	PGET UFSC	2019

<sup>20</sup> Nessa tabela do quadro 5 encontrei apenas dois autores Douettes (2015) e Marquezi (2018) que apresentam pesquisas sobre tradução de texto para *SignWriting*. Tem mais autores que pesquisam sobre *SignWriting*, porém não no campo dos Estudos da Tradução ou dos Estudos da Interpretação.

Gabriel D. (Surdo)	intramodal gestual-visual das ASL para Libras.	Tradução		
Guedes, Michelle Arrais. (Surda)	Políticas de tradução e intérpretes surdos.	Estudos da Tradução	POET UFC	2021

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Do total de dissertações registradas, três delas focam o público de tradutores surdos, por exemplo, os autores Avelar (2010a), Segala (2010) e Campos (2017) focam mais na área da tradução, em contextos de trabalhos envolvendo, respectivamente, os processos de tradução-lexicografia, os processos tradutórios intermodais e o tradutor surdo em contextos literários (literatura de cordel). As demais dissertações focam no intérprete de língua de sinais com temáticas sobre estratégias e processos interpretativos. Essas pesquisas foram produzidas em um período de 10 anos, sendo duas delas defendidas no ano de 2010, a saber, Avelar (2010a) e Segala (2010).

Avelar (2010a) investigou a padronização linguística de sinais nos autores-tradutores surdos do Curso de Letras-Libras da UFSC, focalizando no estudo descritivo e lexicográfico do sinal "cultura". Um dos motivos que contribuiu para essa pesquisa deve-se aos discentes do curso de Licenciatura de Letras-Libras (modalidade EAD oferecido em 2006 pela UFSC em parceria com diversos polos distribuídos pelo Brasil). Os alunos se sentiam confusos com o uso do sinal "cultura", pois perceberam variação desse sinal nos materiais que eram traduzidos e distribuídos a eles.

Diante disso e observando a prática de tradução dos atores-tradutores surdos, além de buscar identificar as dificuldades de compreensão dos alunos, que a referida pesquisa desenvolveu-se, confirmando as variações linguísticas na tradução de sinais como algo comum das línguas. Para diminuir as dificuldades enfrentadas pelos alunos do curso de Letras-Libras daquela época, a pesquisa de Avelar (2010a) contribuiu de forma prática criando um glossário técnico, a fim de que os alunos pudessem acessar esse material e com isso familiarizar-se melhor com as traduções oferecidas no ambiente virtual. Além disso, de acordo com a autora,

a

pesquisa proporcionou, ainda, a reflexão sobre o papel que atores-tradutores surdos e ouvintes vêm desempenhando no desenvolvimento da LIBRAS, ao ampliarem seu vocabulário com novos sinais e também por abrirem caminho para o surgimento de um dialeto culto/padrão da LIBRAS. (AVELAR, 2010a, p. 5).

Outra pesquisa registrada no levantamento foi a dissertação defendida por Segala (2010). O autor discute em seu trabalho a descrição de procedimentos envolvendo a tradução do Português brasileiro escrito para a Língua Brasileira de Sinais. Segala (2010) alerta para a existência do tradutor intermodal e intersemiótico/interlinguístico e explica que as experiências de cada tradutor e suas articulações com vivências linguísticas, sociais e culturais podem determinar maior familiaridade ou não nos processos tradutórios. Nessa dissertação são apresentadas uma série de exemplos e metáforas que ilustram estratégias mais adequadas para que o tradutor surdo tenha melhor êxito.

Segundo Segala (2010), “O *corpus* analisado é retirado do material multimídia e vídeo do Curso de Letras Libras na UFSC, em que são produzidos os textos da língua-fonte – Português escrito, para a língua-alvo – Libras”. (SEGALA, 2010, p. 9). A pesquisa dele é com foco no tradutor surdo, nativo de Libras, tendo o português como L2. Na visão de Segala (2010), o profissional tradutor deve conhecer duas culturas, além de ter fluência/proficiência linguísticas das línguas fonte e alvo. O autor recomenda evitar a estratégia de tradução literal, pois é necessário compreender o significado antes de traduzir a língua.

Segala (2010) explica que para uma determinada tradução é importante ter conhecimento do tema específico, da área acadêmica e de suas normas linguístico-culturais. Para que os surdos se sintam confortáveis e visualizem com clareza, recomenda-se que o tradutor não esteja seguindo uma estrutura da língua portuguesa e nem deve traduzir literalmente palavras por sinais, finaliza Segala (2010).

Em comum, Avelar (2010a) e Segala (2010) investigaram o curso de Letras-Libras oferecido na modalidade EAD no ano de 2008 e tomaram como público alvo os tradutores surdos e as suas estratégias tradutórias adotadas no processo de tradução do português escrito para a Libras. Ou seja, percebe-se que essas duas dissertações participaram de uma tendência que poderíamos chamar de tradução de textos acadêmicos, algo já discutido brevemente por Santos (2013) em sua tese de doutorado. As contribuições iniciais dessas pesquisas alertaram para a importância e a discussão das práticas de uma equipe de trabalho e da proposta de elaborar um glossário técnico para as equipes de tradutores.

Os autores Douettes (2015), Pinheiro (2017), Lima (2017) e Marquezi (2018) focam, respectivamente, nas seguintes áreas: terminologia/lexicografia, tradução do texto em Português para Libras, possibilidades tradutórias em texto literário e vídeo em Libras-escrita de sinais como primeira língua. Todos esses estudos colaboraram para que a comunidade surda

pudesse ampliar o seu conhecimento tanto teórico quanto metodológico, mostrando que a tradução e a interpretação podem ser observadas a partir de diferentes perspectivas.

Douettes (2015) traz em sua dissertação a sua experiência profissional como tradutor surdo, focalizando a tradução da Bíblia no Instituto Expressão Surda (IES). A proposta dele é reconhecer primeiro a Libras como ponto de encontro, espaço onde a comunidade surda se expressa por meio de sua língua de sinais. O objetivo da pesquisa foi elaborar um glossário semibilíngue. Douettes (2015) defende que o usuário de sinais obtenha informações mais detalhadas sobre o significado e o uso das palavras e ressalta a importância dos glossários na atuação profissional do tradutor.

Ao priorizar a construção de sinais-termos do glossário semibilíngue em Libras, o mesmo foi organizado visualmente no DVD e na versão web. Antes disso, Douettes (2015) procurou três livros de três religiões diferentes para poder comparar os sinais mais usados, principalmente aqueles com maior clareza de significados, a fim de propor a criação dos sinais-termos em seu glossário. O instrumento utilizado foi o DVD, a fim de servir como registro do material para que os religiosos surdos pudessem entender melhor conceitos e significados de sinais circulantes no meio religioso.

Pinheiro (2017) explica que a tradução pode ser uma ferramenta importante para as pessoas surdas, ampliando as possibilidades de compreensão da leitura do Português como segunda língua. O trabalho embasa-se na teoria funcionalista, elencando conceitos como cultura surda, tradução cultural e estratégias funcionalistas do Português para Libras. A pesquisa explica, por exemplo, que a maioria das pessoas surdas são filhos de pais ouvintes, o que incide na aquisição da língua oral e no convívio com seus pais, familiares, amigos e professores. Dito de outra forma, as pessoas surdas pouco teriam acesso às interações em língua de sinais, proporcionando um ambiente de contato diretamente com a modalidade gestual-visual.

O autor realiza a sua pesquisa no curso de Licenciatura em Letras Libras na Universidade Federal do Ceará – UFC e buscou melhorar as estratégias dos profissionais da tradução, para que os discentes surdos tenham facilidade de compreender os textos científicos escritos em língua portuguesa depois de assistir ao vídeo da tradução em Libras. Nessa perspectiva, este trabalho melhora as ferramentas de ensino por meio da tradução, aumentam os conhecimentos científicos e propicia pesquisas futuras nas áreas de Libras e Estudos da Tradução. Foi uma das primeiras pesquisas desenvolvidas na POET e os dados constataram quatro linhas, a saber: (i) análise de fatores intratextuais e extratextuais do texto fonte, (ii) análise de fatores intratextuais e extratextuais do texto alvo, (iii) análise das respostas do

questionário submetido aos discentes e (iv) análise das respostas do questionário submetido aos docentes.

Ainda na POET, um dos primeiros pesquisadores surdos na área dos Estudos da Tradução foi Daniel Lima. Lima (2017) evidencia em sua pesquisa o processo de tradução do texto “Missa do Galo” do autor Machado de Assis, traduzido para Libras pela tradutora surda Heloisa Gripp Diniz. Lima (2017) foca na tradução da área de literatura e discute importantes reflexões mostrando, em sua análise, a tradução do estilo machadiano e a performance tradutória realizada por Diniz. Enquanto pesquisador e, também, tradutor surdo, Lima (2017) percorre a experiência particular e vê a possibilidade de traduzir outra forma de compreender. Segundo Lima (2017), a tradutora deixou em seu processo alguns sinais que poderiam apresentar maior clareza na tradução. A essa estratégia, o pesquisador busca nos conceitos de tradução estrangeirizadora e domesticadora, bases teóricas para explicar essa crítica de tradução que ele realiza em sua dissertação.

Lima (2017) explica que o objetivo da pesquisa foi contextualizar de forma clara e produzir traduções que levem em consideração aspectos bilíngues intermodais. O autor procura alguns termos (na glosa) e mostra de forma evidente propostas de sinais que seriam melhores adequados, se adaptados segundo uma estratégia domesticadora ou estrangeirizadora, a depender dos contextos selecionados. Lima (2017) finaliza explicando que para esta modalidade de texto literário é importante traduzir além da acessibilidade, focalizando somente em uma tradução linguística. O autor defende a possibilidade de a tradução considerar, construir e traduzir levando em consideração a cultura presente na literatura surda que é diferente da cultura presente na literatura produzida pelos ouvintes.

Na sequência das dissertações defendidas, constatamos na PGET o trabalho desenvolvido por Marquezi (2018). A autora discute e analisa um processo de tradução envolvendo a transcrição de livros de literatura surda infantojuvenil para a escrita de sinais (*SignWriting* - SW). Marquezi (2018) realiza um levantamento dos livros de literatura infantojuvenil em SW e aplica um questionário para os tradutores e transcritores dessas obras. Do ponto de vista teórico, a autora mostra as diferenças existentes nos processos envolvendo tradução, transcrição e transliteração. Recupera os principais pesquisadores que discutem o SW e faz um apanhado dos principais materiais publicados sobre esse tema, seja produção acadêmica como teses, dissertações, artigos e outros ou ainda blogs, placas e informativos contendo o SW.

Marquezi (2018) explica e analisa a experiência da tradução desses materiais e mostra uma série de desafios encontrados na pesquisa. As entrevistas aplicadas aos tradutores mostraram alto grau de especialidade, demonstrando a necessidade de valorizar tal profissão, já que poucos são os trabalhos encontrados em SW. Construir ações voltadas para a visibilidade e empoderamento desses tradutores é importante, pois muitos deles não se reconhecem como profissionais da tradução ou sequer são mencionados quando de fato realizam os trabalhos de tradução. Além disso, a autora defende a padronização da terminologia quando se trata da área de SW, pois foram encontradas várias formas de referir-se ao processo. Por exemplo: tradução de SW, tradução para língua brasileira de sinais e assim sucessivamente. Marquezi (2018) ressalta ainda a necessidade de ampliar os trabalhos, refinar os processos de tradução empregados nos materiais, padronizar modos de tradução, a fim de evitar falhas, dentre outras sugestões.

A última dissertação que representa esse conjunto de trabalhos sobre tradução é da autora Campos (2017), a qual explica o desafio da tradução da literatura nordestina pelo tradutor surdo e analisa uma tradução do folheto de Literatura de Cordel, pois a comunidade surda desconhece a cultura e as gírias regionais do Nordeste. Para isto, Campos (2017) quer mostrar a compreensão da tradução, o melhor conhecimento dos conceitos e sinais de alguns personagens no sertão. Observamos a importância de conseguir os sinais da variação e traduzir os conceitos de português para Libras, pois existem algumas metáforas no folheto e para isso é fundamental o tradutor mostrar sem constrangimento a cultura do sertão. Esse profissional deve mostrar a incorporação da cultura nordestina em seu processo tradutório.

A dissertação de Campos (2017) apresenta um panorama sobre a literatura de cordel e seus principais autores, seguida dos Estudos da Tradução na área de literatura e Libras. Na sequência a autora apresenta as variações linguísticas e os regionalismos nordestinos e depois apresenta a metodologia empregada no trabalho e os resultados das entrevistas com os participantes da pesquisa. Em seu último capítulo, Campos (2017) explica os principais desafios enfrentados pelo tradutor surdo quando a temática é literatura de cordel e apresenta uma nova proposta. Dentre os vários assuntos tratados no texto, a autora explica que haveria duas etapas em que ocorre a tradução intralingual (português nordestino x português padrão e Libras nordestina x Libras padrão) e uma etapa que ocorre a tradução interlingual (português x Libras). Todas essas etapas são importantes constituintes e devem ser consideradas no processo tradutório.

Com esse primeiro conjunto de dissertações focando nos processos de tradução e a seguir com as demais dissertações que focam nos processos interpretativos, acreditamos que a figura abaixo ilustra as principais temáticas que se destacam nas dissertações sobre tradutores e intérpretes surdos, desenvolvidas na PGET (UFSC).

Figura 2 – ilustração das temáticas abordadas pelas dissertações sobre tradutores e intérpretes surdos.



Fonte: elaboração própria, 2021.

Duas dissertações defendidas na PGET (UFSC) foram registradas sobre intérpretes surdos, sendo Granado (2019) e Ferreira (2019). Em sua dissertação, Granado (2019) apresenta e discute estratégias de interpretação na conferência simultânea intramodal da língua de sinais internacional para Libras e vice-versa. Além disso, a autora discute as estratégias específicas na interpretação intramodal simultânea entre SI e Libras, bem como, as diferentes funções exercidas pelos intérpretes. Por exemplo: na configuração da interpretação com espelhamento, onde cada um tem o seu trabalho diferente como intérprete interlingual, intérprete intralingual e intérprete apoio. Segundo a autora, essas estratégias podem ser usadas como métodos a fim de transmitir a mensagem com sucesso. Ela espera e incentiva que os surdos desejem se tornar intérprete profissionais.

Espera-se que esta dissertação ajude nisso; surdos que desejam podem tornar-se intérpretes profissionais e, também, a oportunidade de adquirir os conhecimentos sobre esta nova perspectiva para os intérpretes surdos na comunidade surda. Os intérpretes surdos serão cada vez mais reconhecidos e valorizados, desse modo as

novas pesquisas estimularão os surdos a terem motivação para atuar como intérprete. (GRANADO, 2019, p. 25).

Na interpretação simultânea entre duas línguas de mesma modalidade existem estratégias de interpretação que devem ser consideradas na atuação profissional de um intérprete, o que pode ajudá-lo a tomar decisões e atingir metas que sejam bem-sucedidas. Não somente isto, mas é necessário ter uma boa formação que garanta melhor qualidade da profissão, para que os tradutores traduzam com boas estratégias que ajudem a solucionar problemas e garantir o sucesso do trabalho. Granado (2019) explica que tem muitos pesquisadores e intérpretes experientes na área de interpretação de língua de sinais no mundo a fora.

A autora afirma que o surdo pode atuar como um intérprete profissional tanto quanto os ouvintes. Como aqui no Brasil não temos mais a certificação de proficiência – Prolibras e ainda não há formação profissional para tradutores e intérpretes surdos, os desafios são acentuados. Granado (2019) argumenta que a formação profissional de um tradutor e intérprete de língua de sinais, academicamente e legalmente, é reconhecida dentro da área dos Estudos da Tradução. Considerando essa afirmação, questionamos por que o tratamento e a visibilidade para tradutores e intérpretes surdos é diferente? Compreender essas questões se torna importante, a fim de desenvolver políticas de tradução e de interpretação que considerem os intérpretes surdos e suas práticas profissionais.

Atualmente, no Brasil, os intérpretes surdos são encontrados com maior frequência nos contextos de conferências, especialmente em eventos de grande porte, tais como, o Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa, o Congresso Nacional de Pesquisas em Linguística, ambos ocorridos na UFSC. Além desses, tivemos registro de intérpretes surdos na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) ou popularmente conhecida como Rio+20.

Para finalizar esse conjunto de dissertações defendidas sobre intérpretes surdos temos a pesquisa de Ferreira (2019). O autor conta a experiência pessoal como TIS e explica que essas vivências foram fundamentais na constituição dele como profissional dessa área. Além disso, na visão de Ferreira (2019) essas experiências contribuíram para constituir um novo campo profissional e acadêmico sobre a atuação dos surdos como tradutores, intérpretes e guia-intérprete. Ferreira (2019) afirma que há pouca formação disponível para os surdos atuarem como profissionais na área da tradução e interpretação de língua de sinais.

O autor percorre diferentes fatos históricos, sociais e acadêmicos em diversas partes do mundo e exemplifica as principais formações disponíveis para tradutores e intérpretes surdos. A necessidade de conhecer as investigações da área e os temas que circulavam nesses trabalhos, possivelmente tenha influenciado a dissertação de Ferreira (2019), que busca justamente identificar, organizar e analisar as características e os elementos que constituem a produção acadêmica dos ETILS. Segundo o autor foram localizadas 70 publicações acadêmicas em inglês e um pouco menos no âmbito nacional, escritas e publicadas em português nacional com foco no tradutor e no intérprete surdo.

Ferreira (2019) explica que os surdos estão interessados em atuar como tradutores ou intérpretes, mas encontram-se impotentes devido à falta de formação qualificada. Em sua pesquisa, um dos principais objetivos foi investigar as características do processo de interpretação interlíngua, intramodal, gestual-visual da ASL (Língua de Sinais Americana) para a Libras, bem como, o desempenho dos intérpretes surdos nos processos intramodais. Ainda, segundo Ferreira (2019), a análise do processo interpretativo intramodal gestual-visual mostra várias características no processo interpretativo intramodais vocais-auditivo e no processo interpretativo intermodais. Um dos elementos que o autor alerta nos resultados, deve-se aos participantes possuírem diferentes perfis e níveis de competência interpretativa intramodal, por causa da trajetória pessoal, acadêmica e outros fatores.

Ambos os pesquisadores, Ferreira (2019) e Granado (2019) realizaram a pesquisa com a presença de intérpretes surdos intramodal, apenas em língua de sinais diferentes, um da ASL e outro dos SI. Notamos que as pesquisas da dissertação têm foco somente nas conferências e se preocupam mais com o processo e a estratégia da interpretação das línguas de sinais estrangeiras. Observamos também que as dissertações sobre intérpretes surdos concentraram seus estudos e análises no contexto de conferência e com pares linguísticos (ASL e SI) que tem certa visibilidade social e acadêmica.

A maioria das pesquisas desenvolvidas até o presente momento, apresenta o contexto de conferência como o mais investigado. Esse dado é um alerta para que a criação de políticas de tradução e de interpretação não focalizem apenas esse contexto como sendo o primordial, mas também amplie para tradutores e intérpretes que não são tão visíveis, assim como, outras línguas de sinais que transitam nacionalmente ou mesmo internacionalmente.

A visibilidade de línguas como ASL e SI é preocupante, na medida em que muitos tradutores ou intérpretes surdos que tem certo prestígio e fama ocupam espaços e raramente oportunizam que a composição das equipes seja mais diversa. As relações de poder são visíveis

e isso também precisa ser considerado nas discussões sobre os diferentes campos e perfis de atuação de tradutores e intérpretes surdos. No Brasil, a circulação de diferentes línguas de sinais está em fase de emergência, tanto na atuação profissional quanto da pesquisa, mas ainda assim é importante uma política de incentivo para a tradução e a interpretação desses pares. Vejamos um exemplo.

O caso de surdos residentes na zona rural que se deslocam para serem atendidos em algum posto de saúde da cidade. Seriam os intérpretes surdos que interpretariam uma língua caseira ou gestos para Libras; e os intérpretes ouvintes interpretam da Libras para a língua portuguesa aos servidores da saúde e/ou demais autoridades, a depender dos contextos de atuação profissional. É importante entender essa demanda com clareza devido a sua sinalização contar traços da região que vivem, em alguns casos, sinais emergentes. A presença de intérpretes surdos é muito importante em contextos assim. De acordo com Pöchhacker (2004), esses contextos (médico-hospitalar, educacional, jurídico, policial, assistência social e outros) são conhecidos como intrassociais, diferente do contexto de conferência que é conhecido como internacional.

Por fim, a última pesquisa, em fase de conclusão, trata sobre tradutores e intérpretes surdos, e envolve uma temática mais focada nas políticas de tradução e intérpretes surdos. Além disso, busca dialogar com a relação do trabalho profissional e comprovar a visibilidade do país por meio da produção acadêmica feita pelos pesquisadores surdos.

Essa tendência de só investigar contextos com maior visibilidade de atuação, como o de conferências, começa a ter outras percepções, quando analisamos as dissertações sobre tradutor ou intérprete surdo que estão em andamento<sup>21</sup>, desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Estudos da Tradução. Observe no quadro 6 abaixo.

---

<sup>21</sup> Os autores estão com a pós-graduação em andamento e o título do trabalho pode sofrer alguma alteração antes da conclusão.

<b>QUADRO 6 - DISSERTAÇÕES DE MESTRADO EM ANDAMENTO</b>				
<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ÁREA</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>ANO DE DEFESA</b>
Silveira, Guilherme Leopold. (Surdo)	A (in)visibilidade e a luta do reconhecimento de intérprete surdo na esfera jurídica brasileira.	Estudos da Tradução .	PGET UFSC	em andamento.
Silveira, Bianca. (Surda)	Os tradutores e os intérpretes surdos no contexto brasileiro: perfil e atuação.	Estudos da Tradução .	PGET UFSC	em andamento.
Makhoul, Ivonne Azevedo. (Surda)	Análise e desenvolvimento de transliteração de Libras para Libras-Tátil com sistema háptico na região metropolitana de Belo Horizonte.	Estudos da Tradução .	POSTRAD UnB	em andamento.
Guedes, Rodrigo Nascimento. (Surdo)	Análise da interpretação simultânea de Libras para Sinais Internacionais e vice-versa em conferências.	Estudos da Tradução .	POSTRAD UnB	em andamento.

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Nos dados coletados, apresentados na tabela acima, é possível verificar que 5 dissertações estão em andamento, distribuídas entre os programas de pós-graduação em Estudos da Tradução. São eles PGET na UFSC, POSTRAD na UnB e POET na UFC. Inicialmente, esse é um ponto muito importante, pois temos a representação de diferentes programas de pós-graduação em estudos da tradução, o que significa que as pesquisas estão ampliando. Nas teses (defendidas e em andamento) e nas dissertações (defendidas) todos os trabalhos localizavam-se na PGET (UFSC).

Como as pesquisas estão em andamento, não temos dados suficientes para a análise, mas as consideramos nesse levantamento por compreender a relevância que tais trabalhos desempenham no que se refere à circulação dos temas, dos discentes que realizam essas investigações, assim como, dos programas onde esses trabalhos estão sendo desenvolvidos. Ainda que os títulos possam ser provisórios devido à fase em andamento, podemos observar diferentes temáticas nessas dissertações, envolvendo diferentes contextos de atuação para tradutores e intérpretes surdos.

Mais uma vez, Pöchhacker (2004) contribui com os conceitos de internacional (para contextos de conferência) e intrassocial (para contextos comunitários, na maioria dos casos). O autor explica que a interpretação comunitária é uma interpretação intrassocial e envolve

contextos tais como, social, cultural, de ligação, ou ainda de serviço público. Algumas características são comuns na interpretação de contextos intrassociais, pois as atividades dos intérpretes são marcadas por processos que envolvem interações dialogadas, isto é, participantes (clientes e intérpretes) estão envolvidos em um diálogo face-a-face. Pöchhacker (2004) explica ainda que segundo a definição, o intérprete comunitário é responsável pela comunicação entre profissional e cliente e existem várias percepções e uma relação desigual de poder e conhecimento que envolve esse processo de interação.

Nessa vertente, temos a pesquisa de Rodrigo Nascimento Guedes (POSTRAD-UnB) que discute a interpretação simultânea no contexto de conferência com foco nos SI. Por outro lado, Ivonne Azevedo Makhoul e Guilherme Leopold Silveira, respectivamente, pesquisam sobre análise e desenvolvimento de transliteração de Libras para Libras-Tátil com sistema háptico e a (in)visibilidade e a luta por reconhecimento do intérprete surdo na esfera jurídica brasileira. Esses dois últimos contextos abordados nas dissertações se relacionam diretamente com a interpretação comunitária.

Por fim, uma pesquisa, em fase de desenvolvimento, trata sobre tradutores e intérpretes surdos, mas envolvem temáticas mais genéricas. Bianca Silveira discute perfil e atuação. De forma preliminar é possível afirmar que na dissertação em andamento há uma diversidade maior de temáticas e ampliação de locais de pesquisa (no caso, programas de pós-graduação em estudos da tradução), fato esse que pode incentivar novos objetos de pesquisa em diferentes partes do país.

Nesse sentido, é importante verificar se essa tendência de diversos temas se confirma nas publicações com formato de artigos e capítulos de livros, descritas na próxima seção.

### **4.3 Artigos e capítulos de livro**

A coleta de dados dessa pesquisa registrou sete artigos publicados por surdos e/ou parcerias com surdos, na área dos Estudos da Tradução, sendo três deles publicados na revista *Cadernos de Tradução* filiada à PGET (UFSC). As demais publicações subdividem-se, sendo uma na *Revista Belas Infiéis* pertencente ao POSTRAD (UnB) e três na *Revista Espaço*, pertencente ao Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). No quadro 7 é possível visualizar os dados mais detalhados, a saber: nomes dos autores, títulos e ano.

<b>QUADRO 7- ARTIGOS</b>				
<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ÁREA</b>	<b>REVISTA E PROGRAMA</b>	<b>ANO DE PUBLICAÇÃO</b>
Stumpf, Marianne (Surda); Quadros, Ronice M. de (Ouvinte)	Tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais: Formação e Pesquisa.	Estudos da Tradução	Revista Cadernos da Tradução PGET.	2010
Avelar, Thais F. (Surda)	A formação de identidades culturais no curso de Letras-Libras por meio da atividade de tradução.	Estudos da Tradução	Revista Cadernos da Tradução PGET.	2010b
Campello, Ana Regina e S. (Surda)	Intérprete surdo de língua de sinais brasileira: o novo campo de tradução / interpretação cultural e seu desafio.	Estudos da tradução.	Revista Cadernos da Tradução PGET.	2014
Segala, Rimar R. (Surdo); Quadros, Ronice M. (Ouvinte)	Tradução intermodal, intersemiótica e interlinguística de textos escritos em português para a libras oral.	Estudos da tradução.	Revista Cadernos da Tradução PGET.	2015
Granado, Letícia Fernandes. G. W. (Surda)	Sinais Internacionais e a formação para intérpretes de Sinais Internacionais.	Estudos da tradução.	Revista Belas Infiéis POSTRAD.	2019
Rodrigues, Carlos H. (Ouvinte); Ferreira, João Gabriel D. (Surda)	Tradutores, intérpretes e guias-intérpretes surdos: prática profissional e competência.	Estudos da tradução.	Revista Espaço INES.	2019
Santos, Silvana A. dos (Ouvinte); Stumpf, Marianne R. (Surda)	Cartilha sobre violência doméstica – perguntas e respostas: experiências de tradução do Português para a Libras.	Estudos da Tradução	Revista Espaço INES.	2019
Lourenço, Guilherme (Ouvinte); Ferreira, Rodrigo A. (Surdo)	Os serviços de interpretação de Língua Brasileira de Sinais nas universidades e nos institutos federais: a percepção dos docentes surdos.	Estudos da Tradução	Revista Espaço INES.	2019

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Considerando as informações prévias no quadro acima, podemos notar maior diversidade de temáticas publicadas nos artigos, do que encontramos nas teses e dissertações. Nos dados acima, é possível observar temas de tradução e de interpretação, assim como, contextos acadêmicos e não acadêmicos, ou ainda, temas voltados para as competências exigidas do profissional tradutor surdo. Apresentam-se também objetos de investigação, pouco explorados nos Estudos da Tradução, na produção acadêmica, a saber: guias-intérpretes surdos.

Em comum, nessas publicações há menção para demandas sociais, políticas e linguísticas atreladas aos percursos históricos da área de Libras e das comunidades surdas. Quanto à parte teórico-metodológica os artigos publicados variam bastante desde experiências vivenciadas, traduções comentadas, artigos de reflexão sobre determinado tema ou ainda pesquisas com dados quantitativos. As temáticas apresentadas nos artigos mostram demandas dos cotidianos institucionais com a tradução e a interpretação dos surdos de línguas de sinais em nosso país.

Além disso, tais dados mostram que no período de 2010 a 2019, os artigos foram publicados individualmente por pesquisadores surdos. Em meados de 2019, observamos uma tendência para a publicação em coautoria de pesquisadores surdos e ouvintes, pois registra-se três artigos nesses moldes na Revista Espaço. Vale destacar que alguns desses materiais focam em processos tradutórios ou interpretativos do Português para a Libras ou vice-versa. Porém, alguns desses artigos focalizam a formação de tradutores ou intérpretes em SI ou outra língua estrangeira.

Outro fato, é que alguns desses materiais publicados são desdobramentos de dissertações defendidas junto aos programas de pós-graduação, ou seja, observamos um movimento de fazer circular a produção acadêmica sobre o tema do tradutor ou intérprete surdo. Essa percepção é importante porque as políticas de tradução e de interpretação não podem ser restritas somente à atuação do profissional surdo, mas também devem promover empoderamento para que as reflexões acerca do tema tenham lugar de destaque dentro dos Estudos da Tradução. A percepção do tradutor surdo e suas contribuições linguísticas, tradutórias e culturais devem ser consideradas como parte dos Estudos da Tradução.

Nesse sentido, Stumpf e Quadros (2010), pesquisadoras surda e ouvinte, respectivamente, foram pioneiras a publicar as suas reflexões em *SignWriting* em uma revista dos Estudos da Tradução, conforme a tabela acima mostra. Em um dos primeiros dossiês sobre tradução e interpretação de línguas de sinais no ano de 2010, organizado pela prof. Dra. Ronice Muller de Quadros junto ao Cadernos de Tradução (PGET-UFSC), esse artigo foi feito pela

escrita da língua de sinais. Este artigo explica a importância sobre “*Tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais: Formação e Pesquisa*”. As autoras apresentam a evolução da formação dos tradutores e intérpretes da língua brasileira de sinais, com o respeito e o reconhecimento do uso da língua de sinais como primeira língua da comunidade surda do país.

A legislação auxiliou bastante a garantir o acesso de comunicação e outros direitos dos surdos brasileiros, principalmente do uso da língua de sinais. Os profissionais da tradução e interpretação evoluíram melhor através de cursos oferecidos e ampliação das formações para esse público. As autoras defendem que a formação desses profissionais está atrelada aos movimentos surdos e ressaltam a importância das políticas linguísticas nesses processos. Esse artigo desempenhou um importante marco histórico, pois é um dos raros artigos publicados em *SignWriting* em revistas acadêmicas dos Estudos da Tradução. Podemos observar a importância de destacar a escrita de sinais, também como um elemento para o desenvolvimento das políticas de tradução, visibilizando o trabalho de tradutores que atuam diretamente nesse âmbito.

A autora Avelar (2010b) foi a segunda a publicar. Ela discute importantes contribuições sobre “*a formação de identidades culturais no curso de Letras-Libras por meio da atividade de tradução*”. Nesse artigo, Avelar (2010b) discute o conceito de identidade, tradução e formação de identidades com base em autores como Lawrence Venuti (2002) e Antoine Berman (2007) dos Estudos da Tradução e explica as suas contribuições para a realidade envolvendo textos estrangeiros, textos culturais, atitudes estrangeirizadoras, atitudes domésticas, pensando um projeto de tradução. Na sequência, a autora mostra como esses conceitos podem articular percepções importantes na formação da identidade cultural da comunidade surda e a tradução cultural da Libras ou línguas de sinais a serem incluídas nos projetos de tradução. Segundo Avelar (2010b):

O que sustentará um novo olhar sobre as diferenças são as novas formas de representar e de ressignificar a diferença. O que são as diferenças? São diferenças linguísticas – ouvintes que possuem a língua portuguesa enquanto os surdos com língua de sinais – onde se tem uma língua oficial e outra língua estrangeira. Se fora da língua de sinais o surdo é o estrangeiro, dentro dela, o ouvinte é quem não fala, não produz discurso e, portanto, não participa da cadeia de significantes que movimentam os sentidos, que fazem parte da vida dos surdos. (AVELAR, 2010b, p. 281).

A autora mostra como essas diferenças impactam a tradução realizada por tradutores surdos que trabalham com as hiperfórmulas do curso de Letras-Libras e discorre várias reflexões sobre o papel e a atuação de tradutores surdos. Essa questão cultural é marcante nos primeiros textos publicados pelos pesquisadores surdos.

Embora Campello (2014) não tenha focado nos tradutores surdos, a autora apresenta o “*Intérprete surdo de língua de sinais brasileira: o novo campo de tradução / interpretação cultural e seu desafio*”. Artigo também publicado na Revista Cadernos de Tradução. O texto de Campello (2014) apresenta como surgiu o novo campo de tradução no contexto educacional do ensino a distância (EAD) no contexto brasileiro e mostra como a tradução e a interpretação do ator/tradutor como intérprete de uma língua de sinais para outra língua de sinais desempenhada por surdos bilíngues intermodais.

A autora organiza o seu artigo, discutindo o surgimento do Intérprete Surdo de Língua de Sinais, a identificação linguística desse profissional na comunidade surda, as formas de tradução e de interpretação e exemplifica alguns aspectos a serem considerados no processo de interpretação, ilustrando exemplos da ASL e da LSB<sup>22</sup> (Língua de Sinais Brasileira).

Descrever de modo geral essas contribuições dos autores surdos, mostra que as políticas de tradução e de interpretação precisam considerar aspectos que envolvem elementos históricos (surgimento, fatos, memórias, documentos e outros), assim como, elementos procedimentais (a sistemática do processo, como ocorre a tradução e as estratégias empregadas ou a interpretação e as estratégias adotadas) ou ainda, elementos de cunho profissional (valorização profissional, contratação, dificuldades enfrentadas pelos tradutores surdos e intérpretes surdos e assim por diante).

Em 2014, ainda na Revista Cadernos de Tradução, em um dossiê organizado pelos professores Dr. Carlos Henrique Rodrigues e Dra. Ronice Muller de Quadros, ambos da UFSC, registra-se um artigo publicado por Segala e Quadros (2015). Com base em Roman Jakobson (1969), que nomeou os conceitos de tradução intralingual, interlingual e intersemiótica, os autores apresentaram os tipos de tradução intermodal do texto em português para Libras em forma de vídeo. Tomando os aspectos linguísticos e tradutórios como fundamentais em uma língua de modalidade visual-espacial, Segala e Quadros (2015) mostram um exemplo de tradução no contexto no curso de graduação em Letras-Libras na UFSC, criado no ano de 2006.

Depois de longos anos desse curso, várias produções envolvendo pesquisas com a tradução e interpretação de Libras-Português aumentaram no cenário acadêmico, ampliando as temáticas e os objetos investigados no campo dos Estudos da Tradução. A equipe de tradução com a presença de tradutores e intérpretes surdos e ouvintes de língua de sinais foi um marco importante para os cursos de Letras-Libras, pois mostraram a necessidade de um trabalho em conjunto que considerasse o público surdo. Os tradutores surdos puderam experimentar e sentir

---

<sup>22</sup> Sigla adotada por Campello (2014).

as demandas profissionais, dentre elas, os desafios enfrentados no processo tradutório, especialmente, nas estratégias para a realização das traduções do Português escrito para a Libras.

Com base nessas experiências, várias pesquisas começaram a indicar aspectos linguísticos e tradutórios e os efeitos de modalidade (entre línguas faladas e línguas de sinais) que atravessavam os processos de tradução e de interpretação de línguas de sinais. Segala e Quadros (2015) afirmam que: “percebe-se que a tradução compõe a sobreposição de vários elementos que envolvem as modalidades das línguas, os elementos linguísticos, as questões culturais, os elementos semióticos e as questões de ordem técnica”. (SEGALA e QUADROS, 2015, p. 381).

Na sequência, um conjunto de quatro artigos publicados no ano de 2019 são registrados na coleta de dados, sendo um deles na Revista *Belas Infiéis* e três na Revista *Espaço*. Granado (2019) apresenta, no artigo “*Sinais Internacionais e a formação para intérpretes de Sinais Internacionais*”, importantes considerações sobre o uso do SI. A autora contextualiza as diversas definições do termo SI e mostra as concordâncias e discordâncias de pesquisadores sobre esse termo. Alguns definem SI, como sendo apenas Sinais Internacionais. Porém, Granado (2019) explica que a Federação Mundial de Surdos (WFD) votou por nomear SI como língua de sinais internacional, alterando o status de sinais utilizados para comunicação, para língua de sinais internacional. A autora explica que SI é uma língua franca, podendo mudar de acordo com as circunstâncias sociais, linguísticas e culturais. Dito de outra forma, Granado (2019) argumenta que não existe uma comunidade definida que usaria SI para defini-lo como língua. A autora toma como base as discussões realizadas por pesquisadores como Moody (2008) e Mesch (2010), os quais não aprovam a ideia de SI ser visualizado como uma língua. Granado (2019) explica que na visão desses autores, o SI não seria língua porque pode mudar o contexto linguístico dos sinalizadores que o utilizam.

Esse contexto pode variar de língua, cultura, história dos sinais de seu país de origem. “O uso do termo International Sign, ao invés de International Sign Language, enfatiza que International Sign não é reconhecido como um status linguístico completo”. (ADAM, 2012, p. 853). No Brasil, adotamos o termo “Sinais Internacionais”, em português, amplamente utilizado pela comunidade surda. Sinais Internacionais não é considerado como uma língua oficialmente, pois ele não tem uma comunidade de origem definida. Mesmo assim, serve como uma espécie de língua franca equidistante em eventos e encontros internacionais de surdos e é convencional para os membros da WFD. (GRANADO, 2019, p. 212).

Essa compreensão sobre o SI ser ou não língua não é unânime, pois, autores como Pinheiro (2020) concordam com as posições tomadas pela WFD. Ou seja, de que SI deve ser

considerado como uma língua amplamente utilizada pela comunidade surda. Se é utilizado amplamente pela comunidade surda, como então ocorreria essas dinâmicas de interação ou encontros em que as pessoas possam exercitar a prática do SI?

Granado (2019) explica que os usuários surdos de língua de sinais que nunca tiveram contato com SI, já nas primeiras vezes de contato, a possibilidade de comunicar-se uns com os outros é evidente. Essa é uma experiência diferente para muitas pessoas surdas, pois elas são capazes de expressar-se em conversas e diálogos, por exemplo, durante eventos internacionais ou quando viajam para participar de atividades acadêmicas ou não. A autora, também esclarece que SI pode ser considerado basicamente uma língua franca, com uma mistura de diversas línguas de sinais nacionais.

Os intérpretes surdos começaram a se interessar em interpretação de SI e conhecer algumas regras de trabalho há algum tempo. Faz parte de uma política de tradução e de interpretação incentivar esta nova oportunidade profissional de interpretação de língua de sinais em todo o mundo. Apoiar as pessoas surdas para que tenham a possibilidade de treinar, se formar e atuar como intérpretes deveria ser um dos primeiros pontos a serem discutidos pelas associações e entidades representativas.

No âmbito internacional, a WASLI continua mantendo e promovendo as normas em interpretação de SI, de acordo com a Política e as Diretrizes Provisórias de Credenciamento, conforme explica Granado (2019). Para este sistema realizam-se anualmente bancas para avaliar e certificar os intérpretes de SI, para garantir o seu trabalho e a sua qualidade profissional. No âmbito nacional, pouco se discute o papel do Multilinguismo para a formação de tradutores e intérpretes surdos ou ouvintes, mas esse debate é fundamental para a exigência de tornar-se um profissional nessa área. Granado (2019) com base em vários autores internacionais explica que além de conhecer várias línguas de sinais nacionais e culturas adicionais, “o intérprete precisa ter uma variedade de estratégias de interpretação flexíveis para responder às exigências únicas em um ambiente multilíngue e multicultural”. (SHENEMAN; COLLINS, 2016, p. 171, tradução de Letícia Granado)<sup>23</sup>.

Esse ambiente multilíngue muito presente em conferências internacionais, cujas línguas de sinais transitam com bastante fluxo, exige do intérprete surdo não somente aspectos técnicos, linguísticos ou tradutórios. Ele deve estar atento para questões culturais, ideias criativas para construir a sua interpretação, flexibilidade para movimentar-se culturalmente,

---

<sup>23</sup> No original: The interpreter needs to have a variety of flexible interpreting strategies to respond to the unique demands in a multilingual and multicultural setting.

tomar decisões importantes a favor do trabalho em equipe. Esses conhecimentos foram resgatados no texto de Granado (2019), que chama atenção para a valorização e o reconhecimento profissional dos intérpretes surdos, os quais estão envolvidos nas comunidades surdas e que muitas vezes não dispõem de formação específica para esses profissionais.

O fato de Granado (2019) ter publicado o seu artigo na Revista *Belas Infiéis* foi uma contribuição importante e que marca uma visibilidade relevante para os pesquisadores surdos que investigam os tradutores e intérpretes surdos. É uma das primeiras publicações que se movimenta para além do eixo sul, já que a Revista *Belas Infiéis* se situa no âmbito do POSTRAD (UnB) na região centro-oeste do país. Na edição regular do ano de 2019, organizado pelo professor Ms. Tiago Coimbra Nogueira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e pela profa. Dra. Silvana Aguiar dos Santos (UFSC), eles intitulam o editorial: *Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais: caminhos trilhados, percursos em andamento e projeções futuras?*

Uma resposta inicial para esse questionamento é que a temática dos tradutores e intérpretes surdos é um fato atual no meio acadêmico e na atuação profissional e que com políticas de tradução e de interpretação, a projeção e o aumento dessa representatividade tendem a ganhar forças. É o que nos prova, um segundo dossiê sobre *Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais: questões contemporâneas* organizadas pelo prof. Guilherme Lourenço (Universidade Federal de Minas Gerais) e pela profa. Dra. Silvana Aguiar dos Santos (UFSC) na Revista *Espaço* (INES).

Nesse dossiê foram localizados três artigos produzidos em coautoria com pesquisadores surdos, sejam eles, professores ou estudantes de mestrado ou doutorado. Rodrigues e Ferreira (2019), Santos e Stumpf (2019) e Lourenço e Ferreira (2019). Com relação a Rodrigues e Ferreira (2019), os autores apresentam os tradutores, intérpretes e guias-intérpretes e discutem a prática desses profissionais e as competências requisitadas para a atuação no mercado de trabalho. Em um segundo momento, Rodrigues e Ferreira (2019) discutem sobre os diferentes campos de atuação intermodal e intramodal gestual visual e por fim centram-se na competência requerida pelos profissionais. Os autores explicam que:

Os estudos processuais sobre os encargos assumidos pelos tradutores, intérpretes e guia-intérpretes surdos ainda são incipientes e, portanto, são necessárias novas pesquisas empíricas que visem a investigar: (i) as implicações da autoria surda para a tradução, a interpretação e a guia-interpretação; (ii) as características, as dinâmicas e as especificidades de cada uma das atividades tradutórias e interpretativas desenvolvidas pelos surdos; (iii) as competências requeridas desses profissionais para atuação interlingual, intralingual, intermodal e intramodal gestual visual; (iv) o caráter das competências translativas intermodais e intramodais, no intuito de melhor distingui-las e descrevê-las; e (v) os aspectos singulares da guia-interpretação

realizada com base em uma língua vocal em relação àquela realizada com base em uma língua de sinais, entre outros. (RODRIGUES; FERREIRA, 2019, p. 123).

Ou seja, percebemos que essa área é um tema emergente para o campo dos ETILS, merecendo amplo debate e pesquisas sobre o tema. Os autores explicam, por exemplo, que os tradutores e intérpretes surdos têm conseguido visibilidade na mídia brasileira, especialmente em contextos televisivos, midiáticos, em conferências de grande porte como aquelas internacionais e em outros contextos intrassociais, tais como aqueles mencionados por Pöchhacker (2004). As equipes de trabalho, intérpretes surdos e ouvintes, têm sido comuns em espaços intrassociais, tais como na área de saúde, justiça e educação, de acordo com os autores, e isso ocorre a fim de garantir um acesso qualificado para as comunidades surdas.

Rodrigues e Ferreira (2019) explicam que as demandas de interpretação, quer sejam intermodais ou intramodal, tem aumentado bastante, especialmente, no ambiente acadêmico devido aos contextos de conferências. Nesses contextos, o trânsito de diversos surdos e a possibilidade de várias línguas de sinais permitem a atuação de intérpretes surdos para diferentes pares linguísticos entre línguas de sinais ou SI. Essa observação feita pelos autores foi também constatada por Granado (2019) em seu artigo.

Rodrigues e Ferreira (2019), na mesma linha desenvolvida na dissertação defendida por Ferreira (2019), propõem uma categorização nova dos processos intermodais e intramodais, envolvendo línguas de sinais.

Essas propostas de categorização, com base nas modalidades das línguas envolvidas nos processos tradutórios e interpretativos nos permitem vislumbrar as muitas possibilidades de atuação de tradutores e de intérpretes intermodais e intramodais gestuais visuais, tanto ouvintes quanto surdos, pelo menos nas seguintes atividades: (i) tradução intermodal; (ii) interpretação intermodal; (iii) tradução intramodal gestual-visual; (iv) interpretação intramodal gestual visual; (v) guia-interpretação intermodal; e (vi) guia-interpretação intramodal gestual visual. (RODRIGUES; FERREIRA, 2019, p. 118-119).

Finalizando, os autores discutem as implicações dessas categorizações para refletir sobre os diferentes modelos de competência tradutória. A discussão proposta nesse artigo não somente amplia os conhecimentos para quem está nos ETILS, como também, para os tradutores e intérpretes surdos, além de propor a ampliação dos estudos sobre competência tradutória.

Ainda no campo dos processos de tradução temos o artigo de Santos e Stumpf (2019), o qual discute uma tradução comentada tomando como base as contribuições da corrente funcionalista da tradução. Preocupadas com as mulheres vítimas de violência doméstica, as autoras explicam e argumentam as decisões tradutórias e metodológicas tomadas durante a tradução de uma Cartilha sobre Violência Doméstica, distribuída pelo Tribunal de

Justiça do Estado de Santa Catarina. As autoras chamam a atenção para questões sociais e o papel da tradução, a fim de garantir direitos e diminuir a vulnerabilidade de algumas comunidades surdas.

Embora as autoras não discutam exclusivamente sobre o tradutor ou o intérprete surdo, elas escolheram o viés da representatividade (mulher surda, mulher negra) para compor a equipe de tradução desse material. Mulheres negras estão diante dos altos índices de violência doméstica e quanto as mulheres surdas, sequer temos dados oficiais ainda. Compor uma equipe de tradutoras levando em consideração esse aspecto é uma contribuição importante para os estudos sobre intérpretes surdos e ouvintes, já que as questões de gênero pouco são investigadas dentro desse campo.

Ademais, tal material encontra-se em consonância com as medidas internacionais promovidas pelas entidades representativas das comunidades surdas. O cenário internacional aponta para discussões sobre políticas de gênero, vulnerabilidades sociais e linguísticas, bem como para o acesso às informações e direitos das mulheres. Em vários países como Espanha, Colômbia, Uganda, Estados Unidos e outros, têm ocorrido reuniões para destacar questões específicas de gênero para mulheres e meninas surdas, observando as singularidades e os obstáculos enfrentados por elas em diferentes nações e regiões. (SANTOS; STUMPF, 2019, p. 55).

Ainda que as autoras não tenham deixado de forma clara no texto, os estudos sobre TIS precisam levar em consideração os perfis, as comunidades e os contextos que são convocados para a interpretação. Não é somente a representatividade que importa, mas a composição de equipes que levem em consideração esses aspectos. Isso precisa ser um ponto de discussão das políticas de tradução e de interpretação.

Esse fato é ainda mais sério, quando se depara com a maior parte da produção acadêmica de teses, dissertações e artigos voltados para o âmbito da conferência ou ainda que seja contextos intrassociais, pouco investiga-se o aspecto social e as implicações dele para as questões de tradução e de interpretação em contextos especializados. “A tradução de textos jurídicos e/ou instrucionais desempenha um papel fundamental nessas situações, carecendo a atenção de pesquisadores em Estudos da Tradução, bem como tradutores e/ou intérpretes especializados.” (SANTOS e STUMPF, 2019, p. 39). O que as comunidades surdas que vivem em contextos vulneráveis têm a dizer sobre a garantia de direitos e qual o papel da tradutora surda e da intérprete surda?

É justamente sobre a recepção dessas traduções que importa ampliar o debate. No contexto educacional de ensino superior, essa discussão parece emergente. Para finalizar esse conjunto de trabalhos temos o artigo desenvolvido por Lourenço e Ferreira (2019) que abordam justamente “*os serviços de interpretação de Língua Brasileira de Sinais nas universidades e*

*nos institutos federais: a percepção dos docentes surdos*”. Para atingir esse objetivo, os autores desenvolveram “... um questionário online sinalizado, baseado nos Padrões de Boas Práticas e de Ética apresentados no National Standard Guide for Community Interpreting Services, proposto como guia para a atuação de intérpretes comunitários no Canadá”. (LOURENÇO; FERREIRA, 2019, p. 83).

Em um primeiro momento os autores contextualizam os padrões de boas práticas e de ética do *National Standard Guide for Community Interpreting Services* e explicam como ele funciona, os principais eixos que o constitui dentre outras informações importantes para o contexto canadense. Na sequência, Lourenço e Ferreira (2019) apresentam o instrumento de avaliação da percepção dos docentes surdos e explicam como eles montaram esse questionário, a saber oito grupos temáticos: fidelidade e acurácia, confidencialidade, imparcialidade, atitude respeitosa, respeito aos limites de sua atuação, responsabilidade na atuação, profissionalismo, formação continuada e tarefas de interpretação voz. O material foi traduzido por um tradutor surdo e por um tradutor ouvinte.

Os autores discutem detalhadamente os itens apontando aspectos que precisam ser observados, a fim de institucionalizar o serviço de interpretação com melhor qualidade nas universidades e nos institutos federais de ensino. Além disso, eles finalizam com a reflexão de que o serviço de interpretação nas universidades e nos institutos federais poderia receber importantes contribuições se aliado ao conceito de interpretação em ambientes de trabalho.

Por fim, introduzimos a discussão sobre interpretação em ambientes de trabalho que, acreditamos, deve ser levada em consideração, já que os professores Surdos que atuam nas universidades e nos institutos federais são, na verdade, servidores e funcionários que necessitam exercer suas atividades de trabalho e participar de todas os aspectos da vida dessas instituições. (LOURENÇO; FERREIRA, 2019, p. 106).

Diante dessa contextualização dos artigos publicados é importante observar a necessidade urgente de criar políticas de tradução e de interpretação que considerem não somente a reflexão dos pesquisadores surdos discutindo sobre TIS, mas também, que academicamente essa temática tenha visibilidade. Este levantamento das produções científicas no formato de teses, dissertações, artigos e capítulos propõe-se a contribuir com o reconhecimento profissional e as possibilidades de capacitação, formação e pesquisa para TIS. Acessar as produções científicas, conhecer o que essas pesquisas têm produzido no âmbito acadêmico e fazer circular esse conhecimento demonstra um deslocamento do campo TIS, a fim de evidenciar as importantes contribuições desses trabalhos. Ou seja, expandir conceitualmente o campo de ETILS, mas também, os Estudos da Tradução.

Fazer as pesquisas sobre TIS circularem, é uma política de tradução e interpretação, na medida em que essa ação pode promover visibilidade a esses trabalhos acadêmicos. Muitas vezes discute-se que é importante o intérprete ou o tradutor surdo em uma equipe, e concordamos com esse discurso, porém mais importante são as suas contribuições, também sendo válidas junto às reflexões acadêmicas. É importante separar os perfis para atuarem em campos diferentes, pois alguns intérpretes surdos não desejam interpretar em conferência, desejam sim trabalhar profissionalmente em outros campos, tais como: jurídico, saúde, educação e outros. É relevante que essa questão seja assegurada junto aos debates sobre políticas e medidas adotadas pelos pesquisadores em TIS.

Ainda são poucos os trabalhos produzidos e publicados nessa temática em revistas de tradução, cabendo importantes sugestões a fim de ampliar essa temática. Abaixo mencionamos algumas delas:

- ✓ Dossiês temáticos e edições regulares de revistas organizadas por professores surdos com temática envolvendo TIS;
- ✓ Credenciamento de professores surdos junto aos programas de pós-graduação em estudos da tradução e promoção do campo TIS junto aos Estudos da Tradução;
- ✓ Participação de docentes e pesquisadores surdos junto aos eventos acadêmicos da área dos Estudos da Tradução, a fim de ampliar o debate sobre as diversas temáticas de TIS;
- ✓ Incentivo e promoção da participação de mestrandos e doutorandos surdos em publicações junto aos seus orientadores, a fim de que suas pesquisas possam circular com maior mobilidade;
- ✓ Promoção de simpósios temáticos que discutam TIS, a fim de que os pesquisadores surdos e estudantes tenham oportunidade de dialogar entre os pares as devidas reflexões que interessam a esse campo;
- ✓ Ampliar as temáticas e contextos de investigação e análise sobre TIS, a fim de que não somente contextos de conferências sejam a principal temática dessa área.

Por fim, temos os resultados apontados pelos capítulos de livros na tabela abaixo que podem confirmar ou não as tendências levantadas nas teses, dissertações e artigos. Conhecer o percurso das produções acadêmicas sobre TIS e compreendê-las dentro de um cenário maior é parte importante das diversas perspectivas dessa área. Observamos que os processos tradutórios e interpretativos têm sido bastante investigados no campo, conforme até aqui demonstrado. Por outro lado, aspectos históricos ou políticos dos TIS aparecem com

poucas produções no campo. Os resultados no quadro 8 abaixo apontam importantes contribuições históricas, a fim de registrar os principais acontecimentos em TIS.

<b>QUADRO 8 - CAPÍTULO DE LIVRO</b>				
<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>CAPÍTULO E PÁGINAS</b>	<b>EDITORA</b>	<b>ANO DE PUBLICAÇÃO</b>
Silveira, Bianca. (Surda)	Intérprete surdo: conquistando espaço no campo de conferências no Brasil.	Capítulo 2, pág. 14 -37.	Biblioteca Universitária, UFSC, SC.	2017
Strobel, Karin L. (Surda)	Surdos como intérpretes/tradutores: um sonho possível?	Parte 3: capítulo 2, pág. 233-250.	ULBRA Canoas RS.	2011
Avelar, Thais F. (Surda)	Entrevista com tradutores Surdos do Curso de Letras Libras da UFSC: discussões teóricas e práticas sobre a padronização linguística na tradução de língua de sinais.	Capítulo 12, pág. 364 – 392.	Arara Azul Petrópolis RJ.	2009
Marques, Rodrigo R. (Surdo); Oliveira, Janine S. (ouvinte)	O fenômeno de ser intérprete.	Capítulo 13, pág. 394 – 406.	Arara Azul Petrópolis RJ.	2009

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

É importante levar em consideração que nem toda a atuação de TIS está registrada em pesquisas no meio acadêmico, pois a comunidade surda tem se atentado para essa institucionalização mais recentemente. A visibilidade dessa discussão está bastante emergente na atuação profissional, uma vez que vários intérpretes e tradutores surdos tem participado ativamente. Todas as publicações aqui registradas têm como objetivo trazer um recorte das pesquisas, sem invalidar as práticas de tradução e de interpretação que ocorrem no mercado de trabalho, mas que ainda não foram pesquisadas no meio acadêmico.

Na coleta de dados dessa pesquisa foram registrados 4 capítulos de livros produzidos pelos autores, Strobel (2011), Avelar (2009), Marques e Oliveira (2009) e Silveira (2017). Duas editoras desses livros estão localizadas no sul do país, a saber: Editora ULBRA

(Universidade Luterana do Brasil) e a biblioteca universitária da UFSC. Os capítulos produzidos por Avelar (2009), Marques e Oliveira (2009) foram publicados pela Editora Arara Azul, localizada na região sudeste, na cidade de Petrópolis no Rio de Janeiro. As editoras desempenham um importante papel na construção de políticas de tradução e de interpretação, embora pouco investigadas no campo dos ETILS. Em alguns casos, tais editoras contribuem para sedimentar determinados campos ou para alavancar outros, conforme explica Santos (2013).

Com relação aos capítulos analisados, Marques e Oliveira (2009) e Avelar (2009) foram um dos primeiros pesquisadores do campo dos ETILS, a refletir sobre a temática do TIS em seu trabalho intitulado: “*O fenômeno de ser intérprete*”. Marques e Oliveira (2009) apresentam reflexões sobre o Ser intérprete e como ele se constitui, a partir de embasamentos teóricos da fenomenologia. Os autores resgatam conceitos como subjetividade e intersubjetividade, mostram como o corpo dos intérpretes é atravessado pelos locais onde emergem a atuação e discutem as ambiguidades existentes nos locais de pertença, seja no mundo dos surdos ou dos ouvintes.

Marques e Oliveira (2009) ainda explicam que o conceito do Ser intérprete precisa mostrar uma nova perspectiva no atual momento e uma nova história a ser discutida. A oportunidade de discutir uma nova visibilidade e a necessidade de criar a função profissional tão exigida pela categoria.

A temática refletida do TIS da autora Avelar (2009): “Entrevista com tradutores Surdos do Curso de Letras Libras da UFSC: discussões teóricas e práticas sobre a padronização linguística na tradução de língua de sinais”. Avelar (2009) apresenta reflexões sobre a necessidade do uso da língua de sinais e da padronização linguística no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem – AVEA do curso de Letras Libras da UFSC, temática essa investigada também em sua dissertação de mestrado defendida na PGET, conforme detalhamos na seção 2.

A autora explica sobre o papel e as implicações da variação das línguas de sinais e defende o argumento de que a padronização linguística pode facilitar a circulação dos materiais traduzidos. Avelar (2009) identificou apenas variações dialetais nas regiões do Brasil e segundo a autora, isso ocorreu porque os TIS não seguiram um padrão de ocorrência na sinalização, o que segundo ela pode provocar confusões entre os discentes do curso de Licenciatura em Letras Libras. Diante desse contexto, a autora propõe uma ideia de padronização linguística e faz um levantamento sobre os sinais mais utilizados no contexto da língua de sinais e estruturas

sintáticas. Sugere ainda montar um dicionário no AVEA, para que os tradutores encontrem os sinais mais usados e observem as principais diferenças nos sinais das diversas regiões do Brasil.

Diferentemente desse viés da padronização linguística, Strobel (2011) e Silveira (2017) apresentam uma perspectiva histórica do TIS. Strobel (2011) relata as experiências que viveu como um motivo para a valorização dessa área de atuação – TIS. Naquela época, a autora visualizava a possibilidade de atuar como intérprete surdo ainda como um sonho. Mesmo questionando se a atuação de TIS seria sonho possível, Strobel (2011) explica as vivências e experiências de surdos que estão profissionalizando-se como TIS, especialmente, no contexto internacional. Ela explica que diferentes campos são possíveis para a atuação e a identificação linguística e cultural, o que facilitaria a comunicação visual de surdos para surdos.

Em seu capítulo, Strobel (2011) destaca alguns testemunhos, experiências vivenciadas por esses profissionais e explica que o mercado de trabalho tem cada vez mais aberto possibilidades de atuação para TIS, constituindo-se como uma nova profissão para as comunidades surdas. A autora relata a dificuldade em encontrar fontes bibliográficas, pesquisas e demais reflexões sobre essa temática e explica que esta área está em fase de emergência. Nesse sentido, Strobel (2011) faz um rápido levantamento e busca desconstruir alguns mitos existentes na sociedade. Ela mostra que a sociedade acredita que os sujeitos surdos não poderiam interpretar porque não ouvem ou ainda, de que eles não seriam capazes de mediar uma língua oral para uma língua de sinais, pelo fato de não poder ouvir.

A autora contesta esses mitos e apresenta alguns depoimentos de surdos. Explica o quanto é importante mostrar que os surdos têm domínio da língua portuguesa como segunda língua, e que são sujeitos bilíngues que podem tornar-se TIS. Além disso, sempre haverá um movimento de línguas de sinais para língua de sinais de acordo com Strobel (2011). A autora argumenta a favor dos diferentes papéis da atuação dos tradutores e intérpretes surdos, bem como, frisa a importância do novo crescimento profissional, a valorização pessoal e acadêmica, as competências linguística, tradutória e cultural dos sujeitos surdos atuantes como tradutores e intérpretes, como elementos importantes para as novas experiências a serem vivenciadas, isto é, um novo espaço de profissionais que estão em construção.

Por fim, o último capítulo registrado nessa coleta foi o de Silveira (2017) com o título de “*Intérprete surdo: conquistando espaço no campo de conferências no Brasil*”. Nesse texto, a autora focaliza sobre a atuação de intérpretes surdos que trabalham em conferências nacionais e internacionais com a atividade de interpretação simultânea ou consecutiva. Além disso, Silveira (2017) apresenta o trabalho em equipe exercido entre intérpretes surdos em

parceria com intérpretes ouvintes, especialmente, em casos que há necessidade de apoio de outra modalidade interpretativa para a língua oral.

Silveira (2017) explica que o “intérprete surdo deve ter conhecimento, fluência (e nós acrescentamos proficiência) em língua de sinais e língua portuguesa para mediar informações”. (SILVEIRA, 2017, p.14). A autora apresenta as principais discussões internacionais e nacionais sobre TIS, recuperando contribuições de Stone e outros autores. Ela defende a perspectiva historiográfica adotada nos Estudos da Tradução e explica sua importância, não somente para registrar os fatos, como também, para fazer circular os principais acontecimentos e empoderar os surdos a conhecerem a sua história profissional como TIS.

Silveira (2017) lista um conjunto de 20 eventos em que tiveram participação de tradutores ou intérpretes surdos, sendo o primeiro deles no ano de 1999 no 2º Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para Surdos, envolvendo os seguintes pares linguísticos, LSE – Língua de Sinais Espanhola e Libras. Esse é um dos raros eventos em que temos uma língua de sinais diferente do SI e da ASL, conforme dados registrados pela autora. (SILVEIRA, 2017, p. 27).

Outro dado importante trazido por Silveira (2017), deve-se a nomeação dos intérpretes surdos que trabalharam ao longo dos anos em diversos eventos, conforme pode ser observado na tabela 2 do seu capítulo. (SILVEIRA, 2017, p. 28). Todos os dados apresentados pela autora, demonstra que o contexto de conferência tem sido um dos mais requisitados, atingindo certa visibilidade nos estudos sobre TIS. Diante de todo esse cenário, percebemos que tanto os artigos quanto os capítulos de livros publicados priorizam o contexto de conferência como sendo o mais investigado.

Notamos que em todas as tabelas anteriores, o registro dos pesquisadores surdos começa no ano de 2010, a maioria deles trata sobre intérprete surdo nas conferências, pois é o novo trabalho e nova experiência de trabalho para essa comunidade. No entanto, ainda é pouca a visibilidade de outras atuações e contextos para atuação de tradutores e intérpretes surdos. É fundamental ampliar os registros e construir maior visibilidade para que os profissionais tradutores e intérpretes surdos fortaleçam cada vez mais seus espaços de trabalho. Desde o decreto nº 5626/2005 essa luta tem sido intensa, pois essa legislação incluiu o trabalho de diferentes profissionais, mas pouco relacionado ao tradutor e intérprete surdo. Para que a política de tradução possa melhorar, torna-se importante ampliar os assuntos e visibilizar mais as produções acadêmicas feitas pelos pesquisadores surdos e também tradutores e intérpretes, em sua maioria. Os profissionais surdos atuam em várias modalidades e contextos. As políticas

de tradução e de interpretação precisam incluir além das produções acadêmicas, avanços voltados para a formação desses profissionais tradutores e intérpretes.

A partir do resultado e das contribuições dessas pesquisas é possível sugerir algumas demandas para a criação de políticas de tradução e de interpretação focando nos TIS, tais como: incentivo de pesquisas voltadas aos contextos intrassociais (jurídico, médico, educacional, de assistência social e outros), promoção de traduções em diferentes línguas de sinais, criação de uma rede de pesquisadores em TIS, a fim de ampliar as discussões no plano acadêmico, dentre outras ações.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pesquisa sobre Tradutores e intérpretes surdos? Essa foi a pergunta central que foi discutida durante o presente trabalho. Notamos que os pesquisadores surdos registraram como temática mais evidente, assuntos como: conceitos e distinções sobre tradução e interpretação, diferentes modalidades, percurso de trabalho e experiências dos tradutores e intérpretes surdos e fatos históricos que auxiliaram na emergência da atuação do profissional desse campo. Tudo isso são elementos importantes da política de tradução e de interpretação e mostram maior visibilidade para a sociedade em geral, focalizando nas contribuições dos pesquisadores surdos e dos tradutores e intérpretes surdos.

Nessa dissertação, o objetivo principal foi apresentar uma paisagem importante das produções acadêmicas, das teses e dissertações, dos artigos e capítulos de livros desenvolvidos por pesquisadores surdos junto aos programas de pós-graduação em Estudos da Tradução no Brasil. Essa pesquisa buscou reunir as teses, dissertações, artigos e capítulos de livros sobre TIS, a fim de contribuir na circulação dessas temáticas e mostrar a emergência da área. No Brasil, durante décadas diversos trabalhos foram produzidos e publicados em diferentes programas de pós-graduação nas universidades federais brasileiras ou em revistas acadêmicas filiadas a esses programas, mas sem visibilidade para os TIS. É importante compartilhar conhecimentos nessa pesquisa mostrando de forma concreta e comprovando por meio da produção acadêmica que existe a evolução do trabalho dos tradutores e intérprete. Ou seja, evoluiu a atuação do tradutor e do intérprete surdo, desde a escola do INES, tal como esclareci ao longo dos capítulos anteriores. É fundamental registrar as pesquisas e torná-las visíveis, mostrando de onde vem e onde começou.

Esses elementos contribuem para as políticas de tradução e de interpretação, pois os aspectos históricos servem como pontos de partida para futuras pesquisas ou mesmo para o registro da caminhada histórica percorrida pelos tradutores e intérpretes surdos. Desde o Decreto nº 5626, mais de 15 anos se passaram e os primeiros registros de pesquisas realizadas pelos pesquisadores surdos data de 2010. Somente no ano de 2020 que temos os primeiros doutores surdos, os quais começaram a defender os seus trabalhos e contribuir para a disseminação dessas temáticas. Ou seja, demorou muito tempo para essa discussão tornar-se visível. Fato fundamental para a ampliação do conhecimento na sociedade em geral, a fim de reconhecer a formação dos profissionais tradutores e intérpretes surdos como um elemento importante das políticas de tradução.

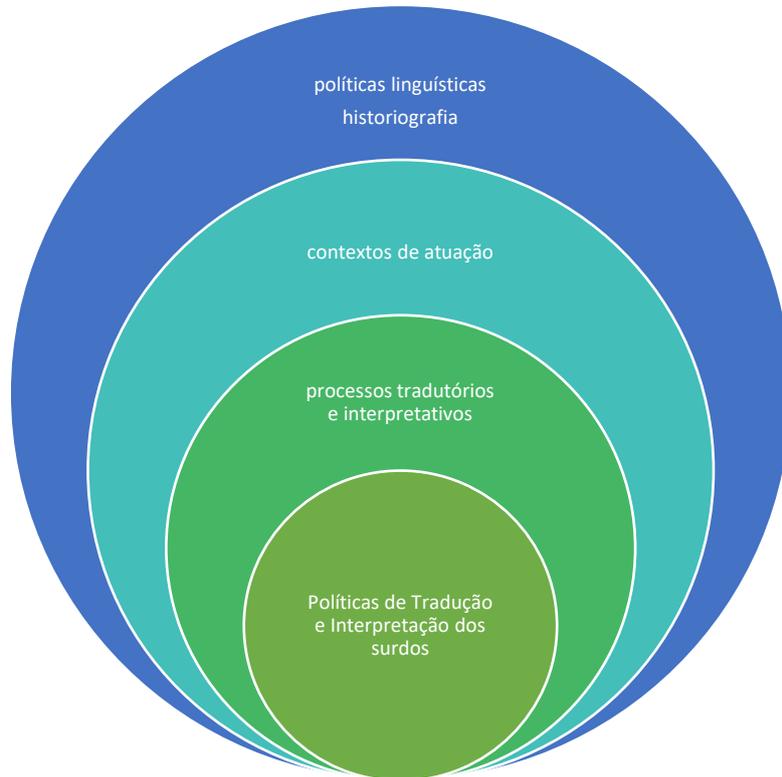
Em resposta aos objetivos específicos estabelecidos, constatou-se que a circulação desses trabalhos acadêmicos é uma ação importante, a fim de pensar e criar políticas de tradução e interpretação que acolham os pesquisadores surdos que debatem a temática dos TIS. Essa visão surda pode, inclusive, expandir conceitualmente e profissionalmente o campo dos Estudos da Tradução e dos Estudos da Interpretação. Conhecer os modos como os tradutores e intérpretes surdos trabalham, suas peculiaridades no processo tradutório e interpretativo, pode auxiliar a formação de equipes de tradução e de interpretação.

Criar políticas de tradução, a partir das produções acadêmicas é um outro olhar para amadurecer o campo e fazer emergir temáticas novas que estão em fase de emergência na academia ou de expansão profissional. Podemos observar por exemplo, que as teses e dissertações – ainda que poucas, já estão melhor sedimentadas junto aos Programas de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, diferentemente dos artigos que são raramente publicados em revistas acadêmicas da área de Estudos da Tradução. Não foi identificado no trabalho nenhum pesquisador surdo dos ETILS na posição de organizador de dossiês ou chamadas regulares de revistas, algo que precisa ser revisto e pode ser uma pista para a criação de políticas de tradução e de interpretação.

Ainda em resposta aos objetivos específicos, um ponto que constatamos foi a apresentação das principais características das produções dos TIS, refletindo pontos que precisam ser repensados por essa área. Por exemplo, a maioria dos trabalhos publicados discutem o contexto de conferência e a atuação profissional nesse espaço. Sem dúvida, esse contexto é muito importante, mas outros contextos intrassociais (educacional, jurídico, saúde e outros) precisam ser incluídos no debate. Outro resultado importante encontrado na pesquisa foi de que as dissertações em andamento apresentam temáticas variadas, incluindo discussões sobre Guia-intérprete e Libras tátil ou ainda a atuação do intérprete surdo no campo jurídico.

Embora grande parte da produção acadêmica analisada tenha se concentrado no sul do país, especialmente, na PGET e na Revista Cadernos de Tradução, as dissertações em andamento e alguns artigos foram encontrados em diferentes regiões brasileiras, no Centro-Oeste, por exemplo. Esperamos ter novos temas e aprofundar sobre TIS surdos, mostrar novas teses e dissertações daqui para frente para que todos reconheçam esses profissionais e esses pesquisadores. Além disso, existem alguns fatos históricos que foram conquistados pelos TIS e que merecem maior visibilidade, algo que o campo das políticas de tradução e de interpretação podem recuperar e desenhar ações que promovam essa temática. De modo geral, unificando os

resultados das teses, dissertações, artigos e capítulos de livros podemos ter uma noção observando a figura abaixo:



Fonte: elaboração própria, 2021.

A figura acima condensa alguns dos principais temas observados durante a análise dos dados de nossa pesquisa. O que se percebe na figura é que a maioria das pesquisas apresentadas pelos autores surdos evidenciam as políticas linguísticas acompanhadas de uma historiografia. Ou seja, explicam o cenário social, político e linguístico que respaldam a atuação de tradutores e intérpretes surdos. Na sequência, observamos que o contexto de atuação é bastante visível nas pesquisas investigadas, mostrando um percurso profissional, onde começa e onde tem aumentado os campos de atuação desses profissionais. Há ainda os processos tradutórios e interpretativos, apontando para várias modalidades nas quais os profissionais atuam e investigam. Em todos esses elementos, as políticas de tradução e de interpretação funcionam como propulsoras de novas ações a serem organizadas, bem como, pesquisas a serem realizadas.

Além disso, destacamos alguns pontos, tais como: a evolução histórica, as demandas por profissionalização e formação para TIS, as contribuições conceituais e a expansão teórico-metodológica dos TIS resultantes da articulação ETILS e Estudos da

Tradução. Constatamos que mesmo os programas de pós-graduação em estudos da tradução criados recentemente, incluíram pesquisas e fomentaram investigações sobre o estudo da tradução e interpretação da língua brasileira de sinais. Nesses espaços, as produções acadêmicas sobre TIS ainda são bastante emergentes, carecendo de maior atenção dos pesquisadores para a temática investigada. Nesse sentido, sugerimos como uma política de tradução e de interpretação o maior incentivo às produções acadêmicas de pesquisadores surdos inseridos no campo dos ETILS.

Por fim, a produção acadêmica mostrou que não somente os profissionais tradutores ou intérpretes surdos estão em expansão, mas que os contextos de atuação desse profissional aumentam consideravelmente a cada dia. É bom ter uma profissão adequada, qualificada e preparada para o mercado de trabalho. Nesse caso, as políticas de tradução explicitam que as temáticas já investigadas mostram um potencial importante para o mercado de trabalho, especialmente em contextos emergentes. A fim de poder contratar os tradutores e intérpretes surdos, diversos contextos emergentes estão surgindo. Muitos desses espaços, sejam acadêmicos ou não, levam em consideração a experiência desses profissionais, seus diferentes perfis, sua experiência curricular e formativa, dentre outros. O Brasil precisa expandir nesse sentido, especialmente com cursos específicos para tradutores e intérpretes surdos, o que acreditamos ser possível em um futuro breve, pois isso valorizaria, respeitaria muito mais os aspectos linguísticos e culturais das comunidades surdas.

Recomendamos que novas pesquisas sejam realizadas incluindo os diferentes pontos de vistas, principalmente dos discentes surdos matriculados regularmente nos programas de pós-graduação. É importante evidenciar as vantagens das pesquisas voltadas para os profissionais tradutores e intérpretes surdos do Brasil. Esperamos que as dissertações de pesquisadores surdos com as suas análises possam melhorar e incentivar novos estudos e propostas formativas.

## REFERÊNCIAS

- ADAM, R. Language contact and borrowing. *In: PFAU, R.; STEINBACH, M.; WOLL, B. (ed.). **Sign language: An international handbook**. Berlin: De Gruyter Mouton, 2012. p. 841-861.*
- ADAM, R.; ARO, M.; DRUETTA, J. C.; DUNNE, S.; KLINTBERG, J. af. Deaf Interpreters: An Introduction. *In: ADAM, R.; STONE, C.; COLLINS, S.; METZGER, M. (ed.). **Deaf Interpreters at Work: International Insights**. Washington, D.C.: Gallaudet University Press, 2012. p. 1-18.*
- AVELAR, T. F. Entrevista com tradutores Surdos do Curso de Letras Libras da UFSC: discussões teóricas e práticas sobre a padronização linguística na tradução de língua de sinais. *In: QUADROS, R. M. de; STUMPF, M. R. (org.). **Estudos Surdos IV**. 1. ed. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2009. v. 4, p. 364-393.*
- AVELAR, T. F. **A Questão da padronização linguística de sinais nos atores-tradutores surdos do Curso de Letras - Libras da UFSC**: estudo descritivo e lexicográfico do sinal 'cultura'. 111 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010a.
- AVELAR, T. F. A formação de identidades culturais no Curso de Letras-Libras por meio da atividade de tradução. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 26, p. 275-289, out. 2010b. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2010v2n26p275>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- AVELAR, T. F. **Análise da tradução intermodal de texto acadêmico do Português escrito para a Libras em vídeo**. 2020. 218 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.
- BAKER, M.; SALDANHA, G. (org.). **Routledge Encyclopedia of Translation Studies**. Londres: Routledge, 1998.
- BERMAN, A. **A Tradução e a Letra ou o Albergue do longínquo**. Trad. de Marie-Helène Catherine Torres, Mauri Frulan, Andréia Guerini. Rio de Janeiro: 7Letras: PGET, 2007.
- BOUDREAULT, P. Deaf Interpreters. *In: JANZEN, T. (ed.). **Topics in signed language interpreting***. Amsterdam: Benjamins, 2005. p. 323-356.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 abr. 2002.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 dez. 2005.

BRIKS, F. J. P. Interpretação e tradução: abordagem teórica e pedagógica. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA*, 7., 2012, Uberlândia. **Anais do SIELP**. Uberlândia: EDUFU, 2012. v. 2, n. 1. Disponível em: [http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/07/volume\\_2\\_artigo\\_122.pdf](http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/07/volume_2_artigo_122.pdf). Acesso em: 10 mar. 2018.

CAMPELLO, A. R. e S. Intérprete surdo de língua de sinais brasileira: o novo campo de tradução/interpretação cultural e seu desafio. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 1, n. 33, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/29787>. Acesso em: 10 mar. 2018.

CAMPOS, K. A. **Literatura de cordel em libras: os desafios de tradução da literatura nordestina pelo tradutor surdo**. 2017. 266 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PGET0359-D.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

DOUETTES, B. B. **A tradução na criação de sinais-termos religiosos em libras e uma proposta para organização de glossário terminológico semibilíngue**. 2015. 236 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PGET0277-D.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FELIPE, T. A. De Flausino ao Grupo de Pesquisa da FENEIS – RJ. *In: SEMINÁRIO SURDEZ: DESAFIOS PARA O PRÓXIMO MILÊNIO*, 2000, Rio de Janeiro. **Anais do Seminário**. Rio de Janeiro: INES, 2000. v. 1, p. 87-89. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002965.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FERREIRA, J. G. D. **Os intérpretes surdos e o processo interpretativo interlíngue intramodal gestual-visual da ASL para libras**. 2019. 136 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PGET0428-D.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULART, L. L. C. **Políticas de tradução e de interpretação: gêneros textuais como instrumento de apoio aos intérpretes de Libras-Português no Judiciário**. 2020. 96 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PGET0482-D.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

GRANADO, L. F. G. W. **Identificação de estratégias de interpretação simultânea intramodal: sinais internacionais para libras**. 2019. 173 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PGET0400-D.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2020

HESSMANN, J. et al. Developing and transmitting a shared interpreting research ethos: EUMASLI – A case study. *In*: NICODEMUS, B.; SWABEY, L. (eds.). **Advances in interpreting research: Inquiry in action**. [S. l.]: Benjamins Translation Library, 2011. p. 177-198.

HOLMES, J. S. **The name and nature of translation studies**. Translation Studies Section, Department of General Literary Studies, University of Amsterdã, 1972/1988.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1969.

LIMA, D. A. **Missa do Galo em Libras: possibilidades tradutórias**. 2017. 111 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

LOURENÇO, G.; FERREIRA, R. A. Os serviços de interpretação de Língua Brasileira de Sinais nas universidades e nos institutos federais: a percepção de docentes surdos. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, v. 51, p. 83-108, 2019.

MARQUES, R. M.; OLIVEIRA, J. S. De. O Fenômeno de ser intérprete. *In*: QUADROS, R. M. de; STUMPF, M. R. (org.). **Estudos surdos IV**. Petrópolis: Arara Azul, 2009. p. 393-406.

MARQUEZI, L. **Literatura surda: o processo de tradução e a transcrição em signwriting**. 2018. 163 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PGET0405-D.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

MASUTTI, M. **Tradução cultural: desconstruções logofonocêntricas em zonas de contato entre surdos e ouvintes**. Florianópolis, 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Literatura, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PLIT0278-T.pdf>. Acesso em: 23 maio 2020.

MESCH, J. **Perspectives on the Concept and Definition of International Sign**. Helsinque: WFD, 2010. Disponível em: [http://wfdeaf.org/wp-content/uploads/2016/11/Perspectives-on-the-Concept-and-Definition-of-IS\\_Mesch-FINAL.pdf](http://wfdeaf.org/wp-content/uploads/2016/11/Perspectives-on-the-Concept-and-Definition-of-IS_Mesch-FINAL.pdf). Acesso em: 8 ago. 2020.

MEYLAERTS, R. Translation policy. *In*: GAMBIER, Y.; van DOORSLAER, L. (ed.). **Handbook of translation studies**. Holanda: John Benjamins Publishing Company, 2011. p. 163-168. Disponível em: <http://www.benjamins.com/online/hts>. Acesso em: 5 jun. 2020.

MOODY, B. The role of International Sign Interpreting in today's world. *In*: ROY, C. B. (ed.). **Diversity and community in the worldwide Sign Language Interpreting Profession: Proceedings of the second WASLI Conference, held in Segovia, Spain, 2007**. [S. l.]: Douglas McLean, 2008. p. 19-33.

PAGURA, R. A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. **DELTA**, São Paulo, v.19, n. spe, p. 209-236. 2003.

PEREIRA, M. C. P. Produções acadêmicas sobre interpretação de língua de sinais: dissertações e teses como vestígios históricos. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 26, 2010, p. 99-117. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2010v2n26p99>. Acesso em: 31 mar. 2020.

PEREIRA, M. C.; FRONZA, C. The Prolibras test as an assessment of Brazilian sign language interpreters proficiency: A critique. *In*: LEESON, L.; WURM, S.; VERMEERBERGEN, M. (org.). **Signed language interpreting: Preparation, practice and performance**. 1. ed. Londres: St Jerome Publishing, 2011. v. 1, p. 37-49.

PERLIN, G.; MIRANDA, W. Surdos: o narrar e a política. **Ponto de Vista: revista de educação e processos inclusivos**, Florianópolis, n. 5, p. 217-226, 2003.

PINHEIRO, K. L. **Políticas linguísticas e suas implementações nas instituições do Brasil**: o tradutor e intérprete surdo intramodal e interlingual de línguas de sinais de conferência. 2020. 434 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PGET0479-T.pdf>. Acesso em: 16 out. 2020.

PINHEIRO, M. W. **Tradução como ferramenta de compreensão da língua portuguesa no curso de letras libras da Universidade Federal do Ceará**. 2017. 202 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

PÖCHHACKER, F. **Introducing interpreting studies**. London: Routledge, 2004.

QUADROS, R. M. **O tradutor intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília, DF: MEC, 2004.

QUADROS, R. M. (org.). **Estudos surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

REIS, F. O Surdo como Intérprete. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL, 7.; SEMINÁRIO NACIONAL DO INES: EDUCAÇÃO DE SURDOS EM PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 18., 2013, Rio de Janeiro. **Anais do Congresso**. Rio de Janeiro: INES, 2013. p. 160-163. Disponível em: <http://projetoedes.org/wp/wp-content/uploads/AnaisInes-29out13.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

RODRIGUES, C. H. O corpo de disciplinas de tradução na formação de tradutores e intérpretes de língua de sinais no Brasil: conteúdos, carga horária e competências. **Belas Infiéis**, Brasília, DF, v. 8, n. 1, p.145-162, 2019.

RODRIGUES, C. H.; BEER, H. Os estudos da tradução e da interpretação de línguas de sinais: novo campo disciplinar emergente? **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, n. 2, p. 17-45. 2015.

RODRIGUES, C. H.; FERREIRA, J. G. D. Tradutores, intérpretes e guias-intérpretes surdos: prática profissional e competência. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 109-125, 2019.

ROSA, A. da S. A presença do intérprete de língua de sinais na mediação social entre surdos e ouvintes. *In: SILVA, I. Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades.* São Paulo: Plexus, 2003. p. 239.

ROY, C. (ed.). **Diversity and community in the worldwide sign language interpreting profession:** proceedings of the 2nd conference of the world association of sign language interpreters, held in Segovia, Spain. 2008. p. 20-26.

RUSSELL, D. Deaf/non-deaf interpreter teams: The complexity of professional practice. *In: STONE, C.; LEESON, L. (ed.). Interpreting and the politics of recognition.* Routledge: New York City, 2017.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa.** São Paulo: McGraw Hill, 2012.

SANTOS, S. A. dos. **Intérpretes de língua brasileira de sinais:** um estudo sobre as identidades. Florianópolis, 2006. 188 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PEED0625-D.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

SANTOS, S. A. dos. Tradução e interpretação de língua de sinais: deslocamentos nos processos de formação. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 26, p. 145-164, out. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2010v2n26p145/14227>. Acesso em: 31 mar. 2020.

SANTOS, S. A. dos. **Tradução/interpretação de língua de sinais no Brasil:** uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010. 2013. 313 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PGET0178-T.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

SANTOS, S. A. dos. Estudos da tradução e interpretação de línguas de sinais nos programas de pós-graduação em estudos da tradução. **Revista da Anpoll**, Florianópolis, v. 1, n. 44, p. 375-394, jan./abr. 2018.

SANTOS, S. A. dos.; FRANCISCO, C. Políticas de tradução: um tema de políticas linguísticas? **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 2939-2949, abr. 2018. ISSN 1984-8412. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2018v15n1p2939>. Acesso em: 31 mar. 2020.

SANTOS, S. A. dos; STUMPF, M. R. Cartilha sobre violência doméstica – perguntas e respostas: experiências de tradução do português para Libras. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 51, p. 39-58, jan./jun. 2019.

SCHÄFFNER, C. Politics and translation. *In: KUHIWCZAK, P.; LITTAU, K. (ed.). A companion to translation studies: topics in translation.* Clevedon: Multilingual Matters, 2007. p. 134-147.

SEGALA, R. R. **Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual**: português brasileiro escrito para Língua Brasileira de Sinais. 2010. 75 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PGET0081-D.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

SEGALA, R. R.; QUADROS, R. M. Tradução intermodal, intersemiótica e interlinguística de textos escritos em Português para a Libras oral. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, n. 2, p. 353-386, 2015.

SHENEMAN, N.; COLLINS, P. F. **The complexities of interpreting international conferences**: A case study. *International sign: linguistic, usage, and status issues*. Washington, D.C.: Gallaudet University Press, 2016. p. 167-191.

SILVA, C. A. A. **Entre a deficiência e a cultura**: análise etnográfica de atividades missionárias com surdos. 2010. 227 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Acesso em: 22 abr. 2020.

SILVA, D. S. da; QUADROS, R. M. de. Línguas de sinais de comunidades isoladas encontradas no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 5, n. 10, p. 22111-22127. 2019.

SILVEIRA, B. Intérprete surdo: conquistando espaço no campo de conferência no Brasil. *In*: ALBRES, N. de A. (org.). **Libras e sua tradução em pesquisa**: interfaces, reflexões e metodologias. 1. ed. Florianópolis: Biblioteca Universitária UFSC, 2017. p. 14-37.

SOUZA, S. X. **Performances de tradução para a língua brasileira de sinais observadas no curso de letras-libras**. 2010. 174 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. p. 21-157.

STEINER, G. **Depois de Babel**: questões de linguagem e tradução. Curitiba: UFPR, 2005.

STONE, C. **Toward a deaf translation norm**. Washington, D.C.: Gallaudet University Press, 2009. Disponível em: <http://gupress.gallaudet.edu/bookpage/TDTNbookpage.html>. Acesso em: 30 mai. 2019 e 24 mai. 2020.

STROBEL, K. Surdos como intérpretes/tradutores: um sonho possível? *In*: KARNOOP, L.; KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M. (org.). **Cultura surda na contemporaneidade**: negociações, intercorrências e provocações. Canoas: Ed. Ulbra, 2011. p. 233-249.

STUMPF, M. R.; QUADROS, R. M. Tradução e interpretação da língua brasileira de sinais: Formação e pesquisa. **Caderno de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n 26, p. 165-205, 2010.

VASCONCELLOS, M. L.; BARTHOLAMEI, L. A. J. **Estudos da Tradução I**. Curso de Letras Libras. Florianópolis: CCE/UFSC, 2008.

VENUTI, L. **Escândalos da tradução**: por uma ética da diferença. Trad. Laureano Pelegrin et al. Revisão técnica: Stella Tagnin. Bauru: EDUSC, 2002.

WILCOX, S. **Aprender a ver**. Tradução: Tarcísio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.

WILLIAMS, J.; CHESTERMAN. A. **The map**: a beginner's guide to doing research in translation studies. Manchester: St. Jerome Publishing, 2002.